

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

PODER, PAIXÃO E CORRUPÇÃO NO ESTADO

Idete Teles

**Florianópolis
2008**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Filosofia - Mestrado

Dissertação de Mestrado

PODER, PAIXÃO E CORRUPÇÃO NO ESTADO

Mestranda: Idete Teles

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Pinzani

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia como um dos requisitos para a obtenção do título de mestre em filosofia.

Florianópolis

2008

BANCA EXAMINADORA:

Presidente: Prof. Dr. Alessandro Pinzani

Membro: Prof. Dr. Luiz Hebeche

Membro: Prof. Dr. José Luiz Ames

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente à minha grande e maravilhosa família, especialmente aos principais responsáveis pela 'grandeza' e também pela 'maravilhosa', meu pai Arlindo e minha mãe Nair.

Agradeço ainda e especialmente ao meu adorável, admirável e também exigente orientador, professor Alessandro Pinzani, um grande estímulo e exemplo para mim.

Agradeço imensamente, aos meus estimados professores Delamar Dutra, Selvino Assmann e Luiz Hebeche. O meu muito obrigada pelas contribuições à minha dissertação, inclusive pelos “puxões de orelha”!

Agradeço, também, à Universidade Federal de Santa Catarina, ao Programa de Pós-graduação em Filosofia e ao CNPq, instituições fundamentais para a realização de meus estudos.

E também aos meus queridos amigos, a todos que estiveram, estão e estarão partilhando suas vidas comigo, o meu sincero carinho e agradecimento.

Não veja nos homens, e sobretudo nas mulheres, senão instrumentos; mas não deixe que eles o vejam. Adore como o próprio Deus aquele que, colocado acima do senhor, possa ser lhe útil, não se afaste dele enquanto ele não tiver pago bem caro a sua servidão. No comércio do mundo seja, em suma, ávido como o judeu e mesquinho como ele; faça pelo poder tudo o que ele faz pelo dinheiro. Com o descaído, haja como se ele não tivesse jamais existido. Sabe por que deve conduzir-se assim?...O senhor quer dominar o mundo, não é? É preciso começar por obedecer ao mundo e conhecê-lo bem. Os sábios entregam-se aos estudos dos livros, os políticos estudam os homens, os seus interesses, as causas geradoras de suas ações. (Honoré Balzac, Ilusões Perdidas).

Resumo: O objetivo dessa pesquisa é esclarecer três questões fundamentais da teoria política de Maquiavel e Montesquieu, a saber, o poder, a paixão e a corrupção. Estes três elementos estão necessariamente presentes e entrelaçados na política. Ademais, buscar-se-à relacionar ou confrontar a teoria política desses dois pensadores. Para desenvolver e contemplar tais objetivos organizamos a pesquisa em cinco capítulos, além da introdução que aborda sucintamente o problema teórico que almejamos tratar na dissertação e também das referências, que indica as fontes teóricas para a construção de nossa argumentação no texto. No primeiro capítulo, ‘Sobre Maquiavel & Montesquieu’, fazemos uma breve apresentação de alguns pontos importantes da vida e teoria de Maquiavel e Montesquieu. No segundo capítulo, ‘Sobre o poder’, discutimos nosso primeiro tema teórico, o poder. Analisamos primeiro separadamente o conceito ‘poder’ em Maquiavel e Montesquieu e depois relacionamos, confrontamos as idéias conflitantes ou não dos pensadores. No terceiro capítulo, ‘Sobre as paixões’, esteve em pauta as paixões, as quais são inerentes à política tanto em Maquiavel quanto em Montesquieu. No quarto capítulo, ‘Sobre a corrupção’, temos a corrupção tematizada, discutida e também exemplificada através de Roma, pelos nossos pensadores. E no quinto e último capítulo, temos as ‘Considerações conclusivas’. Embora nos capítulos anteriores nós tenhamos feito algumas considerações e comparações, concentramos as congruências e divergências entre Maquiavel e Montesquieu neste quinto capítulo. Também deixamos para este capítulo nossas conclusões a partir da leitura destes estimulantes e importantes pensadores, Maquiavel e Montesquieu.

Palavras-chave: Maquiavel, Montesquieu , poder, paixão, corrupção

Abstract: The present research aims at clarifying three major issues of Machiavelli's and Montesquieu's political theory, namely power, passion, and corruption. These three elements are necessarily present and intertwined in politics. In addition, it will try to relate and compare to each other the political theory of these two thinkers. In order to develop and attain such goals, we organize the text in five chapters, plus the introduction that addresses briefly the theoretical problem we want to treat in the dissertation as well as the references, which indicates the theoretical sources for the construction of our arguments in the text. In the first chapter, 'About Machiavelli & Montesquieu', we offer a brief presentation of some important points of the life and theory of Machiavelli and Montesquieu. In the second chapter, 'About power', our first theoretical topic, i.e. power is discussed. We first analyze separately the concept of power in Machiavelli and Montesquieu and then compare the ideas of both thinkers, be they conflicting or not. The third chapter, 'About passions', is about the passions, which are inherent to politics according both to Machiavelli and Montesquieu. In the fourth chapter, 'About corruption', we concentrate on corruption, which our authors discuss through the example of Rome. And in the fifth and last chapter, we offer our "conclusive considerations". Even if we have made some considerations and comparisons already in previous chapters, in the fifth chapter the focus will be on congruencies and differences between Machiavelli and Montesquieu, as well on our conclusions about our reading of these exciting and important thinkers, Machiavelli and Montesquieu.

Key-words: Machiavelli, Montesquieu, power, passion, corruption

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1: SOBRE MAQUIAVEL & MONTESQUIEU.....	19
1.1 COMENTÁRIO PRÉVIO.....	19
1.2 NICOLAU MAQUIAVEL.....	19
1.3 CHARLES-LOUIS DE SECONDAT BARÃO DE LA BRÈDE E DE MONTESQUIEU.....	26
CAPÍTULO 2: SOBRE O PODER.....	29
2.1 O GRANDE EXPOENTE DO PODER MAQUIAVELIANO.....	29
2.1.1 Poder <i>versus</i> Virtù e Fortuna.....	31
2.1.2 O poder maquiaveliano: misto de aparência, fortaleza e convencimento....	36
2.1.3 A visibilidade do poder maquiaveliano.....	41
2.1.4 O poder e a necessidade.....	43
2.2 O PODER EM MONTESQUIEU.....	46
2.2.1 Um poder saudável é um Estado saudável.....	49
2.2.2 O poder do povo <i>versus</i> o poder do Estado.....	53
2.3 ENCONTROS E DESENCONTROS DO PODER EM MAQUIAVEL E EM MONTESQUIEU.....	56
CAPÍTULO 3: SOBRE AS PAIXÕES.....	58
3.1 A NATUREZA HUMANA EM MAQUIAVEL.....	58
3.1.1 As paixões maquiavelianas.....	61
3.2 AS PAIXÕES EM MONTESQUIEU.....	65
3.2.1 A natureza humana em Montesquieu.....	66
3.2.2 Paixões: instrumentalizadoras ou instrumentos?.....	67
3.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	69
CAPÍTULO 4: SOBRE A CORRUPÇÃO.....	71
4.1 ORIGENS DA CORRUPÇÃO MAQUIAVELIANA.....	71
4.1.1 Propagação e prevenção da corrupção no Estado e no cidadão.....	76
4.1.2 Roma: o exemplo maquiaveliano.....	78
4.2 A CORRUPÇÃO MONTESQUENIANA.....	82

4.2.1 Roma: o exemplo montesquieniano.....	90
4.3 ALGUNS ASPECTOS IMPORTANTES DA CORRUPÇÃO: EM MAQUIAVEL E EM MONTESQUIEU.....	95
CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS.....	99
5.1 CONGRUÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS.....	99
5.2 O ESPAÇO DA POLÍTICA.....	104
REFERÊNCIAS.....	108

INTRODUÇÃO

A fecundidade de um estudo depende, em grande medida, da pertinência das questões das quais partimos.¹

Antigamente, a política era depositária de sonhos: sonhos de uma vida melhor, de uma sociedade vivendo em liberdade, igualdade e justiça. Hoje, a política, é vista em grande medida somente como nosso pesadelo e nosso terror. Já não depositamos qualquer esperança nela, já não desejamos fazer parte dessa “coisa suja”. Há uma completa descrença e desesperança na política e por conseguinte em suas possíveis influências, ou mesmo determinações na construção de uma sociedade melhor. Esse descrédito com relação à política concomitantemente revela a desesperança do ser humano, da capacidade de ação política do mesmo. Tanto Maquiavel quanto Montesquieu, sugerem uma política à qual a ação humana é inerente e pode ser profundamente revolucionária. Já nos dias de hoje parece que as instituições políticas e as formas de governo “engolem” qualquer tentativa de reação ou ação do homem. E este último se vê cada vez mais distante e desejando se distanciar do agir político.

Maquiavel e Montesquieu apresentam uma posição oposta à nossa marginalizada política atual. Estes pensadores se preocuparam estritamente com a questão da política, sendo que para ambos ela é efetivamente um campo independente e autônomo, que possui os meios para tornar a vida do indivíduo sociável e o mais confortável possível. Para estes pensadores apaixonados pela política, o espaço desta é o próprio e verdadeiro espaço da ação, do conflito e da luta na construção de uma sociedade, ou um Estado que ofereça as melhores condições possíveis para o cidadão bem viver.

Portanto, visando apresentar e resgatar essa política ativa de antigamente e a partir disso também repensar o cenário que nossa política hoje tem, trataremos de alguns importantes e decisivos aspectos da política maquiaveliana e montesqueniana. Assim, a nossa principal preocupação teórica nas páginas que seguem é delinear as especificidades do poder, das paixões e da corrupção no âmbito do Estado, a partir do pensamento de Maquiavel e Montesquieu. De forma mais precisa, procuramos grafar:

os limites e alcances da paixão no âmbito do Estado, enquanto aquela que, talvez paradoxalmente, constitui, conserva e/ou aniquila e corrompe o Estado; o espaço e a caracterização do poder; a origem, o desenvolvimento e os efeitos da corrupção no cidadão e no Estado; a amplitude e as relações estabelecidas entre paixão, poder e corrupção no âmbito do Estado; e ainda, discutir as idéias de Maquiavel e Montesquieu, na medida em que se aproximam, divergem ou se opõem quanto aos elementos por nós estudados.

Portanto, como já apontamos, uma das hipóteses que norteiam esta pesquisa é a tentativa de mostrar como Maquiavel e Montesquieu, de fato, apresentam, por vezes implícita e por vezes explicitamente, a idéia de uma política profunda e necessariamente ligada às paixões. A política é um campo de determinantes manifestações e de diferentes atuações das paixões. Diferentemente da postura contemporânea que toma a política como um campo no qual o que prevalece é o interesse, Maquiavel e Montesquieu tomam a política a partir das imperiosas paixões. Segundo a compreensão tanto de Maquiavel quanto de Montesquieu, a política e as paixões estabelecem um jogo ambíguo e obscuro de cumplicidade e auto geração. O Estado nasce de uma decisão levada por uma ou algumas paixões, segundo Montesquieu, assim como, tanto para Maquiavel quanto para Montesquieu, define ou morre por conta de uma ou algumas paixões.

Uma segunda questão a que nos ateremos e que constitui uma discussão central em Maquiavel e Montesquieu é a do poder. A política é por excelência o âmbito do poder. Esta afirmação não é inferida apenas a partir da política maquiaveliana e montesquieniana, mas também está fortemente ancorada na tradição do pensamento filosófico político. Como, por exemplo, propõe Norberto Bobbio, a política tem basicamente quatro grandes significados ou preocupações teóricas, a saber: uma concepção mais tradicional vinculada à idéia, projeção e teorização da ótima república ou ainda, à construção de um modelo ideal de Estado. Essa é uma função essencialmente prescritiva, visto que indica como deveria ser a política. Em uma segunda visão, temos uma filosofia política preocupada com a busca do fundamento último do poder, procurando justificar e/ou legitimar o mesmo, ou seja, as razões últimas pelas quais o poder é e deve ser obedecido. Já uma terceira concepção

¹ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Loyola, 1991, p. 8.

busca a determinação geral de política, considerando-a uma atividade autônoma, distinta da ética, da economia, do direito e da religião. Por fim, uma filosofia política voltada para o discurso crítico, para os pressupostos, para as condições de verdade, para a pretensa objetividade, ou não-valorização da ciência política. Isso significa que a filosofia política nessa concepção se põe como uma atividade de metaciência.² Não obstante, em todas essas visões ou significações da filosofia política não há como negar a presença e preocupação com o poder, uma vez que ele perpassa toda e qualquer tentativa de falar de política. E, certamente, Maquiavel e Montesquieu são grandes expoentes e representantes de uma política que toma o poder como algo central.

E, por fim, nossa terceira questão diz respeito à onipresente corrupção. Esse é um conceito que está no cerne do pensamento de Maquiavel e Montesquieu e está diretamente ligado à questão das paixões e do poder.

A corrupção estritamente financeira e/ou de interesses assumiu na contemporaneidade uma ligação necessária com a política. Parece não ser possível a um ser humano hodierno pensar em política sem fazer conexão imediata com essa corrupção. No entanto, a corrupção a que imediatamente nos remetemos atualmente ao pensar em política é de natureza diferente daquela pensada por Maquiavel e Montesquieu. Hoje, pensamos a corrupção na política apenas em termos financeiros e/ou interesses, como, por exemplo, “troca de favores políticos”, enquanto que para nossos autores esse termo estava bem mais carregado de significado. A corrupção na política, conforme caracterizada por ambos, abarcava valores do cidadão e da própria política. A corrupção se dava na forma de governo e no “agente político”. Portanto, a implicação da corrupção para o Estado era muito mais ampla e significativa, visto que abalava tanto o Estado enquanto estrutura social quanto o ser político. A degradação de valores políticos e humanos era um mal terrível que precisava ser evitado. Na sociedade contemporânea, essa dimensão do ser humano degradado e dos valores políticos jogados na lama se tornou algo natural e deixou de ser importante ou visada. Tudo com o que nos preocupamos quando pensamos em corrupção na política é com nosso dinheiro que algum político corrupto está “passando a mão”. Os bens públicos tomaram para si toda a dimensão da corrupção. Essa redução do conceito de corrupção

² BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos.*

é ainda mais perigosa e terrível para a política, pois demonstra que a corrupção está mais obscura e, portanto, pode agir de forma mais livre.

Pensando no conceito geralmente difundido de corrupção e buscando explorar a amplitude conceitual que se configura na corrupção tanto em Maquiavel quanto em Montesquieu, é interessante apontar o que Renato Janine Ribeiro pondera:

Qual é a sua idéia de corrupção? [...] a corrupção era termo mais abrangente, designando a degradação dos costumes em geral [...]. Como a corrupção veio a se confiar no furto do bem comum? Talvez seja porque, numa sociedade capitalista, o bem e o mal, a legalidade e o crime acabam referidos à propriedade. Por analogia com a propriedade privada, o bem comum é entendido como propriedade coletiva - e até como bem condominial, aquele do qual cada um tem uma parcela, uma cota, uma ação [...] há certos “bens” que só ela produz e que não podem ser divididos: virtudes, direitos e uma socialização que não só respeita o outro como enriquece, humanamente, a nós mesmos [...]. Pensar o mau político como corrupto e, portanto, como ladrão simplifica demais as coisas. É sinal de que não se entende o que é a vida em sociedade. O corrupto não furta apenas: ao desviar dinheiro, ele mata gente. Mais que isso, ele elimina a confiança de um no outro, que talvez seja o maior bem público. A indignação hoje tão difundida com a corrupção, no Brasil, tem esse vício enorme: reduzindo tudo a roubo (do “nosso dinheiro”).³

Como se observa, Ribeiro aponta uma concepção de corrupção que se desenha atualmente significativamente reduzida. Essa concepção contemporânea de corrupção reduzida ou restrita ao âmbito do roubo se distancia da concepção que apresentaremos aqui, visto que para Maquiavel e Montesquieu a corrupção no Estado atinge proporções bem mais vitais e profundas na vida do cidadão e do Estado. Isso significa que a corrupção maquiaveliana e montesquieniana implica muito mais que a questão financeira. Em última instância, a corrupção no Estado, para nossos pensadores, abala, aniquila e pode até destruir completamente o Estado vigente. Em outras palavras, Maquiavel e Montesquieu não reduzem o mal da corrupção à questão financeira, o mal da corrupção é político, ou seja, são os valores políticos que estão se perdendo, mudando ou esquecendo. Comunidade, coletividade, confiança, respeito, esperança, *virtù*/virtude e justiça são bens políticos e do cidadão que identificam a verdadeira usurpação da corrupção.

Michelangelo Bovero (Org.). Trad. Daniela Becciaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 13.

³ RIBEIRO, Renato Janine. *A república*. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 42-43.

É importante ressaltar, por fim, que Maquiavel e Montesquieu pensaram tanto as questões que envolvem a instituição, ou o organismo Estado⁴, quanto aqueles que compõem e desempenham seus papéis no Estado, o institucional e o individual, respectivamente. Logo, na política maquiaveliana e montesquieniana desenha-se a corrupção *do Estado*, a degradação da instituição e do organismo Estado, bem como a corrupção *no Estado*, isto é, no cidadão, naquele que compõe o Estado, que desempenha ou não seu papel no Estado. Por conseguinte, a relação e/ou origem da corrupção nas duas instâncias é uma das questões que buscaremos discutir.

Não é novidade e, conseqüentemente, não é pouco explorado na filosofia política o tema que aqui propomos. Diante da extensa bibliografia já existente, o que justifica uma outra proposta de se “debater” essas questões talvez já saturadas? A existência de uma vasta bibliografia sobre o tema, embora não especificamente a partir dos autores que trabalhamos, produz, conforme sugerimos, uma possível saturação do assunto e também nos “condiciona” a considerar essa literatura existente em nossa pesquisa. Portanto, a saturação e/ou repetição são dois grandes desafios para esse trabalho. Esses possíveis problemas para nossa pesquisa já inerentemente constituiriam, a nosso ver, um desafio bastante instigante para justamente desenvolvê-la. Todavia, além desse desafio já posto, acreditamos que Maquiavel e Montesquieu têm muito a contribuir para as discussões acerca do poder, das paixões e da corrupção. A escolha por esses dois pensadores da política se fez exatamente por acreditarmos que eles têm importantes reflexões acerca desses assuntos que precisam e merecem fazer parte da literatura filosófica política. Não temos a ingenuidade e nem a pretensão de sugerirmos que eles já não façam parte, ou já não tenham sido fonte de reflexões teóricas sobre os assuntos em questão. Contudo, nossa sugestão e proposta é que a relação e/ou enfoque que oferecemos constitui uma tentativa de ir além do que já se disse ou pensou a partir dos pensadores referidos.

Certamente, Maquiavel tem tradicionalmente um número de leitores bem maior do que Montesquieu, mas ambos parecem cair sob o mesmo equívoco, qual seja, o de uma tradição de leitura demasiado superficial, fragmentada e, muitas vezes, até equivocada. O que afirmamos é que muito se lê *sobre* Maquiavel e também Montesquieu; muito se comenta e se cita *sobre* Maquiavel e Montesquieu, mas poucos

⁴ Em alguns momentos, o Estado é pensado pelos nossos autores como algo que tem vida, portanto, um

lêem Maquiavel ou Montesquieu, e isso se justifica, por exemplo, pela difundida caricatura do *Maquiavel maquiavélico* e também de Montesquieu, como aquele teórico que somente fez a separação dos poderes. E, por último, se muitos políticos, como se afirma constantemente, usam Maquiavel ou o maquiavelismo, e não admitem tal uso, é porque de fato não leram Maquiavel, mas leram sobre Maquiavel algo que foi escrito por alguém que também não leu com a devida atenção Maquiavel.

Por fim, importa ainda expressar uma posição teórica que adotamos. Reconhecemos a necessidade e importância dos comentadores, mesmo porque seria de uma ingenuidade grande, para não dizer arrogância, os desconsiderar, ou dizer que são um problema para nossa tentativa de pensar nossas problemáticas teóricas estritamente a partir de Maquiavel e Montesquieu. Gostaríamos de dizer que, de fato, os comentadores são peças importantíssimas na pesquisa, especialmente de teor filosófico, como pretendemos que este estudo seja. Entretanto, há de se tomar cuidado tão somente com o “uso” que se faz desses comentadores, pois embora devamos considerá-los relevantes – a partir da idéia de que tenham reflexões profundamente marcadas pelo rigor e comprometimento teórico, – eles não são de fato a primeira e mais importante fonte de onde devemos beber. Em suma, a posição que adotamos é a de que o comentador deve em última ou maior instância servir para nos fazer voltar a ler na fonte aquilo que ele está concluindo a partir de sua leitura. Isso porque nada substitui ou supera a leitura daquilo sobre o que estamos nos debruçando teoricamente. Enfim, um comentador, antes de tudo, deve ser um convite para a leitura ou releitura daquilo que ele está a comentar.

Geralmente, um estudo ou uma pesquisa, sobretudo a filosófica, costuma abarcar uma contextualização do autor e/ou da obra em questão. É sempre pertinente e relevante que se aborde a localização no espaço e no tempo do objeto de estudo. Em outras palavras, constitui-se no alicerce da pesquisa saber em que época nosso “*autor objeto*” vivia, que sociedade participava, enfim, em que meio histórico, político, cultural e social ele escreveu. Reconhecendo a importância dessas informações, não negligenciaríamos tal aspecto, visto que ensejamos por um estudo sério e rigoroso como nossos autores merecem. Entretanto, justamente pela escolha dos pensadores Maquiavel e Montesquieu e pelo recorte que fizemos ao estudá-los também

reconhecemos, assim como ambos fizeram, a relevância de pensarmos a partir de nosso meio. Então, além de dizer em que meio Montesquieu e Maquiavel estavam inseridos, meio este que, em parte, os inspirou em suas obras, gostaríamos também de dizer em que meio nós estamos inseridos, para que nos preocupemos com as mesmas questões, ainda que isso talvez seja efetuado com outras abordagens e compreensões. Portanto, gostaríamos de justificar nosso estudo nesses autores, em grande parte, devido àquilo que presenciamos em nosso atual cenário filosófico e também no nosso cenário político, na nossa política, na nossa sociedade, na nossa cultura de abstinência e negação da política. Enfim, vamos falar de poder, paixão e corrupção no Estado porque sentimos que essas são questões que estão hoje afloradas em nossa política e em nossa filosofia política, cuja discussão é de grande relevância.

Certamente, a obra de Maquiavel e Montesquieu, destaca-se por sua atualidade e efetividade. A obra de ambos configura-se não só num marco da política e da filosofia política em virtude da mudança que provocou, mas também por referir um texto “vivo” que é um convite inquiridor ao pensamento comprometido com a ação política. Tanto Maquiavel quanto Montesquieu foram apaixonados e participantes, no sentido abrangente da palavra, da política e de toda a sua amplitude, assim como construtores dessa política. Eles buscaram construir e influenciar a vida política de sua época e também oferecer contribuições teóricas válidas para o futuro. Entendiam que olhar para o passado e o presente obriga-nos a olhar para o futuro, ou seja, apresentavam um comprometimento com a política que perpassa a vida humana em todas as conjunções de tempo possíveis.

Dessa forma, interessa-nos especialmente dizer como essas três instâncias, a saber, a do poder, da paixão e da corrupção, estão necessariamente entrelaçadas no cidadão e, por conseguinte, no Estado. O que pretendemos mostrar com nossas reflexões é que o Estado, ou melhor, a política – já que falamos em Maquiavel e Montesquieu, filósofos nos quais o termo Estado⁵ se torna sinônimo de política –, vive e sobrevive de acordo com os três grandes senhores referidos, ora monstros, ora deuses e ora perigosamente nada.⁶

⁵ Nos referimos aqui à idéia de Estado, porque em Maquiavel o termo ‘Estado’ no sentido moderno não é usado.

⁶ Perigosamente nada porque quando menosprezados ou desconsiderados, estes *grandes senhores* – o poder, as paixões e a corrupção – tornam-se ainda mais perigosos à manutenção e preservação do Estado.

Vemo-nos impelidos a terminar essas primeiras palavras com uma passagem da introdução do livro de Maquiavel, *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, cujo intuito compartilhamos, e que remete ao desejo que alimentamos ao propor este trabalho teórico. Assim, fazemos das palavras de Maquiavel as nossas:

E se a tentativa for falha e de escassa utilidade, devido à pobreza do meu espírito, à insuficiente experiência das coisas de hoje ou ao pouco conhecimento do passado, terá ao menos o mérito de abrir caminho a quem, dotado de maior vigor, eloquência e discernimento, possa alcançar a meta.⁷

Entendemos que a filosofia também comporta essa visão, a saber, daquela que propõe a discussão, provocando o outro a corrigi-la ou então a dar continuidade.

Por último esclarecemos que dividimos o conteúdo da pesquisa em cinco capítulos, além da introdução na qual se apresentam alguns aspectos caracterizadores da pesquisa e das referências, onde é apresentado o material bibliográfico que serviu de suporte teórico para a realização deste estudo. No primeiro capítulo, “Sobre Maquiavel & Montesquieu”, discutimos sucintamente a contextualização e pensamento de Maquiavel e Montesquieu. Quanto ao segundo capítulo, intitulado “Sobre o Poder”, trabalhamos a questão do poder em Maquiavel e também em Montesquieu; no terceiro capítulo temos a questão das paixões em pauta, também abordadas a partir da perspectiva dos dois autores, sob o título de “Sobre as paixões”; no quarto tratamos justamente a terceira e última problemática a que esta pesquisa se propõe, sendo a mesma apresentada sob o título de “Sobre a corrupção”; e por fim, no quinto capítulo temos o espaço teórico reservado para considerações e conclusões, intitulado “Considerações Conclusivas”.

Por amor à brevidade, adotaremos algumas abreviações no corpo do texto da dissertação e especialmente nas notas de rodapé. As abreviações que faremos são:

–A obra de Maquiavel, *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, será referenciada no corpo do texto e nas notas de rodapé, somente por *Comentários*;

⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad. Sérgio Both. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1979, p. 17.

- A obra de Montesquieu, *Considerações sobre as causas da grandeza dos Romanos e de sua decadência*, será referenciada no texto e nas notas de rodapé, somente por *Considerações*;
- Para todas as obras de Maquiavel e Montesquieu citadas diretamente no corpo do trabalho, após a primeira citação, adotaremos a seguinte forma de citação: “autor, obra, ano e página;” (no caso da obra *Do espírito das leis* e *Cartas Persas* também informaremos o volume, se “volume I” ou “volume II”, visto que as edições que utilizamos na pesquisa possuem dois volumes);
- Adotaremos, após a primeira citação, a seguinte forma padrão para todas as notas de citação direta dos demais pensadores e/ou comentadores referenciados: “autor, ano e página”;
- Usaremos aspas simples para destacar um termo, uma expressão ou mesmo uma frase dentro do texto.
- Um último esclarecimento, para toda citação que fizermos em língua estrangeira, faremos em nota de rodapé uma tradução nossa.

CAPÍTULO 1: SOBRE MAQUIAVEL E MONTESQUIEU

1.1 COMENTÁRIO PRÉVIO

Para estabelecer um primeiro contato teórico com Maquiavel e Montesquieu, faremos um sucinto comentário de ambos os autores respeitando a cronologia de vida destes. Embora Maquiavel e Montesquieu tenham um vasto e explícito entrecruzamento e relação bibliográfica, suas vidas estão separadas por quase dois séculos. Logo, é interessante resgatar a realidade contextual de cada um dos autores e perceber que mesmo eles vivendo realidades diferentes ou mesmo distintas por vezes, propõem uma discussão política intimamente ligada. Buscamos neste primeiro momento mostrar que Maquiavel e Montesquieu têm um pensamento e mesmo uma postura política que em muito se aproxima. É certo que as conclusões que cada um chegou em suas reflexões acerca da política por vezes se distanciam e até se conflitam, contudo, isso também é um elemento que enriquece a comparação ou confronto desses dois pensadores. A notoriedade de ambos os autores na filosofia política é grande. São autores clássicos que, portanto, permanecem na história da política em todos os tempos e a cada momento se encontram neles novos elementos para se discutir, o que é próprio de clássicos da filosofia.

1.2 NICOLAU MAQUIAVEL.

*Não se deve manifestar imediatamente a própria intenção, e sim procurar obter a qualquer preço o que se pretende. Ao solicitar as armas de alguém, não se dirá: preciso delas para matar-te. Quando as armas estiverem em nossas mãos, poderão ser empregadas para o fim que preferirmos.*⁸

Nicolau Maquiavel (1469-1527), paradoxalmente considerado em geral um autor explícito, suscitou diversas e até distintas interpretações, como por exemplo,

podemos observar na obra *Le travail de l'oeuvre Machiavel* de Lefort. Maquiavel mesmo caracterizou sua forma de expressão teórica como sendo “sem enfeites” e, acrescentaríamos que ele é ‘categórico’ em suas afirmações. Basta observarmos algumas passagens na obra *Comentários* para percebemos o estilo vigoroso de escrever que caracteriza Maquiavel, como por exemplo nesta passagem: “É preciso evitar acima de tudo as meias medidas; nada há de mais funesto.”⁹ Ao mesmo tempo que ele conserva uma grande humildade quanto ao mérito daquilo que escreve, como podemos observar nessa passagem, já citada acima:

[...] se a tentativa for falha e de escassa utilidade, devido à pobreza do meu espírito, à insuficiente experiência das coisas de hoje ou ao pouco conhecimento do passado, terá ao menos o mérito de abrir caminho a quem, dotado de maior vigor, eloquência e discernimento, possa alcançar a meta.¹⁰

No pensamento maquiaveliano existe sempre uma fonte importante ou base de teorização e consideração, qual seja, a da preocupação constante de Maquiavel com os aspectos *históricos*. Essa é uma questão explícita e fundamental em toda a sua obra. Esse pensador, ao longo de sua exposição teórica, demonstrou conhecer e respeitar a importância dos eventos históricos no direcionamento daquele que vive no momento. Isso é, o homem necessita conhecer o pretérito para melhor ou mais sabiamente atuar em seu meio e, também, ponderar sobre o futuro. A história não determina o presente ou o futuro, mas oferece regularidades que auxiliarão o homem na determinação de sua história. Além disso, as propriedades da natureza humana, inclusive das paixões humanas, são algo detectável e conhecível em grande parte por serem as mesmas que já foram e já atuaram. Não é admissível, de acordo com Maquiavel, que o homem não atente para seu passado de forma a evitar os mesmos erros e ainda, que negligencie o conhecimento da natureza humana, sobretudo no que tange aos vícios dessa natureza, manifestos historicamente.

Quem estudar a história contemporânea e da antiguidade verá que, os mesmos desejos e as mesmas paixões reinaram e reinam ainda em todos os governos, em todos os povos. Por isso é fácil, para quem estuda com profundidade os acontecimentos pretéritos, prever o que o futuro reserva a cada Estado, propondo os remédios já utilizados pelo antigos ou, caso isto não seja possível, imaginando novos

⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979. p.143.

⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979. p. 265.

¹⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979.p. 17.

remédios, baseados na semelhança dos acontecimentos. Porém, como estas observações são negligenciadas (ou aqueles que estudam não sabem manifestá-las) disto resulta que as mesmas desordens se renovam em todas as épocas.¹¹

A história é, dessa maneira, um forte elemento, e por vezes determinante, para aquele que não deseja repetir erros. Por outro lado, Maquiavel chama a atenção para o equívoco que o homem comete ao fazer comparações valorativas de seu presente com um passado supostamente sempre melhor.

Os homens elogiam o passado e se queixam do presente, quase sempre sem razão. Partidários cegos de tudo o que se fazia outrora louvam épocas que só conhecem pelos relatos dos historiadores; e aplaudem o tempo da própria juventude, conforme a lembrança que lhes fica na velhice.¹²

Isso significa que o passado pode estar mais *distante* do que se imagina, isso é, distante da verdade. Isso porque o homem do presente não consegue se aproximar de fato do passado porque esse último chega até ele através dos historiadores. E, segundo Maquiavel, os historiadores, geralmente, “seguem a sorte dos vencedores”, o que em última instância sugere a idéia de que a história é sempre a história daquele que vence.

Não se pode conhecer toda a verdade sobre os acontecimentos da antiguidade; muitas vezes se oculta o que poderia trazer desonra aos tempos passados, enquanto se celebra, e amplia, tudo o que acrescenta à sua glória. Ocorre também que os escritores, em sua maioria, seguem a sorte dos vencedores, aumentando o que fizeram de glorioso para melhor ilustrar suas vitórias, e acrescentando à força dos inimigos que venceram; de modo que os descendentes de uns e de outros não podem deixar de admirá-los e de exaltar o seu tempo, fazendo-os objeto de homenagem e admiração.¹³

Além disso, o historiador tem apenas uma visão daquilo que outrora aconteceu; é a sua visão segundo suas inclinações, seu mundo e seus objetivos. Mas além da visão parcial que, segundo Maquiavel, é oferecida por historiadores ou escritores, existem outras causas para que o homem elogie o passado e despreze o presente. Esses motivos estão relacionados ao medo e à inveja, duas paixões que

¹¹ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979, p.133.

¹² MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979, p.189.

acompanham o homem trazendo-lhe o ódio referente aos acontecimentos dos quais ele participa como autor ou espectador, o que, por outro lado, não faz sentido em relação aos acontecimentos do passado. De acordo com Maquiavel, “não há motivo para temer o que já ocorreu, e não tem sentido invejar os acontecimentos pretéritos”.¹⁴ Portanto, essas paixões só são encontradas no presente, estando distantes do passado, fator que influencia diretamente o juízo de valoração do homem em relação ao seu passado e presente. Sendo assim o homem se vê absolutamente envolvido no seu presente, inclusive com suas paixões, enquanto que o passado é visto de forma distante, portanto, despido de paixões violentas e um envolvimento mais próximo como ator mesmo. Por isso, o passado é passível de um julgamento mais racional e menos paixonai¹⁵.

Corresponde a uma questão central em Maquiavel, ou ainda a um imperativo que norteou toda a sua proposta política e filosófica, falar, pensar e escrever sobre e a partir da verdade efetiva das coisas. Aliás, uma característica da qual Montesquieu também compartilha como veremos adiante. Maquiavel centrou sua preocupação em manter a discussão teórica no âmbito do *é assim*, e não do *deveria ser assim*. Não buscou ir além da realidade, como em outros pensadores comumente se percebe. Como ilustra a seguinte passagem:

Muita gente imaginou repúblicas e principados que nunca se viram nem jamais foram reconhecidos como verdadeiros (...) como meu intento é escrever coisa útil para os que se interessam, pareceu-me mais conveniente procurar a verdade pelo efeito das coisas, do que pelo que delas se possa imaginar.¹⁶

Maquiavel não procurou um outro mundo, não fez especulações aquém ou além do que de fato seus olhos e sua experiência de homem – e de homem político –, assim como atento leitor dos historiadores antigos, lhe mostraram. Ele queria

¹³ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979, p. 189.

¹⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979, p. 189.

¹⁵ Embora na língua portuguesa tenhamos o termo ‘passional’ que, segundo o dicionário Houaiss, remete a: 1- relativo a paixão, entendida como sentimento de amor ardente; 2- capaz de paixão, especialmente a amorosa; 3- provocado por paixão, decidimos pelo neologismo ‘paixonai’ porque o sentido ou entendimento que desejamos dar a este termo é mais intenso e amplo do que a expressão ‘passional’ pode abranger, como poder-se-á observar durante a discussão que essa pesquisa se propõe. Ademais, o termo ‘paixonai’ não carrega possíveis marginalizações que um termo sofre inevitavelmente ao longo de sua história de uso em uma língua. Assim, julgamos o termo paixonai mais apropriado para expressar o conceito que trabalhamos em nossas discussões com o pensamento de Maquiavel e Montesquieu.

simplesmente dizer o que era, descrever e discutir o homem ordinário, uma realidade posta. Nesse sentido, em uma passagem Maquiavel inclusive afirma: “Os fatos terão maior autoridade do que os raciocínios”.¹⁷ Entretanto, o fato de falar a partir da realidade, do “ser” e não do “dever ser”, não significa que inexistia em Maquiavel uma visão do dever ser, de normatização em seu pensamento. Sua preocupação com a política incluía evidentemente a tentativa de apontar novos caminhos e ações, visto que ele próprio se pautava pela ação. Essa visão é coerentemente desenvolvida por Gramsci:

Maquiavel não é um mero cientista; ele é um homem de participação, de paixões poderosas, um político prático, que pretende criar novas relações de força e que por isso mesmo não o deixa de se ocupar com “dever ser”, que não deve ser entendido em sentido moralista.” [...] Portanto, o “dever ser” é concreção; mais ainda, é a única interpretação realista e historicista da realidade, é história em ação e filosofia em ação, é unicamente política.¹⁸

Maquiavel uniu e teorizou o ser e o dever ser conforme a visão de política que tinha e vivia. Uma política profundamente ligada à ação real e possível. Unimo-nos à posição de Gramsci na defesa de um Maquiavel envolvido, direcionado ou puramente apaixonado pela ação política, uma vez que, especialmente em *O príncipe*, demonstra todo seu desejo de mostrar uma teoria política capaz de despertar o sentimento e envolvimento político necessário para a mudança. Como conclui Gramsci:

O Príncipe de Maquiavel poderia ser estudado como uma exemplificação histórica do “mito” soreliano, isto é, de uma ideologia política que se apresenta não como fria utopia, nem como raciocínio doutrinário, mas como uma criação da fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar sua vontade coletiva.¹⁹

Quando se pensa a teoria política e inclusive a postura política de Maquiavel é imprescindível que as pensemos a partir da configuração que se desenhava na época dele, isto é, uma realidade totalmente tomada de disputas e instabilidades. Florença era palco de constantes disputas internas, assim como os Estados italianos lutavam por um

¹⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe / Escritos Políticos*. Trad. Lívio Xavier. São Paulo: Nova Cultura, 1996 (Coleção Os Pensadores) – Apêndice. 1979, p. 91.

¹⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979, p. 285.

¹⁸ GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Trad. Luiz Mario Gazzaneo. 5ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984, p. 42-43.

¹⁹ GRAMSCI, Antonio. 1984. p. 4

equilíbrio entre eles e também com várias e poderosas forças européias. Tudo isso faz com que o teórico político e o homem político desenvolvam seu pensamento e sua ação de forma a buscar meios de explicar e superar os erros humanos e políticos cometidos historicamente. Maquiavel deseja, sobretudo, uma política autônoma, forte e estável, assim como ele descreve o próprio príncipe, o qual, então, representa essa política.

Para compreendermos Maquiavel também é importante resgatar sua relação com o Renascimento²⁰, com o humanismo. Como sabemos, Maquiavel viveu no contexto do Renascimento e evidentemente sofreu influências deste período. Foi um apaixonado leitor dos antigos, como por exemplo, Tito Lívio, Cícero, Políbio, Tucídes, Ovídio, dentre outros. E podemos identificar na obra de Maquiavel mostras dessas influências, como quando vemos em *O príncipe* os sentimentos vivos do homem vir à tona, não sendo mais o homem uma figura idealizada, mas mostrado em sua realidade de mesquinhez e egoísmo, agindo. Um homem individualizado, não mais paciente, mas sujeito da história. Essas idéias estão de acordo com o humanismo de Maquiavel. Entretanto, é certo que Maquiavel não compra a idéia do humanismo como um todo; ele adere a algumas idéias mas distancia-se de outras. Como já expomos: se aproxima do humanismo na questão da liberdade, da ação humana criadora, no amor aos clássicos; mas afasta-se na questão da explicação teleológica; expõe um conceito próprio de *virtù* distante daquele da moralidade; a Fortuna não tem para ele uma explicação divina. Assim, como salienta Pinzani,

Machiavelli riprende, piuttosto, elementi della tradizione umanista, a partire dal riferimento all'antichità e al mondo classico, assegnando però loro un nuovo significato, specialmente se paragoniamo la sua posizione a quella di umanisti civili come Leonardo Bruni.²¹

O humanismo cívico que remete, *grosso modo*, a uma retomada paradigmática dos antigos clássicos e a um movimento em prol da sociedade civil, tem certamente um papel explícito na formação do pensamento de Maquiavel. Para

²⁰ Para Max Horkheimer, Maquiavel é um legítimo representante do Renascimento, classificando-o como o primeiro filósofo da época moderna. Conferir: HORKHEIMER, Marx. *Gli inizi della filosofia borghese della storia – De Machiavelli a Hegel*. Traduzione di Giorgio Backhaus. Ed. Einaudi. 1978.

²¹ “Maquiavel retoma ao invés, os elementos da tradição humanista, a partir da referência de toda a antiguidade e do mundo clássico, mas atribuindo-lhes uma nova significação, especialmente se compararmos a sua posição a de humanistas cívicos como Leonardo Bruni.” (PINZANI, Alessandro. *Ghirlande di Fiori e catene di ferro: Istituzioni e virtù politiche in Machiavelli, Hobbes, Rousseau e Kant*. Firenze, Le Lettere: 2006, p.64.

melhor e mais brilhantemente, concordando com Bignotto, apresentar o cerne do humanismo cívico, retomaremos aqui um resumo deste que Garin elabora e do qual Bignotto faz uso em seu livro *Maquiavel Republicano*.

Eram homens para os quais o antigo não representava um campo de pesquisa erudita e curiosa, mas um paradigma. A humanidade clássica não só havia alcançado uma rara plenitude e harmonia de vida, mas a havia expressado através de obras de arte e de pensamento, perfeitas quanto a própria vida. Entrar em contato com estas, e por meio delas com os espíritos que nelas se expressaram, significava dar início a um colóquio ideal com homens completos, aprender com eles o significado de uma vida completa. Abrir-se humildemente a estas obras, e, por amor, transformar-se nelas, significava renovar-se a si mesmo através de uma grande riqueza humana, reconquistando para si todos os tesouros do espírito.²²

Como sabemos, através das próprias palavras de Maquiavel na carta de 10 de dezembro de 1513 a Francesco Vettori, ele tinha por hábito vestir-se honrosamente, com roupas de corte para, durante quatro horas, adentrar nas antigas cortes dos homens da antiguidade. E por estes, diz Maquiavel, ele é acolhido e nutrido da sabedoria destes grandes homens.

Dispo as minhas roupas cotidianas, sujas de barro e de lama, e visto as roupas de corte ou de cerimônia, e, vestido decentemente, penetro na antiga convivência dos grande homens do passado: por eles acolhidos com bondade, nutro-me daquele alimento que é o único que me é apropriado e para o qual nasci. Não me envergonho de falar com eles, e lhes pergunto da razão das suas ações, e eles humanamente me respondem; e não sinto durante quatro horas aborrecimento algum, esqueço todos os desgostos, não temo a pobreza, não me perturba a morte: transfundo-me neles por completo.²³

A descrição que Maquiavel faz de seu cotidiano nesta carta a Francesco Vettori é uma das inúmeras ilustrações que podemos resgatar para evidenciar a íntima relação que Maquiavel tinha com os pensadores antigos. Entretanto, como já mencionamos, Maquiavel não pode ser simplesmente nomeado como pertencente ao humanismo cívico devido à singularidade de seu pensamento, mas certamente o humanismo cívico tem uma forte influência em seu pensamento.

²² BIGNOTTO, Newton. 1991. p. 16.

²³ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. 1996. p. 141.

1.3 CHARLES-LOUIS DE SECONDAT BARÃO DE LA BRÈDE E DE MONTESQUIEU

*Deixamos o mal, se tememos o pior; deixamos o bem, se duvidamos do melhor. Só olhamos as partes para julgar o todo reunido; examinamos todas as causas para ver todos os resultados.*²⁴

Um homem extremamente educado, um escritor sagaz e prudente e um político claramente apaixonado pela política. Esse é Charles-Louis de Secondat barão de La Brède e de Montesquieu (1689-1755). Seus escritos vão do teor sério e profundo presente na obra *Considerações* ao teor irônico, satírico, mas nem por isso menos sério teoricamente, das *Cartas Persas*. Foi um autor que soube lidar com inteligente sutileza com as limitações que sua realidade política e social impunham ao seu pensamento crítico e inovador. E assim, Montesquieu é considerado hoje um dos pensadores que maior influência exerceu no desenvolvimento das teorias políticas e jurídicas da modernidade.

Para falar do pensamento de Montesquieu²⁵, nada parece mais coerente do que falar sobre sua maior obra, *Do espírito das leis* (1748). Uma extensa obra que Montesquieu levou em torno de vinte anos para cuidadosamente escrever. E esse livro representa, sem dúvidas, a maior e mais significativa fonte teórica do pensamento montesquieniano.

Ao entrarmos em contato com o prefácio da obra *Do espírito das leis*, somos tomados por uma leitura que mostra um homem, um escritor e um político que deseja ver seu leitor encontrar razões, como ele as têm, para amar e entregar-se por completo ao seu Estado. Montesquieu, no prefácio de sua obra maior, citada acima, revela sua ânsia por dizer o quão é importante e bom viver e amar o Estado. Nada o deixaria mais feliz, diz Montesquieu, do que ver em cada homem um grande amante do Estado em que vive porque isso tornaria o homem um ser mais completo e realizado em sua

²⁴ MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat barão de La Brède e de. *Do espírito das leis*. V. I e II. São Paulo: Nova Cultura, 1997 (Coleção Os Pensadores). p. 28.

²⁵ O nome correto de Montesquieu era Charles – Louis de Secondat. Possuía os títulos de barão de La Brède e de Montesquieu, ficando o francês de Bordeaux conhecido no mundo todo apenas pelo seu título *Montesqueiu*.

humanidade. Não parece, a princípio, querer dizer qual é o melhor Estado para viver ou amar, mas que cada povo tem certamente aquele governo que melhor lhe convém.

Procurei com freqüência qual seria o governo mais conforme à razão. Pareceu-me que o mais perfeito é aquele que atinge seu objeto com menor custo, de modo que aquele que conduz os homens da maneira que mais convém a seu pendore e à sua inclinação é o mais perfeito.²⁶

A obra de Montesquieu é um convite a pensar o Estado, entendido como todo e qualquer elemento que constitui o mesmo. Um pensar que é voltado não apenas para a apreensão, esclarecimento em si, mas que tem também o propósito de sugerir um dever ser. Dessa maneira, encontramos em Montesquieu um apaixonado defensor da vida pública e da vida política, que certamente não concordaria com a afirmativa atribuída a Aristóteles de que o homem é essencialmente um ser político, mas possivelmente concordaria com a idéia de que deveria tornar-se, para seu maior bem.

Se pudesse fazer com que todos tivessem novas razões para apreciar seus deveres, seu príncipe, sua pátria, suas leis; pudessem melhor sentir sua felicidade em cada país, em cada governo, em cada posto em que nos encontramos, acreditar-me-ia o mais feliz dos mortais.²⁷

O livro *Do espírito das leis* costuma ser somente conhecido e referenciado como a obra onde Montesquieu desenvolveu a idéia da divisão dos três poderes, quais sejam, o legislativo, o executivo e o judiciário. Todavia, julgamos ser muito limitada e mesmo injusta essa redução de toda a riqueza teórica e política que Montesquieu dispensa nessa obra, inclusive acerca dos poderes. Isso porque, muito mais do que essa divisão dos poderes tão referenciada, o que Montesquieu de fato pretendeu foi discutir e identificar os papéis desses poderes e como eles devem se articular. Ou ainda, a idéia não foi dividir os poderes, mas separá-los para melhor uni-los no sentido de organizar um governo mais eficaz na aplicabilidade das leis e no exercício eficaz e seguro do poder. Enfim, à parte essa discussão, a relevância dessa obra, como tentaremos mostrar, é bem maior.

²⁶ MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat barão de La Brède e de. *Cartas Persas* V. I e II. São Paulo: Escala, 2006. p. 206

²⁷ MONTESQUIEU, Barão de. *Do espírito das leis*. v. I., 1997, p. 28.

Montesquieu desenvolveu singularmente uma ampla discussão de tudo que, segundo ele, está implicado na política, logo, também nos governos, ou ainda, nos Estados. Uma reflexão crucial de Montesquieu está na análise que faz das “molas” dos governos e, ao mesmo tempo, sua ressalva acerca da importância do clima, da religião, dos costumes, enfim, dos diversos elementos por ele enfatizados que fazem parte do Estado. Montesquieu analisa desde o clima de uma região até o tipo de crença religiosa de tal povo com o fim de desenvolver a idéia de que governo deve ou pode ser o apropriado para tal região e povo. Nesse sentido, salta-nos a constante insistência e explícita importância, quando da designação de Montesquieu dos princípios que regem os tipos de governo, das paixões na constituição de um Estado.

Portanto, temos na obra de Montesquieu, *Do espírito das leis*, uma discussão fundamental de filosofia política, centrada na importância que tem ou se deve dar às paixões na política e naqueles que mais diretamente detém ou almejam o poder político. Isso porque a história confirma, segundo Montesquieu, que aqueles que mais diretamente convivem com o poder político também são aqueles mais afetados pelas paixões.

Uma outra questão importante a ser mencionada quando se fala de Montesquieu é sua ligação à tradição liberal política. Defendeu em seus escritos a idéia da liberdade individual e os direitos naturais e iguais entre os homens. Foi também um grande defensor das idéias iluministas, ou seja, foi um homem ligado e participante de seu tempo e sua história. Como Maquiavel também era um apaixonado pela Antiguidade, paixão que se reflete, em parte, em sua obra *Considerações*.

Uma última e fundamental questão que precisamos mencionar aqui acerca de Montesquieu diz respeito a uma característica marcante em seus escritos ou pensamentos, qual seja, de compreender e discutir o mundo, a política e os homens a partir das diferentes culturas e suas nuances. Não obstante, ele formou seu pensamento depois de viajar alguns anos pela Europa, onde pode ver a diferença social, cultural, política e econômica de cada região. Então para Montesquieu, cada povo é de fato um povo único.

2 SOBRE O PODER

“[os homens] estão condenados a garantir o seu destino exclusivamente pelo poder.”²⁸

2.1 O GRANDE EXPOENTE DO PODER MAQUIAVELIANO

O príncipe (1513) é a obra de Maquiavel que mais ampla e também polemicamente abordou a questão do poder em Maquiavel. Vamos aqui tomar e considerar a possível finalidade de uma das obras mais importantes de Maquiavel e também da literatura filosófico-política. A questão é: por que Maquiavel escreve essa obra? Muitas, variadas e até divergentes interpretações já desfilaram como resposta ao longo da história pós-maquiaveliana. *O príncipe* já foi considerado um manual para príncipes, ou simplesmente para governantes. Já foi interpretado como uma espécie de “denúncia” ou “advertência” ao povo de como a política e os políticos são e agem, e, sob essa perspectiva, *O príncipe* seria um livro que educaria o povo sobre a verdadeira “cor” da política e do político. Também há quem considere *O príncipe* apenas como uma obra que Maquiavel escreveu para, em última instância, implorar novamente por sua posição de homem de ação política, ou então, para suplicar que alguém tirasse a Itália do cenário conturbado e desunido que nela imperava.

Apesar dessas interpretações, o entendimento que buscamos resgatar e afirmar como aquele que nos convence sobre o verdadeiro anseio de Maquiavel ao escrever *O príncipe* é, sem dúvida, o de que essa obra é resultado de sua permanente e inabalável paixão pela política e, por conseguinte, pelas nuances do poder. Logo, *O príncipe* tem como objetivo tão-somente mostrar àqueles que estão envolvidos no ambiente da política que ela é um exercício necessário, complexo e vital. *O príncipe* é uma obra que deseja apenas mostrar a experiência de um homem que viveu e pensou a vida toda sobre a política e cuja experiência e aprendizagem pretendeu passar para o mundo. E como homem de ação política, Maquiavel queria sim continuar esperando, desejando que um homem, um príncipe surgisse e tirasse a Itália do abismo. *O príncipe* tinha a ambição de mostrar ou incitar que a política poderia salvar a Itália,

²⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979. p. 20.

aliás, só a política, ou somente um príncipe poderia operar grandes feitos. Enfim, Maquiavel mostrou, até às últimas letras de sua obra, que escrevia não só experiências, vivências políticas, mas também escrevia sua paixão e crença na política. “*O príncipe* não é um livro de ‘ciência’, no sentido acadêmico, mas de ‘paixão política imediata’, um ‘manifesto’ de partido, que se baseia numa concepção “científica” da arte política.”²⁹

A partir dessa interpretação d’*O príncipe*, entende-se que essa obra constitui o cerne do pensamento maquiaveliano sobre a política que ele considerava coerente, necessária e eficaz. Conseqüentemente, essa obra preocupa-se, em seu núcleo, com a questão do poder, visto que a política é, por excelência, para nosso autor, uma preocupação permanente com o poder, o que fica evidente, sobretudo, na obra em questão, por meio da abordagem da aquisição e preservação do poder.

Assim, Maquiavel em *O príncipe* expõe em uma linguagem forte, ousada e categórica, os caminhos, os pressupostos e as diversas facetas do poder. Um poder que é marcado por muito ‘parecer’, isto é, para o florentino, ‘ser’ não é necessariamente importante, mas ‘parecer’ é vital para aquele que deseja ou possui o poder. Uma vez que a própria natureza humana tende a muitas vezes sobrepor o ‘parecer’ ao ‘ser’, como afirma Maquiavel: “Todos os homens se importam com a aparência das coisas, tanto quanto com o que elas realmente são; e muitas vezes se interessam mais pelas aparências de que pela realidade.”³⁰ Enfim, a questão da aparência é um elemento importante e original da definição de poder em Maquiavel que se destaca em *O príncipe* e, inclusive, esse é um dos elementos que também contribuiu grandiosamente para a disseminação de uma leitura da obra de Maquiavel como imoral, perigosa ou simplesmente maquiavélica.

²⁹ GRAMSCI, Antonio. 1984, p. 135.

2.1.1 Poder versus *Virtù* e Fortuna

Virtù e Fortuna são conceitos centrais na obra de Maquiavel. A primeira distinção importante a ser feita sobre a *virtù* diz respeito ao seu teor absolutamente disvinculado da moral ou religião. *Virtù* tem aquele homem³¹ que possui a visão, a percepção aguçada a ponto de *perceber o perigo, aproveitar as oportunidades e criar, realizar feitos grandiosos*. Esse é o homem que Maquiavel define como um homem de *virtù*. A *virtù*, então, é a capacidade que um determinado homem tem de agir com prudência, perspicácia e grandiosidade. Além disso, a *virtù* em Maquiavel está pautada sob:

[...] coraggio, valore, grandezza d'animo, fortezza, resistenza, saggezza, audacia, ma anche spregiudicatezza ed astuzia, e soprattutto la capacità di reagire in modo giusto nelle circostanze più disparate. L'uomo virtuoso sa adattarsi alle diverse *occasioni* [...]. L'idea della virtù come capacità di scegliere la linea di condotta opportuna per ogni occasione.³²

Portanto, o homem que possui *virtù* é dotado das características mais contundentes de um ser que representa uma fortaleza³³, entendida como força física e como “força” no uso da razão (como astúcia, prudência, etc.). Logo, é evidente que o poder está para o homem de *virtù* do mesmo modo que o homem de *virtù* está para o poder. Em outras palavras, ao definir a *virtù*, percebemos claramente Maquiavel falando da essência do poder e quando ele fala do príncipe parece estar corporificando esse poder. Não obstante, devemos ser cautelosos para não concluirmos precipitadamente que a *virtù* é sinônimo de poder, e vice-versa. Existe certamante, como já apontamos, uma relação inerente entre esses elementos maquiavelianos, entretanto, o poder não se reduz a essa primeira relação (*virtù* & poder). Tanto o poder

³⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979, p. 91.

³¹ É importante ressaltar aqui que Maquiavel fala da *virtù* como uma característica naturalmente masculina, ou ainda proveniente do varão. Segundo Pinzani, Maquiavel define a *virtù* como “dell'uomo dotato di qualità tipicamente mascoline come valor militare, coraggio, ambizione ecc” (“daquele homem dotado da qualidade tipicamente masculina como o valor militar, a coragem, a ambição, etc.”). (PINZANI, Alessandro. 2006. p. 57).

³² “Coragem, valor, grandeza de ânimo, firmeza, resistência, sabedoria, audácia, mas também falta de escrúpulos e astúcia e, sobretudo, a capacidade de reagir de modo justo nas circunstâncias mais adversas. O homem de *virtù* se adapta às diversas *ocasiões* [...]. A idéia da *virtù* como capacidade de seguir a linha de conduta oportuna para cada ocasião.” (PINZANI, Alessandro. 2006, p. 58-59).

quanto a *virtù* estabelecem outras relações diferentes e diversas, configurando-se em elementos bem mais complexos que uma primeira análise pode sugerir.

Um outro âmbito da *virtù*, apontado e discutido por Skinner, diz respeito à “moralidade” oferecida e obedecida pela mesma. No entender de Skinner, Maquiavel

Argumenta que la característica que define a un príncipe verdaderamente *virtuoso* debe ser la disposición a hacer siempre lo que la necesidad dicta – sea mala o virtuosa la acción resultante – con el fin de alcanzar sus fines más altos. De este modo *virtù* denota concretamente la cualidad de flexibilidad moral en un príncipe: “él debe tener siempre su espíritu dispuesto a volverse en cualquier dirección al compás del soplo de la Fortuna y según lo requiera la variabilidad de los asuntos.”³⁴

Importa, por conseguinte, apontar essa característica da *virtù*, enquanto aquela que está pautada sob a flexibilidade da moralidade. Isso não significa que o príncipe de *virtù* é mau, mas que o sabe ser, quando necessário e prudente.

Seguindo esse raciocínio, qual seja, das diversas relações presentes na configuração daquilo que Maquiavel chama de poder, detemos-nos um momento na relação *virtù* e Fortuna.

Certamente essa *virtù* é definida como antítese da Fortuna; é o poder de subtrair-se à desordem dos acontecimentos, elevar-se acima do tempo que, como aprendemos, enxota tudo à sua frente, é agarrar a ocasião e, portanto, conhecê-la é enfim, [...] introduzir forma numa matéria.³⁵

Ou seja, a *virtù* é de caráter interno, faz parte da natureza de alguns homens. No entanto, tal *virtù*, em determinados momentos, se concretiza na medida em que se relaciona com um outro elemento maquiaveliano, denominado de Fortuna. A Fortuna, por sua vez, é um elemento externo ao homem que se manifesta testando, afrontando, ou legitimando a *virtù* do homem. Lefort, na passagem citada acima, discute ou

³³ Termo entendido no seu sentido de: qualidade ou caráter de forte; força, vigor, robustez, firmeza, constância, solidez e segurança.

³⁴ “Argumenta que a característica que define um príncipe verdadeiramente *virtuoso* deve ser a disposição de fazer sempre o que a necessidade dita – seja má ou virtuosa a ação resultante – com o fim de alcançar seus fins mais altos. Deste modo *virtù* denota concretamente a qualidade de flexibilidade moral em um príncipe: ele deve ter sempre seu espírito disposto a voltar-se a qualquer direção ao compasso do sopro da Fortuna e segundo requera a variabilidade dos assuntos.” (SKINNER, Quentin. *Maquiavelo*. Madrid: Alianza Editorial, 1981, p. 54).

³⁵ LEFORT, Claude. *Desafios da Escrita Política*. Trab. Eliana de Melo Souza. São Paulo: Discurso

apresenta a *virtù* e a Fortuna numa relação de analogia com a “forma” e a “matéria”, respectivamente. Em outros termos, a Fortuna é uma matéria posta ou imposta ao homem e esse, sendo detentor da *virtù*, lapidará e modelará essa matéria. Uma definição da *virtù* é dizer também, e inclusive, que a *virtù* é a realização pelo homem de um grande feito devido à sua eficaz intervenção no momento criado pela Fortuna. Nesse sentido, a Fortuna complementa e concretiza a *virtù*.

Podemos verificar, então, que a Fortuna é esse elemento externo ao homem, que se apresenta de forma a comprovar ou não a *virtù* desse homem. Desse modo, esta Fortuna vai se caracterizar positiva ou negativamente a partir do seu encontro com um homem com *virtù* ou não. Nas palavras de Maquiavel, “penso poder ser verdade que a Fortuna seja árbitra de metade de nossas ações, mas que, ainda assim ela nos deixa governar quase a outra metade”.³⁶ Essa divisão não é algo tão matemático quanto esse fragmento do pensamento de Maquiavel pode sugerir ou aparentar, mas serve para expressar a grande força da Fortuna sobre as ações dos homens. Posto que a Fortuna é uma força externa de enobecedor ou destruidor impacto, de acordo com a prudência ou não do homem, somente um homem com *virtù* vai saber utilizar-se da mesma e não se deixar levar pelo rio impetuoso que ela representa. Maquiavel faz uma analogia da Fortuna com um rio impetuoso, desgovernado, com a qual consegue clarificar e explicitar o que exatamente compreende a Fortuna. Assim esclarece Maquiavel:

Comparo-a [Fortuna] a um desses rios impetuosos que, quando se encolerizam, alagam as planícies, destroem as árvores, os edifícios, arrastam montes de terra de um lugar para outro: tudo foge diante dele, tudo sede ao seu impacto, sem poder abster-se, se bem que as coisas se passam assim, não é menos verdade que os homens, quando volta a calma podem fazer reparos e barragens, de modo que, em outro meio, aqueles rios correrão por um canal e o seu ímpeto não será tão livre nem tão danoso. De mesmo modo acontece com a Fortuna, o seu poder é manifesto onde não existe resistência organizada, dirigindo ele a sua violência só para onde não se fizeram diques e reparos para contê-lo.³⁷

Uma das principais medidas que o homem deve tomar, segundo Maquiavel, com o fim de direcionar positivamente a Fortuna, é manter-se sempre em vigilância.³⁸

Editorial, 1999, p. 44.

³⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. 1996, p. 131.

³⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. 1996, p. 131.

³⁸ É interessante observar que a *vigilância* é um recurso que Maquiavel constantemente lança mão como

Quem conhece a força da Fortuna não descuidar-se-á jamais das instituições, das leis, da ordem, dos costumes e da tradição, além de ter o espírito sempre atento e pronto para a guerra.

A Fortuna é, pois, uma força exterior que se impõe ao homem-príncipe manifestando todo seu poder. E esse poder somente será neutralizado e controlado se o homem-príncipe estiver preparado com armas e ferramentas para combatê-lo. Assim, deve o homem permanecer sempre vigilante e preocupado para não se deixar dominar e até destruir pela voluntariedade da Fortuna.

Todavia, Maquiavel fala que a Fortuna pode e deve ser uma grande aliada para o príncipe, sendo ela um obstáculo que pode ser convertido em trampolim:

A Fortuna, máxime quando quer engrandecer a um novo príncipe, o qual tem mais necessidade de conquistar reputação do que um hereditário, suscita-lhe inimigos que o guerreiam a fim de que tenha ele a oportunidade de vencê-lo, e subir mais, valendo-se daquela escada que os próprios inimigos lhe estendem.³⁹

Como podemos constatar, o papel que a Fortuna tem é muitas vezes decisivo para o homem, ou ainda para o príncipe. A realidade é muito inconstante, sendo prudente e necessário que se previna aquele que tem ou deseja frutos desses momentos favoráveis.

A covardia e a fraqueza são atrativos fortes e decisivos para a Fortuna estabelecer toda sua "fúria, raiva e vileza que a definem".⁴⁰ Enfim, a Fortuna é extremamente perigosa, mas também generosa com aquele que a conhece e a domina.

Estou convencido de que é melhor ser impetuoso do que circunspecto, porque a sorte é mulher e, para dominá-la, é preciso bater-lhe e contrariá-la. E é geralmente reconhecido que ela se deixa dominar mais por estes do que por aqueles que procedem friamente. A sorte⁴¹, como é mulher, é sempre amiga dos jovens, porque são

requisito fundamental do príncipe em diversas ocasiões ou instâncias, por exemplo: para manter o poder, precaver-se das ameaças ao seu poder, para evitar a corrupção, para bem direcionar paixões negativas, etc. Enfim, a vigilância ou estado de vigilância é questão imprescindível para Maquiavel. Talvez, uma explicação para tamanha importância da vigilância seja a própria idéia e estado de guerra permanente que rege o momento histórico que Maquiavel vive e escreve sua obra.

³⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. 1996, p. 117.

⁴⁰ NEGRI, Antonio. *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 139.

⁴¹ Aqui é fundamental ressaltar que o tradutor optou pela palavra "sorte", mas a melhor opção e mais fiel ao pensamento de Maquiavel seria mesmo "fortuna". Vejamos esta passagem em uma edição italiana de 'Il principe' de 1957, Sansoni-Firenzi. "Io iudico bene questo, che sia meglio essere

menos circumspectos, mais ferozes e com maior audácia a dominam.⁴²

Maquiavel, nessa passagem, demonstra como a Fortuna deve ser tomada, posto que é de natureza violenta, necessitando de alguém que a direcione de forma a não concretizar sua fúria. Somente ao dominá-la, o homem de *virtù* terá uma aliada e não uma inimiga.

A Fortuna é voluntariosa, mostrando-se na forma de uma imposição (não no sentido de aceitação, mas de presença). Independentemente da vontade do homem, ela é algo externo que se apresenta a determinados homens. Não obstante, como já chamamos a atenção, a Fortuna também é um recurso eficaz para o sucesso do príncipe, se este souber aproveitar da oportunidade oferecida pela mesma. Portanto, a Fortuna não é em si mesma boa ou má, mas ela pode ser uma ou outra, o que determinará isso será o momento e a *virtù* daquele para quem ela se faz presente.

Como foi possível perceber nos parágrafos anteriores, a *virtù* e a Fortuna são elementos fundamentais quando se pensa o poder em Maquiavel. O poder se confunde, se mostra ou se desenha, em grande medida, a partir desses dois conceitos aparentemente opostos (aparentemente porque em alguma perspectiva são elementos complementares).

impetuoso che rispettivo, perché la fortuna è donna; et è necessario, volendola tenere sotto, batterla et urtarla. E si vede che la si lascia più vincere da questi, che da quelli che freddamente procedano. E però sempre, come donna, è amica de' giovani, perché sono meno rispettivi, più feroci, e con più audacia la comandano."p.141.

⁴² MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. 1996, p. 134. Interessante como Maquiavel humaniza a *virtù* e a Fortuna, comparando a Fortuna a uma mulher que precisa ser dominada, enquanto que a *virtù* é própria

2.1.2 O poder maquiaveliano: misto de aparência, fortaleza e convencimento

“O poder é o espaço da representação e da ilusão.”⁴³

Embora constantemente se tome apenas o Maquiavel-espantalho ao se estudar superficialmente sua obra, a discussão acerca do poder vai inexoravelmente trazer o teórico Maquiavel à pauta. Não há como falar em poder na filosofia política sem se remeter imediatamente a Maquiavel.

Antes de adentrarmos nas observações maquiavelianas acerca do poder é imprescindível tecer algumas considerações sobre as terminologias maquiavelianas, especialmente sobre o uso do termo 'poder' em Maquiavel. Apesar da tão disseminada compreensão que se tem da discussão sobre o poder em Maquiavel, muitos leitores se surpreendem ao entrar em contato com o texto original de Maquiavel em italiano e constatar a quase que absoluta ausência do termo 'potere'. Tal constatação se deve ao fato de Maquiavel utilizar o termo 'stato' ao se referir ao que entendemos modernamente por poder. Logo, o 'stato' maquiaveliano é nosso 'poder' moderno, assim 'stato' é efetivamente a sagueza, a força e a *virtù* de um indivíduo em manter, conservar o Estado. Segundo Pinzani:

Quando [Machiavelli] afferma che scopo principale del principe è quello di "mantenere lo stato", non vuol dire che il principe deve difendere lo Stato, ma solo che deve mantenere la propria posizione di potere (e qui un ruolo considerevole lo gioca sicuramente l'ambiguità del termine "stato").⁴⁴

Para falar de Estado como entidade territorial, Maquiavel faz uso dos termos 'repubblica', 'principato' e 'cittade'. Por último, ainda é importante esclarecer que quando Maquiavel se refere ao Estado enquanto entidade soberana de governo, usa a expressão 'governo' e 'signoria'.⁴⁵ Portanto, indiferente à nomenclatura, o que Maquiavel buscou foi discutir e compreender o que é e qual é a relação do homem

do varão, do masculino que sabe dominar, que é feroz.

⁴³ HEBECHE, Luiz A. *A guerra de Maquiavel*. Livraria Unijuí, Editora: Ijuí, 1988. p. 97.

⁴⁴ Quando Maquiavel afirma que a principal finalidade do príncipe é o de “manter o estado”, não significa que o príncipe deve defender o Estado, mas apenas que ele deve manter a sua posição de poder (e aqui um grande papel que desempenha certamente é a ambigüidade do termo “Estado”). (PINZANI, Alessandro. 2006, p. 46).

⁴⁵ Sobre estes esclarecimentos terminológicos conferir PINZANI, Alessandro. 2006.p. 46-49.

com essa força, elemento ou paixão que toma a política como especial palco para suas revelações.

Portanto, o cerne de toda a obra de Maquiavel certamente é o poder. Contudo, em nenhum momento Maquiavel escreveu diretamente e conceitualmente o que é o poder. Não se encontra na obra desse pensador uma definição explícita de poder. Por outro lado, praticamente tudo o que Maquiavel grafou tem ligação com um conceito de poder que podemos extrair de sua obra. Para Maquiavel, o poder é simplesmente fato, pressuposto humano e social. Considerou originariamente o poder como ato, ou seja, ele falou de como via o poder acontecer. Não seguiu o caminho das ideologias e da metafísica, mas concentrou toda sua atenção na experiência do poder, esclarecendo suas implicações. Dessa forma, preocupou-se categórica e profundamente com o que via e como o via. Ou ainda, ocupou-se da realidade que percebia na sua vasta e profunda experiência enquanto homem que participava deste poder, com a ação e com a teoria/intelecto.

O poder, em Maquiavel, é algo que todos genuinamente desejam ter, mas poucos efetivamente o conseguem e menos ainda são aqueles que conseguem conservá-lo. Uma preocupação central de Maquiavel com relação ao poder é a questão da conservação do mesmo. Para se conquistar o poder é necessário um esforço significativo, entretanto, para conservá-lo é fundamental uma permanente, incansável e prudente vigilância. Sempre haverá dentre os subjugados pelo poder de um, aqueles firmemente empenhados a saírem dessa condição para a de subjugadores. Isso porque, como já afirmamos anteriormente, de acordo com Maquiavel, o poder é um elemento presente e constante na vida de todos os homens, e basta a mais sinuosa possibilidade de tomar o poder que o homem se empenhará de todo para isso. A inferência de que o homem é um infinito amante do poder é constante e firmemente confirmada em toda a obra de Maquiavel. Em muitas passagens, ele torna explícita a idéia de um poder que se comporta como um “bem” que o homem busca incessantemente e muitas vezes desconsiderando qualquer obstáculo. Pois que os homens “estão condenados a garantir o seu destino exclusivamente pelo poder.”⁴⁶

Na obra *O Príncipe*, como já evidenciamos anteriormente, Maquiavel desenvolve e/ou estabelece as implicações cruciais para se chegar ao cerne do poder.

⁴⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979, p. 20.

Esse poder que, primeiramente, tem a capacidade de influenciar e até modificar a vida dos outros e também daquele que o representa. O príncipe é aquele ser dotado de tamanha habilidade que faz de si um ser absolutamente capaz de lidar com os outros de forma a impor suas vontades. O príncipe representa o poder em Maquiavel porque o poder necessita "manifestar-se" num ser que vai revelar aos outros e sobre os outros toda a magia, o encanto, a soberania e a vitalidade do poder. Ele precisa tornar-se visível pelas atitudes, propriedades, aparências, ou pela *virtù* do príncipe. O poder é, em grande parte, essa magia ou simbologia, que demanda uma postura imponente. Diríamos inclusive que impõe um jeito de falar, um jeito de olhar, uma forma de se expressar que demonstra grandiosidade. Isso porque o poder faz uso de um corpo para, por meio dele, legitimar sua força. Em outros termos, o poder é, em grande medida, aquilo que o outro vê e que o "corpo" representa. Metaforicamente, o que queremos dizer é que o poder toma um corpo para se tornar visível aos outros, e esse corpo vai representar e apresentar toda uma simbologia, vai assumir o papel de mostrar, caracterizar todo o vigor e força que demanda o poder. Para Maquiavel, finalmente, o poder é identificável, reconhecível em sua grandiosidade e encanto.

Conforme já tivemos a oportunidade de analisar, *O Príncipe* de Maquiavel é encarado por uma grande maioria de seus leitores como um manual para homens que desejam viver o poder nele descrito, sobretudo os homens do poder, os príncipes, ou hoje, os governantes, os presidentes, enfim, os homens que potencialmente possuem a oportunidade de experienciar e exercitar o poder. Reconhecendo-se que o poder em Maquiavel é, pois, um estado, eu posso de fato ter o poder. O poder me pertence e suscita justamente que para eu tê-lo os outros não o tenham.

O poder ainda é algo factualmente impartilhável, uma conquista singular, solitária. Aquele que possui o poder, diz Maquiavel, deve ser acima de tudo e, por excelência, auto-suficiente. A dependência para com terceiros pode auxiliar hoje, mas arruinar o detentor do poder amanhã. Dessa maneira, tem-se que o poder exige e pressupõe um ser que anda com suas próprias pernas, sem amparos. Além do mais, o poder está para o forte, o guerreiro, aquele que não tem ou não demonstra fraqueza. Nesse sentido, Maquiavel afirma:

Não desejarais cair só por creres que encontrarias quem te levantasse. Isso ou não acontece, ou, se acontecer, não te dará

segurança, porque é fraco meio de defesa o que não depende de ti. E somente são bons certos e duradouros os meios de defesa que dependem de ti mesmo e do teu valor.⁴⁷

Espera-se do príncipe, ou pressupõe-se no príncipe, essa autonomia e auto-suficiência, esse vigor de tomar “as rédeas da situação dada, posta”, apoiado apenas em sua *virtù* e contando com a Fortuna para *saciar sua sede de poder*.

Maquiavel apresenta algumas das principais facetas do poder a partir das qualidades esperadas do príncipe. Consideremos essa reveladora passagem:

Fá-lo desprezível o ser considerado volúvel, leviano, efeminado, pusilânime, irresoluto. E essas são coisas que devem ser evitadas pelo príncipe como o nauta evita um rochedo. Deve ele procurar que em suas ações se reconheça grandeza, coragem, gravidade e fortaleza.⁴⁸

A imagem que Maquiavel pretende representar do poder é a imagem da fortaleza. O príncipe deve ser inabalável, constituir-se na expressão da fortaleza. Ou melhor, o poder deve parecer ter ou ser todas as qualidades elencadas acima, visto que o mais importante para o poder maquiaveliano não é ter e ser uma fortaleza inabalável, mas que os outros acreditem e vejam o poder estampado no príncipe. O poder é essa entidade um pouco real, um pouco mágica, um pouco "maquiavélica"⁴⁹, um pouco endeusada. Enfim, é essa propriedade, elemento, característica da natureza humana e social que define, influencia, interfere e completa cada sujeito.

O poder exige a dedicação e entrega por inteiro de seu amante, quem deseja o poder precisa fazê-lo fortemente, de todo seu ser. Maquiavel procura mostrar que as ações e os desejos precisam ser vividos com intensidade. Portanto, o poder, mais do que tudo, não se entrega àquele que o quer como *algo a mais*. Sua aquisição ou permanência está baseada na mais profunda dedicação de seu amante em vivenciá-lo e legitimá-lo. O amante do poder precisa pautar-se na *virtù*. Deve saber “dominar e tomar” a Fortuna para que o poder permaneça, para que ele seja atraído. O poder é exigente, é uma posse que se revela possessiva: o príncipe tem o poder mas, para isso, o poder também tem o príncipe. É uma relação recíproca entre amantes. Por isso, o

⁴⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. 1996, p. 130.

⁴⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. 1996, p. 105.

⁴⁹ No sentido mesmo de astuto, velhaco, artiloso, ardil, etc.

homem comum não permanece com o poder porque logo se descuida dele e é arrasado por uma paixão ou destruído pela Fortuna. Poucos e privilegiados são aqueles que de fato são amados pelo poder porque, como já afirmamos, ele está para os fortes, virtuosos, possuidores e "manipuladores" das paixões ou para aqueles que, em última instância, convencem os outros que representam tudo isso que o poder ama. Nesse sentido é interessante observar o que Lefort conclui, isto é, “le prince incarne l’imaginaire que sa fonction dans la société lui assigne, mais, en même temps, il y est pris, il est ce désir de puissance et de gloire dans lequel se métamorphose le désir de ses sujets.”⁵⁰

Em Maquiavel, o poder também é convencimento, sendo que o príncipe não precisa ter qualquer das qualidades esperadas dele. Mas, precisa aparentar ter e saber convencer os outros, ou o povo, que verdadeiramente as possui. Maquiavel sustenta que “aquele que engana sempre encontrará quem se deixe enganar”.⁵¹ E acrescenta:

O príncipe não precisa possuir todas as qualidades [...] bastando que aparente possuí-las. Antes, teria eu audácia de afirmar que, possuindo-as e usando-as todas, essas qualidades seriam prejudiciais, ao passo que, aparentando possuí-las, são benéficas, por exemplo: de um lado, parecer ser efetivamente piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso, e de outro ter o ânimo de sendo obrigado pelas circunstâncias a não ser, tomar-se o contrário.⁵²

E, para concluir, Maquiavel ainda salienta: "é que os homens, em geral, julgam mais pelos olhos do que pelas mãos, pois todos podem ver, mas poucos são os que sabem sentir".⁵³ Enfim, esse é o poder maquiaveliano. Um misto de fortaleza, aparência e convencimento.

⁵⁰ “O príncipe encarna o imaginário que sua função na sociedade lhe designa, mas, ao mesmo tempo, ele prende-se, ele é esse desejo de poder e glória no qual se metamorfoseia o desejo de seus súditos.” (LEFORT, Claude. *Le travail de l’oeuvre Machiavel*. Tel Gallimard: France, 2008. p. 434.).

⁵¹ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. 1996, p. 102.

⁵² MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. 1996, p. 102.

⁵³ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. 1996, p. 103.

2.1.3 A visibilidade do poder maquiaveliano

O poder faz uso de diversos meios e instrumentos para sua sustentação, e mesmo para sua legitimação. As instituições são o alicerce do poder político, sendo que garantem inclusive a bondade do homem, ou seja, para Maquiavel o homem, por tudo que carrega na sua natureza, facilmente se corrompe sem algo que lhe dê limite e direção. Há uma carência humana que precisa ser suprida por uma força maior, pois o homem precisa viver sob a orientação, o comando de algo superior e mais poderoso. Tal papel é assumido pelos diversos mecanismos de sustentação do poder. Dessa forma, a educação, a lei e a religião, por exemplo, são todos fortes instrumentos que servem para efetivar o poder de uns sobre os outros.

Na peça *A Mandrágora*, Maquiavel mostra como são usadas todas as formas de poder, os instrumentos, os recursos disponíveis (instituições como a Igreja ou a família; paixões como a ambição, o orgulho, o egoísmo, a inveja, etc.; assim como, a força e a astúcia) para convencer a honesta Lucrécia a tomar a mandrágora e participar de um plano que a tornaria mãe, mas também sacrificaria a vida de um homem, assim como iria contra sua honestidade, sua religião e sua virtude. Calímaco é dominado e atormentado por uma forte paixão. Deseja conquistar e tomar para si uma mulher. Para tanto, recorre a todos os recursos necessários no intento de atingir seu objetivo, ou objeto de desejo, o que, segundo nosso autor, é legítimo. Calímaco alcança êxito por saber conduzir e usufruir de todos os instrumentos que o poder dispõe. Assim, Maquiavel mostra através de Calímaco, por exemplo, que o homem – representado na forma figurativa de Lucrécia –, é passível de ter todas as suas convicções mais fortes e enraizadas abaladas e mesmo modificadas, nesse caso, por meio da hábil persuasão e ação de Ligúrio, que faz uso dos diversos mecanismos que o poder lhe proporciona.⁵⁴

O poder não possui limitações para se fazer valer, podendo fazer uso de todo e qualquer instrumento disponível. No entender de Maquiavel, não há censura possível para aqueles que souberam adequadamente valer-se de todo e qualquer recurso do poder e quando o resultado tiver sido o êxito, pois a ação desses homens deve ser

⁵⁴ Sobre este tema ver: PINZANI, Alessandro. "It's the power, stupid!" On the Unmentioned Precondition of Social Justice. Apud: FOLLESDAL, A.; POGGE, T. (Orgs.). *Real World Justice*. Dordrecht: Springer, 2005. p. 167-193.

avaliada pelo resultado. Dessa maneira, os que tiveram êxito ou foram dignos do poder ao longo da história humana, para Maquiavel, merecem todos os louvores.

Dentre todos os mortais que já mereceram elogios, os mais dignos são os chefes ou fundadores de religiões. Depois vêm os fundadores de repúblicas ou reinos. Em seguida, os que, à frente dos exércitos, estenderam os domínios de sua pátria. A estes devemos acrescentar os letrados [...]. Por outro lado, merecem o ódio e a infâmia os destruidores de religiões, os que permitiram que os reinos ou repúblicas confiados a seus cuidados se perdessem, os inimigos da virtude, das letras e das artes honradas e úteis à espécie humana; e assim os ímpios, os furiosos, os ignorantes, os ociosos, os covardes e os inúteis.⁵⁵

Dessa passagem se segue que, para Maquiavel, têm valor maior aqueles que mais e melhor souberam comandar, liderar e se fazer úteis à humanidade. O poder, bem como seus mecanismos de controle, são de fato fundamentais para o homem, fazendo-se extremamente necessários.

Voltando ainda à questão da força das instituições, Maquiavel afirma:

Todos os homens são maus, estando dispostos a agir com perversidade sempre que haja ocasião [...] os homens só fazem o bem quando é necessário; quando cada um tem a liberdade de agir com abandono e licença a confusão e a desordem não tardam a se manifestar por toda parte.⁵⁶

Logo, na concepção de Maquiavel, é perigoso e pernicioso que o homem não viva sob instituições, entidades e mecanismos, como as leis, por exemplo, que vão orientá-lo e canalizar suas paixões negativas⁵⁷. Em diversas passagens de sua obra, Maquiavel conclui explicitamente que as leis são indispensáveis para o homem, pois através delas o homem torna-se bom.

⁵⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979, p. 53.

⁵⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979, p. 29.

⁵⁷ As paixões negativas, tanto para Maquiavel quanto para Montesquieu, são aquelas paixões que atentam contra o bem comum, são paixões que ferem precisamente o sentido de *res publica*. Portanto,

2.1.4 O poder e a necessidade

*A necessidade intervém quando o caminho da ação já está de tal forma determinado, que só resta aos homens se conformar com os resultados.*⁵⁸

É comum a interpretação do poder como algo mau, perverso e cruel a partir de algumas passagens famosas e fragmentos da obra de Maquiavel. Há diversas passagens d'*O príncipe* e também do *Comentários* que com recorrência são citadas e servem de base para se extrair conclusões relacionadas a toda a obra de Maquiavel. Tomemos a título de exemplificação algumas dessas passagens: "É necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau."⁵⁹ E ainda:

O príncipe não precisa possuir todas as qualidades (...), bastando que aparente possuí-las. Antes, teria eu a audácia de afirmar que, possuindo-as e usando-as todas, essas qualidades seriam prejudiciais, ao passo que, aparentando possuí-las, são benéficas; por exemplo: de um lado, parecer ser efetivamente piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso, e de outro, ter o ânimo de, sendo obrigado pelas circunstâncias a não o ser, tornar-se o contrário.⁶⁰

Como percebemos nessas poucas, mas bastante expressivas passagens maquiavelianas, o conteúdo delas observadas isoladamente pode e já deu lugar a muitas interpretações e por vezes bastante distantes daquilo que propõe Maquiavel acerca do poder.

Dessa forma, queremos agora nos voltarmos para uma questão de relevância significativa nas afirmações comumente conhecidas de Maquiavel acerca do poder, as quais se constituem numa fonte para os que precipitadamente interpretam o poder maquiaveliano como algo extremamente maquiavélico, com todos os seus fortes adjetivos pejorativos. Referimo-nos aqui à necessidade, que é uma questão que precisa ser mais explorada e não menosprezada em sua relação com aquilo que o poder pode ou deve vir a fazer, pois não é rara e nem periférica a atenção que Maquiavel dá a esse fator, quando do exercício do poder e, inclusive, quando ele expõe a natureza humana.

toda vez que uma paixão se torna negativa, ela se pauta única e exclusivamente pelo individual.

⁵⁸ BIGNOTTO, Newton. 1991. p. 71.

⁵⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. 1996, p. 92.

⁶⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. 1996, p. 102.

Embora no terceiro capítulo, dedicado às paixões, essa questão da necessidade será trabalhada com maior atenção, é preciso, nesse momento, esclarecer alguns aspectos da relação entre necessidade e poder. Quando Maquiavel afirma ser legítimo ao príncipe agir e ser mau, o faz justamente a partir da idéia de necessidade, ou seja, somente a necessidade caracteriza a possibilidade do príncipe ser mau. Nas palavras do florentino: “É necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade.”⁶¹ Portanto, a maldade atribuída ao príncipe como se fosse praticamente um atributo ou propriedade fundamental para o mesmo, trata-se, ao contrário, de algo que só deve se manifestar no príncipe se for necessário. É somente a “necessidade” que conta no momento em que o príncipe se vale da maldade.

A necessidade tem, certamente, um caráter imperioso. Maquiavel tinha plena consciência do que representa a necessidade tanto para o príncipe quanto para o povo. Isso se faz bem claro na seguinte passagem conhecida:

É que os homens geralmente são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ambiciosos de dinheiro, e, enquanto lhes fizeres bem, todos estão contigo, oferecem-te sangue, bens, vida, filhos, como disse acima, desde que a necessidade esteja longe de ti. Mas, quando ela se avizinha, voltam-se para outra parte.⁶²

Isso significa que o homem age de acordo com o que a necessidade, em grande parte, determina. Não é apenas o príncipe, mas também o poder que age segundo o imperativo da necessidade. A natureza humana está fadada a ter essa postura, uma vez que a necessidade impõe-se a tudo e a todos. Contudo, de forma alguma estamos concluindo que ela é a dona do destino e/ou ação humana, pois Maquiavel compreende o homem na perspectiva da liberdade. O que estamos aqui ressaltando com a questão da necessidade é que, embora o homem possua liberdade e tenha forte poder de ação, também precisa conviver com a necessidade que o limita frequentemente em suas ações. Assim, em relação ao poder, apesar de a disposição do príncipe normalmente ser a de tomar a atitude A, ele é levado a tomar a atitude B, posto que existe uma necessidade o conduzindo à atitude B. Essa necessidade comumente está ancorada, seja quanto ao poder, seja quanto ao príncipe, na mais

⁶¹ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. 1996, p. 92.

eficaz atitude com vistas a preservar o poder. Daí advém, de certa forma, a tão explorada afirmação “os fins justificam os meios”, isto é, o príncipe sempre deve prezar pelo fim último e o fim último é conservar e preservar o poder, ou o Estado. Convém ressaltar que, como sabemos, “os fins justificam os meios” é uma afirmação atribuída a Maquiavel, entretanto, em nossas pesquisas não encontramos tal afirmação grafada, assim como diversos comentadores enfatizam a inexistência de tal frase nos escritos de Maquiavel. Contudo, é possível atribuir essa idéia a Maquiavel por inferência de diversas outras passagens nas quais ele dá conteúdo a essa afirmação. Para ficarmos em alguns exemplos, podemos resgatar uma passagem da peça teatral *A mandrágora*, na qual tem-se a frase: “Deve-se, em todas as coisas considerar o fim.”⁶³ E também essa outra passagem de *Comentários*,

Nenhum espírito esclarecido reprovará quem se tenha valido de uma ação extraordinária para instituir um reino ou uma república. *Alguém pode ser acusado pelas ações que cometeu, e justificado pelos resultados destas.* E quando o resultado for bom, como no exemplo de Rômulo⁶⁴, a justificação não faltará. Só devem ser reprovadas as ações cuja violência tem por objetivo destruir, em vez de reparar (itálico nosso).⁶⁵

E para terminar uma outra expressiva passagem maquiaveliana:

Procure, pois, um príncipe, vencer e conservar o Estado. Os meios que empregar serão sempre julgados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo é levado pelas aparências e pelos resultados dos fatos consumados, e o mundo é constituído pelo vulgo, e não haverá lugar para a minoria se apoiar.⁶⁶

Como percebemos através dessas passagens, Maquiavel de fato, sugere e justifica em grande medida a afirmação de que os fins justificam os meios. Um outro grande exemplo é a posição que Maquiavel toma em relação ao assassinato de Remo por seu irmão Rômulo. Para Maquiavel Rômulo merece absolvição, pois agiu “não para satisfazer uma ambição pessoal, mas em prol do bem comum.”⁶⁷ Portanto, o grandioso fim da atitude de Rômulo o absolve pois para o bem de todos é ponderável

⁶² MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. 1996, p. 98.

⁶³ MAQUIAVEL, Nicolau. *A Mandrágora*. São Paulo: Abril Cultural, 1976, p.83.

⁶⁴ Rômulo assassinou seu irmão Remo para reinar sozinho, e segundo Maquiavel, seu feito é justificável pelo fim que obteve, pois isso teria proporcionado o surgimento das primeiras instituições responsáveis pela grandeza de Roma.

⁶⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979, p. 49.

⁶⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. 1996, p. 103.

que, às vezes, alguém sirva de meio. Assim, embora a expressão não seja encontrada nos escritos de Maquiavel, é defensável e justificável que essa idéia possa ser uma interpretação dos escritos maquiavelianos. Contudo, é necessário se perguntar se Maquiavel está falando de ‘qualquer fim’. A resposta certamente é negativa. Maquiavel diria que depende do fim, pois como observamos acima nos exemplos, o fim que justifica os meios é o fim de conservar, manter o Estado. O fim justificável, então, para Maquiavel, é, em suma, o bem do Estado.

2.2 O PODER EM MONTESQUIEU

*O homem é uma criatura que obedece a outra criatura que manda.*⁶⁸

*A alma sente tantos prazeres em dominar as outras almas.*⁶⁹

Estas frases usadas como epígrafes por nós poderiam perfeitamente ser atribuídas a Maquiavel, isso porque Montesquieu também apresenta o homem sob a ótica de uma relação inerente com o poder. Logo, a questão do poder em Montesquieu não se distancia muito daquilo que Maquiavel já grafara. O poder montesquieniano também é algo que alguém tem, entretanto, para Montesquieu esse alguém é muitas vezes as instituições governamentais ou mesmo o Estado. É característica do poder a sua força preponderante sobre toda e qualquer tentativa de moderação, ou seja, aquele que detém o poder terá forte tentação em abusar desse poder. Isso porque o poder por si não tem limites, é necessário um dispositivo que possa impor um limite às tentativas de abuso do poder. Logo, na concepção de Montesquieu, o abuso, a degeneração são atributos inerentes ao poder.

Embora a obra de Montesquieu, da mesma forma que a de Maquiavel, não apresente uma definição explícita do conceito de poder, é legítimo atribuir a ele uma

⁶⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979. p.50.

⁶⁸ MONTESQUIEU, Barão de. *Do espírito das leis*. v. I., 1997, p. 66.

⁶⁹ MONTESQUIEU, Barão de. *Do espírito das leis*. v. I., 1997, p. 259.

posição semelhante a de Maquiavel quanto às implicações do poder. Todavia, Montesquieu vai privilegiar mais a idéia de poder presente institucionalmente e não no indivíduo, como em Maquiavel. Em outras palavras, Montesquieu vai falar, principalmente em sua obra *Do espírito das leis*, sobre o poder no âmbito da instituição, das formas de governo, ou nas instituições que compõem o Estado e que estão a serviço da manutenção e legitimação de determinado governo. Sua intenção é discutir as implicações do poder presente nas instituições na medida em que entende o poder como um elemento extremamente importante na política, mas profundamente perigoso se institucionalmente mal conduzido. Como já vimos em Maquiavel – e Montesquieu está de acordo com essa visão –, o poder é de difícil limitação e/ou direcionamento quando se trata de promover o bem público. *É um imperioso impulso ilimitado* e seu remédio é a própria doença. Nesse sentido, Montesquieu é taxativo, pois considera que "só o poder freia o poder".

A experiência eterna mostra que todo homem que tem poder é tentado a abusar dele; vai até onde encontra limites. Quem o diria! A própria virtude tem necessidade de limites [...]. Para que não se possa abusar do poder é preciso que, pela disposição das coisas, o poder freie o poder.⁷⁰

Montesquieu vai conceber a idéia de que o poder não pode agir deliberadamente sem qualquer controle sobre si. Ele desenvolve uma profícua saída para delimitar o poder, qual seja, a da divisão e/ou separação dos poderes. Assim, um poder poderia limitar e controlar o outro e vice-versa, sendo que nenhum deles estaria livre para agir à margem ou contra o bem do Estado, e o poder também estaria mais longe da corrupção que o “tenta” constantemente. Com a separação dos poderes haveria um controle mútuo, no qual todos os poderes mandam, vigiam e obedecem. Essa é, em última instância, a idéia de equilíbrio que Montesquieu deseja buscar com a separação dos poderes. Segundo as considerações de Montesquieu, “é mister combinar os poderes, regulamentá-los, moderá-los e fazê-los agir; oferecer, por assim dizer, um lastro a um para colocá-lo em condição de resistir a outro.”⁷¹ Portanto, percebe-se que o poder montesquieniano se mostra bastante vulnerável a seguir uma direção adversa ao bem público se não permanentemente vigiado e controlado. E a separação dos

⁷⁰ MONTESQUIEU, Barão de. *Do espírito das leis*. v. I., 1997, p. 200.

poderes por ele proposta, tem como principal objetivo efetivar o funcionamento do poder de forma controlada e eficaz.

A concepção montesquieniana de um poder atrelado às instituições e não ao indivíduo está ancorada na sua concepção da origem do poder. Diferentemente de Maquiavel, ele indica o surgimento do poder somente a partir do momento em que o homem passou a ter “motivos para atacar e defender-se mutuamente”⁷², ou seja, quando constituiu o Estado. Ademais, ao elencar as leis de natureza⁷³, as quais anteriormente permeavam a vida do homem no Estado de natureza, Montesquieu afirma que “a idéia de supremacia e dominação é tão complexa e dependente de tantas outras que não seria ela a primeira idéia que o homem teria.”⁷⁴ Portanto, o poder nasce somente na relação social ou política que necessita do mesmo para se estabelecer. O poder é originariamente político.

Montesquieu atribui ao poder a característica de ser extremamente maleável e sinuoso, uma ótica que o aproxima da concepção do poder maquiaveliano. Essas características, como se pode notar a seguir, tornam o poder mais eficaz:

A autoridade real é uma grande mola que deve movimentar-se fácil e silenciosamente.[...] Há casos em que o poder deve agir em toda a sua extensão; há outros em que deve agir por seus limites. O sublime da administração é saber exatamente qual é a parte do poder, grande ou pequena, que se deve empregar nas diferentes circunstâncias.⁷⁵

Ambas as idéias de Montesquieu, a saber, 'movimentar-se fácil e silenciosamente' e 'saber exatamente qual é a parte do poder, se grande ou pequena' revelam um poder absolutamente cuidadoso, ponderado e ciente do caminho que deve trilhar para melhor se fazer valer. Montesquieu vê na sutileza uma das maiores e melhores armas do poder, o qual age imperceptivelmente para mais livremente e

⁷¹ MONTESQUIEU, Barão de. *Do espírito das leis*. v. I., 1997, p. 102.

⁷² MONTESQUIEU, Barão de. *Do espírito das leis*. v. I., 1997, p. 40.

⁷³ Embora o Estado de Natureza, e mesmo a passagem desse para o Estado Civil, não seja uma questão central em Montesquieu é interessante ter presente as leis da natureza que ele rapidamente grafou. Assim na primeira parte, do primeiro livro, capítulo um, da obra *Do espírito das leis*, Montesquieu diz que no Estado de Natureza todos os homens se sentem inferiores, portanto, a paz é a primeira lei natural. A segunda lei é a *necessidade de procurar alimentos*. E a própria animalidade, ou seja, a aproximação de outros da mesma espécie, ou ainda o *pedido natural*, é a terceira lei. E, por último, a quarta lei, o desejo de *viver em sociedade* devido ao fato de os homens possuírem a razão. Porém, Montesquieu afirma que logo que chega ao estado civil, o homem perde o sentimento de fraqueza, a igualdade desaparece e o estado de guerra instala-se.

⁷⁴ MONTESQUIEU, Barão de. *Do espírito das leis*. v. I., 1997, p. 40.

seguramente conduzir-se e atingir seu fim. Como já ressaltamos, Maquiavel e Montesquieu se aproximam muito nesse aspecto.

2.2.1 Um poder saudável é um Estado saudável

Montesquieu demonstra-se conhecedor da natureza humana e, conseqüentemente, dos vícios e/ou paixões que habitam o ser humano político, concordando com Maquiavel sobre um poder extremamente necessário, porém facilmente pernicioso se não coerentemente ou moderadamente disposto. Para Montesquieu, é primordial que se construam diversas salvaguardas institucionais e constitucionais no sistema político para um bom exercício do poder. Assim, Montesquieu aponta mais um mecanismo para limitar e direcionar o poder, a saber, o de não permitir a permanência longa de um detentor no poder. É preciso mutabilidade no poder para que não se disponha de tempo para corromper o governante. Como já assinalamos anteriormente, percebe-se que o conceito de poder em Montesquieu tem fundamentalmente uma dimensão de perigo constante que precisa buscar mecanismos institucionais, tendo em vista a limitação e o direcionamento desse poder para o bem público.

Embora Montesquieu não fale do melhor governo, procura identificar aquele governo tomado apenas por paixões como sendo o pior governo. As paixões necessariamente devem fazer parte do poder constituinte e constituído de um governo, mas jamais podem ser tomadas por uma nação como único critério ou elemento para instituir e legislar.

Pareceria que a natureza humana erguer-se-ia incessantemente contra o governo despótico. Mas apesar do amor dos homens pela liberdade, apesar de seu ódio contra a violência, a maioria dos homens está submetida a ela. Compreende-se isso facilmente. Para formar um governo moderado, é mister combinar os poderes, regulamentá-los, moderá-los e fazê-los agir; oferecer, por assim dizer, um lastro a um para colocá-lo em condição de resistir a outro; é uma obra-prima de legislação que o acaso raramente produz e que também raramente deixa-se à

⁷⁵ MONTESQUIEU, Barão de. *Do espírito das leis*. v. I., 1997, p. 252.

prudência fazer. Um governo despótico, pelo contrário, salta, por assim dizer, aos olhos; é uniforme em toda parte; como apenas paixões são necessárias para estabelecê-lo, todas as pessoas são úteis para isso.⁷⁶

Vê-se que o governo moderado, como afirma Montesquieu, é uma obra-prima, que necessita muito mais do que nossa natureza humana tomada por paixões, e, ao contrário do despotismo, precisa de poderes controlando, combinando e contemplando poderes. O governo moderado é extremamente trabalhoso e, por isso, muitas vezes o homem se deixa levar pela facilidade de apenas seguir as paixões. Ainda que o homem ame a liberdade, sustenta Montesquieu, cai no despotismo.

Por que é necessário ter-se limitações a todo e qualquer poder atribuído a alguém? Em Montesquieu encontramos mais explicitamente a idéia de que as paixões são as molas que impulsionam à ação. Entretanto, encontramos também em Maquiavel a idéia de que paixão é aquilo que move em direção a algo e que não encontra jamais sua satisfação, ou seja, é paixão aquilo que não atinge a satisfação nunca. Desse modo, é claro que o poder político é uma paixão. Aquele que almeja alcançar tal poder é, muitas vezes, levado a empreender absolutamente todos os artifícios disponíveis para atingir tal propósito.⁷⁷ Por conseguinte, nenhum poder jamais lhe é suficiente, sendo que prevalece uma eterna insatisfação com base na crença de que sempre é possível atingir mais poder. E o poder que é paixão pode desenvolver-se (e muitas vezes o faz) atrelado a outras paixões que podem ser extremamente perigosas para um governo, ou para um Estado. O poder, juntamente com outras paixões como a ambição e o egoísmo, por exemplo, se não subjugado ao Estado, é uma arma extremamente perniciosa à própria conservação de tal governo ou Estado. Portanto, um Estado ou um governo deve precaver-se sempre do desejo pelo poder desmedido que constantemente irá rondar o príncipe. Montesquieu ressalta e enfatiza que é fundamental se ter mecanismos de controle do poder, porque uma paixão como essa, se deixada livre, pode promover os maiores males a um Estado. Uma vez que como já mencionamos para Montesquieu, "todo homem que tem poder é tentado a abusar dele; vai até onde encontra limites."⁷⁸

⁷⁶ MONTESQUIEU, Barão de. *Do espírito das leis*. v. I., 1997, p. 102-103.

⁷⁷ Como já verificamos em Maquiavel, em especial na peça *A mandrágora* e no livro *O príncipe*.

⁷⁸ MONTESQUIEU, Barão de. *Do espírito das leis*. v. I., 1997, p. 200.

E ainda, para Montesquieu, “uma constituição pode ser de tal modo que ninguém será constrangido a fazer coisas que a lei não obriga e a não fazer as que a lei permite.”⁷⁹ Isso significa que uma constituição pode não promover ou permitir a liberdade do cidadão que, segundo Montesquieu, consiste em “poder fazer o que se deve querer e em não ser constrangido a fazer o que não se deve desejar.”⁸⁰ Assim, a lei, enquanto dispositivo social fundamental, permite justamente que a liberdade seja possível. As leis são as representações objetivas de uma Constituição e regulam, possibilitam e desenvolvem a justa medida entre as paixões e a razão. Concomitantemente, a separação dos três poderes – legislativo, judiciário e executivo –, como já constatamos anteriormente, constitui uma objetivação extremamente fundamental para pôr limite ao poder. É saudável que os poderes se articulem, se enfrentem e se regulem, porque uma vontade única é a expressão do despotismo. Como afirma Montesquieu,

Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos.⁸¹

Quando Montesquieu tece suas considerações sobre o que demanda a Constituição de um Estado, conclui que certamente a Constituição representa e apresenta tudo o que é o próprio Estado. Ou como acrescenta Goyard-Fabre, “Elle est l’ensemble des lois fondamentales qui organisent le pouvoir en un État.”⁸² A Constituição deve representar, ou ter presente em si, tudo aquilo que significa, tudo o que quer também significar um Estado. Para Montesquieu, o Estado é o resultado, ou a unidade que representa toda uma variedade de elementos constituintes. E a Constituição nada mais é do que aquilo que objetivamente representa ou deve representar o “espírito de um povo”.⁸³

Montesquieu oferece em seu conceito de Constituição duas dimensões possíveis. Em primeiro lugar, temos a Constituição explícita, que é a Constituição que

⁷⁹ MONTESQUIEU, Barão de. *Do espírito das leis*. v. I., 1997, p. 200.

⁸⁰ MONTESQUIEU, Barão de. *Do espírito das leis*. v. I., 1997, p. 200.

⁸¹ MONTESQUIEU, Barão de. *Do espírito das leis*. v. I., 1997, p. 202.

⁸² “Ela é o conjunto de leis fundamentais que organizam o poder de um Estado.” (GOYARD-FABRE, Simone. *Montesquieu*. Philo-philosophes-Collection dirigée par Jean-Pierre Zarader. Ellipses, 1997, p. 54).

⁸³ O “espírito de um povo”, em linhas gerais, significa justamente tudo que constitui interna e

se apresenta de forma concreta nas leis e nas diretrizes sancionadas e admitidas por um Estado. Fazem parte da Constituição explícita, por exemplo, a idéia da separação dos poderes, as leis, etc. Mas tão importante quanto a Constituição explícita, temos, em segundo lugar, a Constituição implícita, aquela que compreende toda a amplitude do Estado. Essa constituição implícita envolve elementos como: o clima, a religião, os costumes, o modo de produção, as paixões, etc. É importante distinguir, metodologicamente, essas duas instâncias da Constituição de um Estado para melhor avaliar e entender o que compreende de fato a Constituição, como se forma e por quê.

A Constituição é a alma do organismo Estado, ou talvez o coração. O fato é que Montesquieu defende que uma Constituição contém em si o que de mais importante e vital o Estado tem. É na e através da Constituição que um Estado se organiza, se apresenta, se representa e, finalmente, é na Constituição que o povo espera ver defendida e estabelecida toda sua realidade e seus desejos de cidadão. A Constituição reúne, ou pelo menos deveria reunir, aquilo que torna um Estado saudável, distante dos vícios e das corrupções.

Por fim, além das questões já apontadas que garantem um Estado saudável, Montesquieu reconhece nas instituições, assim como na Constituição, bases sólidas para bem direcionar o poder. A religião é certamente uma dessas instituições:

Como se pode julgar entre as trevas as que são menos espessas, e entre os abismos os que são menos profundos, assim se pode procurar entre as religiões falsas as que são mais conformes ao bem da sociedade; as que, embora não tenham o efeito de conduzir os homens para as venturas da outra vida, podem contribuir mais para a sua felicidade nesta.⁸⁴

Ou seja, a religião exerce papel importante no direcionamento do Estado, assim como na educação institucional. Esse é mais um elemento que reforça a idéia de que Montesquieu é um pensador da política e, por conseguinte, do Estado, mostrando-se sempre preocupado com cada parte, cada elemento que pode formar, ou deformar, contribuir, ou destruir o Estado. Ele é um pensador, conforme já ressaltamos, preocupado com o todo sem se descuidar, em nenhum momento, das partes desse todo,

externamente o cidadão. Mais adiante exploramos esse conceito.

⁸⁴ MONTESQUIEU, Barão de. *Do espírito das leis*. v. II, 1997, p. 129.

reconhecendo a importância de analisar e direcionar cada um dessas partes para o Estado fluir conforme sua natureza e princípio.

2.2.2 O poder do povo *versus* o poder do Estado

*O poder nunca pode ser dividido igualmente entre o povo e o príncipe; é muito difícil manter o equilíbrio; é preciso que o poder diminua de um lado enquanto aumenta de outro.*⁸⁵

O povo, no entender de Montesquieu, é o detentor e legitimador do poder soberano. E é dele que deve e pode partir toda e qualquer lei, mesmo que não diretamente. Montesquieu sempre ressalta que cada povo terá *seu* governo. O que significa que se o povo se apresenta como fraco, covarde, submisso e apático, certamente o governo que lhe caberá será o despótico. Em última instância, nosso autor parece admitir que da ação ou da não ação, juntamente com sua total realidade antropológica, física, espacial, comercial, etc., resultará ou definirá qual governo cabe àquele povo. Portanto, a posição que o povo toma é determinante para a constituição de seu respectivo governo e, conseqüentemente, do poder que se exercerá sobre ele.

Por outro lado, em *Do espírito das leis*, no livro quinto da primeira parte, Montesquieu mostra claramente já no título desse livro uma necessária relação para constituir um povo de acordo com as paixões que devem reger a nação a partir do princípio do governo. Montesquieu intitula o livro da seguinte forma: “De como as leis decretadas pelo legislador devem ser relativas aos princípios do governo.” A educação, afirma Montesquieu, é um dos mais importantes e decisivos mecanismos de produção e reprodução do tipo de princípio que se deseja propagar no governo. Para que o governo se estabeleça fortemente e garanta sua permanência é fundamental que mantenha seu princípio extremamente arraigado em seus cidadãos. Para tanto, a educação é identificada como elemento e/ou instrumento essencial no intento de manter o ou os princípios do governo.

⁸⁵MONTESQUIEU, Barão de. *Cartas Persas*. 2006, v. II, p. 247.

As leis da educação são as primeiras que recebemos. E, como elas nos preparam para sermos cidadãos, cada família particular deve ser governada de acordo com o plano da grande família que abrange todas. Se o povo em geral possui um princípio, as partes que o compõem, isto é, as famílias, também o terão. Portanto, em cada tipo de governo as leis da educação serão diferentes. Nas monarquias, terão por objetivo a honra, nas repúblicas, a virtude, no despotismo, o medo.⁸⁶

Logo, a paixão também pode ser estimulada, incitada. E em se tratando da paixão que é o princípio de determinado governo ela deve ser estimulada, visto que a conservação e a legitimação do governo dependem em grande medida disso. Sendo assim, do mesmo modo que o povo influencia ou determina o tipo de poder que o governará, também o governo influenciará e determinará por intermédio de mecanismos institucionais o tipo de povo que lhe é próprio. Em outros termos, a influência entre o povo e governo é mútua, pois um estará sempre na luta por influenciar e determinar o outro.

O princípio da democracia é a virtude, o da monarquia, a honra, o do despotismo, o temor. Para que a coletividade siga esses princípios é necessário que toda a sua organização a eles se ajuste, que a coletividade se unifique em torno do mesmo espírito: as leis da educação, a administração da justiça, as instituições, os costumes, tudo deve concorrer para formar a comunidade, de modo que ela corresponda a uma determinada forma de governo. É necessário que exista uma unidade de sentimentos, os quais devem obedecer a um mesmo impulso, suficientemente eficaz para dar uma direção comum a todas as partes do todo (o Estado). Dessa maneira, para a propagação e conservação do princípio de um governo, existem mecanismos institucionais importantes que devem estar comprometidos com tal propósito. É a força de cada um desses elementos sociais, como a educação, a religião, entre outros, que uma vez somados garantirão a legitimidade e estabilidade de um governo, idéia esta que já expusemos anteriormente (no item, ‘Um poder saudável é um estado saudável’).

O Estado, para Montesquieu, é formado a partir de um conjunto de instituições, costumes, hábitos, clima, solo, além de incluir paixões específicas. “Todo este todo” vai formar e constituir inexoravelmente uma unidade chamada Estado, e

⁸⁶ MONTESQUIEU, Barão de. *Do espírito das leis*. v. I, 1997, p. 71.

cada Estado é um e único Estado, uma vez que possui sua individualidade. Por isso, inclusive, acreditamos que Montesquieu tende muito mais a dispor da idéia de um regime, ou uma espécie de governo de acordo com cada espírito de povo, ao invés de um governo, ou tipo de governo ideal para toda e qualquer sociedade. Ele reconhece e afirma a individualidade de cada povo, evidenciando a necessidade de um governo que venha ao encontro com esse determinado povo, com suas específicas e determinadas paixões. Nas palavras de Montesquieu, “é melhor dizer que o governo mais de acordo com a Natureza é aquele cuja disposição particular melhor se relaciona com as disposições do povo para o qual foi estabelecido.”⁸⁷

Montesquieu foi um pensador que se preocupou detidamente com cada espaço, cada parcela, cada instituição, cada unidade ou elemento que forma o Estado, mas sempre visando e preocupando-se em como cada uma dessas partes devem entrelaçar-se para formar o todo, a grande unidade que é o Estado.

Ora, o primeiro dever do legislador é precisamente considerar as coisas apenas em função do conjunto que elas formam; deve saber quando deve haver consonância ou dissonância entre as partes do todo.⁸⁸

Em suma, a política que mais contempla uma sociedade formada por seres humanos deve ser pensada e constituída para seres humanos. Isso parece uma afirmação fora de propósito, pela evidência. Entretanto, nos parece que Montesquieu foi um dentre os poucos teóricos da política que analisou a política, os governos, o Estado, o cidadão, a Constituição, enfim, todos os âmbitos da política sob o ponto de vista do ser humano como um todo. Concordamos com a leitura de um Montesquieu que defendeu em seus escritos uma política que sabe e entende o ser humano como um ser inevitavelmente influenciado e, portanto, definido primeiramente a partir de sua natureza. Uma natureza que não o define a priori como um ser social, mas que tem a capacidade e a necessidade de tornar-se tal. E, concomitantemente, um ser inevitavelmente influenciado e também definido pelo clima, pela religião, pelo

⁸⁷ MONTESQUIEU, Barão de. *Do espírito das leis*. v. I, 1997, p. 41.

⁸⁸ GROETHUYSEN, Bernard. Montesquieu: a razão construtiva. In: QUIRINO, Célia Galvão; SADEK, Maria Tereza (Orgs.) 2003: *O pensamento político clássico*: Maquiavelli, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau. São Paul: Martins Fontes, 2003, p. 346.

costume e, por fim, por uma razão que o torna apto a operar com todas as influências internas e externas de maneira a fazê-lo um ser político.

2.3 ENCONTROS E DESENCONTROS DO PODER EM MAQUIAVEL E EM MONTESQUIEU

O poder em Maquiavel é pessoal e o poder em Montesquieu é institucional, prioritariamente. A primeira e mais clara afirmação que se pode abstrair do poder nesses dois pensadores certamente é esta localização do poder enquanto pessoal e institucional. Mas o que estamos afirmando com isso? Partindo da idéia de *virtù* maquiaveliana e chegando à corporificação do poder no príncipe, mostra-se nitidamente que o poder em Maquiavel é algo que alguém, uma pessoa ou um grupo de pessoas, (como no governo republicano), tem. O poder é desejado, buscado e exercido por alguém. Já para Montesquieu o poder provém de instituições, como do Estado e do povo, enfim, ele localiza o exercício do poder sempre em uma instância coletiva, plural ou institucional. Não que Montesquieu desconsidere absolutamente a existência do poder no homem. Como apontado anteriormente, ele diz que o poder se manifesta para e no homem a partir do momento em que se constitui politicamente e que, então, “o homem é uma criatura que obedece uma outra criatura que manda”⁸⁹. Entretanto, enquanto que Montesquieu detém sua análise no poder político, e o poder político montesquieniano é essencialmente institucional, Maquiavel fala simplesmente mais amplamente do poder, evidenciando uma preocupação com o poder em si, não apenas com aquele político.

A política é, de fato, segundo Maquiavel e Montesquieu, o exercício do poder. Embora concordem sobre a política ser esse exercício do poder, eles se afastam ou mesmo discordam quanto à forma como o poder deve ser exercido. Para Maquiavel o poder deve ser exercido pelo homem de *virtù*, isto é, pelo príncipe. Montesquieu, por sua vez, sugere uma separação de poderes, logo, um corpo plural – e não individual como Maquiavel –, para exercer com equilíbrio e moderação o poder.

⁸⁹ MONTESQUIEU, Barão de. *Do espírito das leis*. v. I, 1997, p. 66.

Quanto à amplitude, às facetas, os alcances e os limites do poder, percebemos que Maquiavel e Montesquieu têm muito em comum. Ambos concordam que o poder é, em grande instância, exteriorização, isto é, a partir dos diversos meios que o poder usa para se manifestar e se “fazer valer”, ele consegue consolidar-se e expandir-se efetivamente; é um jogo de forças e perspicácia; é um eterno estado de vigilância, controle e insaciabilidade; é um imperativo da vida política. Logo, o poder se apresenta como aquilo que o homem busca incessantemente, sendo que também precisa viver sob esse poder constantemente. Enfim, o poder é inerente ao homem social e ao homem enquanto indivíduo, quando ele não está presente enquanto meio está enquanto fim, posto que, o poder é uma paixão violenta e insaciável. E isso, acreditamos, representa uma inferência perfeitamente possível a partir das afirmações tanto maquiavelianas quanto montesquienianas.

3 SOBRE AS PAIXÕES

Os homens se lançam de ambição a ambição procurando, a princípio, defender-se dos outros, e depois oprimi-los.⁹⁰

3.1 A NATUREZA HUMANA EM MAQUIAVEL

Maquiavel tem, ao longo da história que o sucede, sofrido as mais duras e diversas críticas pela forma como apresentou e retratou o homem em sua obra. Esse autor despiu por completo o homem enobrecido nas virtudes, encoberto e amenizado nos seus vícios. Com Maquiavel, descobriu-se que o homem talvez não seja completamente e sempre bom. O homem é nutrido, também e inclusive, segundo Maquiavel, de propriedades, sentimentos, vícios que não são sempre bons, justos e louváveis. Como discutíamos anteriormente, poucas vezes o homem foi tão exposto de forma negativa quanto em Maquiavel, por isso o próprio Maquiavel já foi muito julgado negativamente.

Muitas vezes, somos levados a pensar que Maquiavel tinha uma visão determinista da natureza desse homem. Outras vezes Maquiavel apresenta essa natureza como passível de mudança. A nós parece que partilhava da idéia de um homem originariamente com diversas propriedades ou paixões susceptíveis à negatividade, como, por exemplo, a ingratidão e a ambição, conforme já afirmamos anteriormente. No entanto, nenhuma que não pudesse ser direcionada, “aperfeiçoada”, ou ainda, canalizada para não ser perniciososa. Então, o homem possui diversas paixões que podem levá-lo à ruína por serem negativas, mas é o contexto que determina de fato se é negativa ou não essa paixão. Segundo o florentino, as paixões estão sempre presentes no homem. Logo, não há como pensar ou agir sem paixão. Para Maquiavel, a paixão é que impulsiona, alimenta, inquieta e movimenta o homem.

Propomo-nos a repensar a tradicional interpretação da natureza humana supostamente oferecida por Maquiavel como extremamente má. No nosso entender, Maquiavel somente afirmou que o político precisa partir do “pressuposto” de que o

homem é mau. A inferência da maldade humana seria tão somente uma estratégia útil para um exercício do poder mais eficaz pelo príncipe. Seguramente, a intenção de Maquiavel não era a de fazer elucubrações sobre a maldade humana. Pensemos ou repensemos o que Maquiavel diz nesta passagem:

Como demonstram todos os que escreveram sobre política, bem como numerosos exemplos históricos, é necessário que quem estabelece a forma de um Estado, e promulga suas leis, *parta do princípio* de que todos os homens são maus, estando dispostos a agir com perversidade sempre que haja ocasião.⁹¹ (itálico nosso)

Essa passagem sugere que o príncipe ou aquele que detêm o poder político deve partir do princípio ou do pressuposto de que o homem é mau, mas, ao mesmo tempo, a passagem não confere uma certeza ou afirmação categórica sobre a maldade humana, apenas sugere ao príncipe que assim considere o homem. É claro que essa nossa primeira argumentação logo será definida como fraca, pois vários serão aqueles que apontarão diversas passagens nas quais Maquiavel de fato afirma a maldade humana. É fato que assim Maquiavel procede, ou seja, por diversas vezes fala que o homem é mau. Ele atribui uma dezena de adjetivos nada agradáveis à natureza humana, aos homens, como a recorrente citação feita por comentaristas afirmando a maldade humana supostamente defendida por Maquiavel: “os homens são geralmente ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ambiciosos de dinheiro”.⁹² Ou então,

[...] todos os homens são maus, estando dispostos a agir com perversidade sempre que haja ocasião. Se esta malvadez se oculta durante um certo tempo, isso se deve a alguma causa desconhecida, que a experiência ainda não desvelou; mas o tempo – conhecido justamente como o pai da verdade – vai manifestá-la.⁹³

Poderíamos aqui resgatar diversas passagens nas quais Maquiavel descreve esse homem pouco “cristão”, mas acreditamos ser suficiente essa amostra dos homens descritos por Maquiavel. No entanto, nos apoiamos na interpretação que já Leo Strauss apresenta em seu livro *Thoughts on Machiavelli*, segundo a qual a ênfase da natureza humana em Maquiavel não está na maldade, mas sim na dualidade da natureza

⁹⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979, p.147.

⁹¹ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979, p. 177.

⁹² MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. 1996, p. 98.

⁹³ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979. p. 29.

humana. Ou seja, “men are by nature malleable rather than either bad or good”.⁹⁴ Portanto, assim como Maquiavel falou da maldade humana, também falou da dualidade dessa mesma natureza, indicando que o homem, em última instância, tem uma natureza ambígua, dual e ainda contingente. O que isso significa? Para Maquiavel, o homem não é nem bom nem mau, mas pode ser tanto um quanto o outro.

No capítulo vigésimo sétimo da primeira parte dos *Comentários*, o título já demonstra a negação da maldade absoluta conferida ao homem por Maquiavel, como se poder observar: “Raramente os homens sabem ser inteiramente bons ou inteiramente maus”.⁹⁵ Essa afirmação já seria suficiente, ao menos, para pôr em dúvida a maldade absoluta do homem maquiaveliano. Segundo nossa leitura de Maquiavel, a preocupação do mesmo não era defender ou atacar a natureza má e perversa do ser humano. Além disso, a completude da obra maquiaveliana não deixa dúvidas sobre o caráter dualista, bom e mau, da natureza humana.

A paixão tem a função, então, de tornar o homem um ser que está sempre buscando algo, querendo algo, não se contentando jamais com o que é ou possui: as paixões não deixam. O homem é um eterno insatisfeito, e é isso que pode fazer dele um ser em contínuo aperfeiçoamento ou decadência.

De fato, a natureza criou os homens com a sede de tudo abraçar e a impotência de dirigir todas as coisas. Como o desejo de possuir é mais forte do que a faculdade de adquirir, disto resulta um secreto desgosto pelo que possuem, ao qual se junta o descontentamento por si próprio. Esta é a origem dos seus variados destinos. Uns querem possuir mais, outros temem perder o que já ganharam, daí atrito e guerra⁹⁶.

Saliente-se, portanto, que o motor que move o homem é efetivamente desejante e paixonar. Aqueles que possuem algo lutarão para obter mais e para não perder o que já possuem, enquanto aqueles que ainda estão apenas no desejo de obter farão de tudo para saciar seus desejos e acrescentar para si, retirando do outro o que tem. Daí resulta o atrito e a guerra, sustenta Maquiavel, pois o desejo de possuir é uma paixão por definição insaciável. Todavia, para um ter é necessário que o outro não

⁹⁴ “os homens são por natureza maleáveis antes de bons ou maus.” (STRAUSS, Leo. *Thoughts on Machiavelli*. Chicago: Chicago University Press, 1958.p. 79).

⁹⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979, p. 85.

⁹⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979, p.121.

tenha, e, assim, o conflito entre os homens desejantes se instala definitiva e permanentemente.

Para saber quem é o homem e como chegou a ser tal qual é devemos, de acordo com Maquiavel, conhecer as paixões que o dominam ou movem. Como já mencionamos anteriormente, Maquiavel também chama a atenção para a questão do homem jamais poder ser identificado como completamente virtuoso ou absolutamente mau, porque "os homens, não sabem ser nem de uma virtude absoluta nem inteiramente criminosos".⁹⁷ O homem pode desenvolver-se ou pender mais para o mal ou para o bem, mas lhe é impossível tão somente ser um ou o outro. Ele sofre sob essa duplicidade de natureza. Segundo Maquiavel, o homem não é nem bom e nem mau, mas é ambos, e pode ser um ou o outro mais explicitamente em conformidade com a necessidade. Em outros termos, o que desencadeia o direcionamento para uma natureza boa ou má do homem depende, em grande medida, da ocasião e da necessidade. Os elementos externos ao homem, aqueles da realidade mundana que se apresenta ao mesmo trazendo as adversidades, oportunidades e necessidades, vão claramente agir sobre a natureza do homem, fazendo-o agir conforme aquilo que a realidade efetiva lhe impõe. Essa é a natureza humana que Maquiavel quer mostrar, uma natureza prioritariamente vulnerável e paixonai.

3.1.1 As paixões em Maquiavel

Para Maquiavel, o homem tem por natureza, certamente, uma relação estreita, factual, instável, perturbadora e, muitas vezes, desconfortável com as paixões. A natureza o fez prisioneiro delas. Mas o que são essas paixões e como se estabelece esse aprisionamento? Uma das mais amplas e necessárias questões de teor filosófico é claramente a necessidade de saber o que é a causa primeira das coisas. O que está por trás, o que move, qual é o princípio? Ou seja, queremos saber o que levou, desencadeou, determinou, um efeito, uma realidade, etc. São as paixões que impulsionam o homem a agir ou reagir, que estão no fundo, no princípio e "na causa

⁹⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979, p.108.

do efeito". É das paixões o papel de causa capaz de impelir o homem a agir. Portanto, um homem se faz homem a partir das paixões. São elas que alimentarão e direcionarão o homem para suas atitudes, decisões e/ou caminhos que lhe caracterizarão como tal. Logo, a paixão é o verbo.

É também fundamental identificar em Maquiavel quais são as paixões e se elas são igualmente fortes ou decisivas na vida do homem. Maquiavel, ao longo de toda sua obra, aponta para quais são as paixões mais avassaladoras no e do homem, delimitando uma hierarquia das mesmas. A ambição e a ingratidão são tidas por Maquiavel como as principais paixões na natureza humana. Elas estão fortemente presentes nos homens. Maquiavel diz ser a ambição "uma paixão que tem neles raízes profundas, não os abandona, por mais elevada a situação a que cheguem".⁹⁸ E acrescenta que "os homens só abandonam o objeto da sua ambição para perseguir outro".⁹⁹ Sendo assim, o papel que a ambição desempenha na vida do homem é determinante e perigoso. A ambição revela-se uma paixão que é benéfica, caso seja oportunamente canalizada, como por exemplo, quando Maquiavel diz ser positiva a ambição que faz com que Roma busque expandir seu território. Porém, se deixada seguir em seu impulso, voluntariedade e urgência natural, e se desenfreada, será causa de grandes e determinantes perturbações e males para o homem. Também a ingratidão¹⁰⁰ assume um destaque na obra de Maquiavel. Ela, da mesma forma que a ambição pode ter uma conotação positiva ou negativa, dependendo sempre da realidade em que está posta (por exemplo, na república ela será positiva). Isso significa que a ingratidão também ressalta a natureza instável do homem, bem como a capacidade de mudar de opinião ou de lado sempre que lhe parecer vantajoso. Logo, não devemos esperar gratidão, pois sempre que necessário o homem será ingrato independentemente do benefício recebido.

É que os homens geralmente são ingratos, volúveis [...] enquanto lhes fizeres bem todos estão contigo, oferecendo-te sangue, bens, viola, filhos, como disse acima, desde que a necessidade esteja longe de ti. Mas, quando ela se avizinha voltam-se para outra parte.¹⁰¹

⁹⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979, p. 125.

⁹⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979, p. 151.

¹⁰⁰ Maquiavel fala principalmente sobre essa paixão no Primeiro livro do *Comentários*, nos capítulos vigésimo oitavo, vigésimo nono e trigésimo. Também, no Poema "Dell Ingratitudine".

Gostaríamos ainda de ressaltar, que no topo da pirâmide das paixões também está situada a do egoísmo. Essa paixão, juntamente com a ambição e a ingratidão, “corrói” profundamente e constantemente a vida do homem. Toda ação de um ser está pautada ou se orienta sob o imperativo do seu próprio bem. É natural que o homem, em toda e qualquer ação que venha a fazer, sempre considere o seu ser nos possíveis efeitos dessa ação. Não é o caso que o homem só consiga pensar em si, mas o que Maquiavel nos quer fazer entender é que não é possível ao homem se desprender do seu eu mesmo quando pensa no coletivo. Visto que as conseqüências de tudo que fazemos em alguma instância provavelmente também recairão sobre nós, então jamais seremos sujeitos à parte, sendo justo que pensemos em nós mesmos quando pensamos no outro.

De fato, diversas, perigosas e constantes são as paixões. O homem vive e convive com a ambição, a ingratidão, o amor, o egoísmo, a vingança, o orgulho, a vaidade, a inveja, o ódio, entre outras. São as paixões que explicam o homem.

Maquiavel afirma que as paixões precisam de direcionamento. Não é possível e aconselhável deixar que as paixões exerçam toda sua força, animalidade, voluntariedade e fúria sob o homem. Ele fala que é pertinente colocar um freio nas paixões, para que elas não errem impunemente. Na política seguramente as paixões precisam ser direcionadas não apenas para evitar os descontroles que podem causar, mas também para que elas contribuam positivamente para os fins do Estado. Como salienta Strauss,

The task of the political art consists therefore in so directing the passions and even the malignant humors that they cannot be satisfied without their satisfaction contributing to the common good or even serving it.¹⁰²

Logo, é necessário que se construam alternativas e mecanismos de controle para que as paixões possam sair por canais autorizados, evitando, assim, a corrupção, a degradação ou a destruição do homem e do Estado. Maquiavel reconhece nas paixões a capacidade tanto de exaltação quanto de destruição, logo o homem, e por

¹⁰¹ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. 1996, p. 98.

¹⁰² “A tarefa da arte política consiste, portanto, em direcionar as paixões e mesmo os humores malignos de tal modo que não possam ser satisfeitos sem suas satisfações contribuírem para o bem comum ou mesmo servindo para tal.” (STRAUSS, Leo. 1958. p. 281).

consequente o político, deve saber transformar ou canalizar essa força das paixões em força positiva que contribua para o bem do homem e portanto, para o bem do Estado.

As paixões precisam de remédio, não para eliminá-las¹⁰³, mas para atuar sobre seus efeitos negativos. Muitas paixões estão em conformidade com o modo pelo qual o homem lida com elas. Dessa forma, elas têm o potencial de enobrecê-lo, mas, ao mesmo tempo, quando os remédios não são aplicados, podem arruiná-lo.

Segundo compreendemos Maquiavel, as paixões são classificadas sob três aspectos, ou melhor, sob três origens principais de classificação: o homem experimenta paixões que em sua origem são potencialmente negativas ou positivas¹⁰⁴ e também possui paixões que são contingentes.¹⁰⁵ A diferença entre essas paixões encerra-se em sua origem, isso porque, de fato, quando realizadas ou confrontadas na realidade possuem os mesmos efeitos ou são capazes dos mesmos alcances. Mas o que Maquiavel parece demarcar é que a princípio o homem não é mau nem bom, mas, segundo suas paixões, é ambos: mau e bom. O que determina a bondade ou a maldade, como é próprio no pensamento de Maquiavel, é a realidade, pois é nela e por meio da ação, que a paixão vai se efetivar positiva ou negativamente. Enfim, segundo nosso entendimento, Maquiavel quis mostrar de fato que o homem pode ser mau, porque possui paixões que podem levá-lo a esse estado. Mas disso não decorre que o homem seja sempre mau ou completamente mau. Ele também pode ser bom. Mais uma vez, o fator determinante é a realidade, é a “educação” das paixões.

¹⁰³ Mesmo porque isso não é possível, pois o homem, como já ressaltamos, é suas paixões.

¹⁰⁴ A idéia de algo em potência é que tem “um” fim, um objetivo, uma possibilidade forte de vir a acontecer ou ser. Algo em potência aponta para uma possibilidade mais forte de realização em uma determinada direção, é uma pré-disposição rumo a certa efetivação.

¹⁰⁵ Nessa perspectiva, a contingência dá abertura a mais de uma possibilidade, ou seja, pode-se ser “isto” ou “aquilo”. Portanto, uma paixão contingente, em “origem”, não é convincentemente pré-julgada como positiva ou negativa, ela permanece mais branda em julgamento positivo ou negativo e caracteriza-se como uma paixão indeterminada. O que não ocorre com uma paixão dita potencialmente negativa ou positiva, a qual tende, já na origem, mais para uma das possibilidades. Um bom exemplo de paixão em potência negativa é o egoísmo. Ser egoísta a princípio parece ser negativo. Já ser ambicioso parece, a princípio, tanto positivo quanto negativo, o que revela a ambição como uma paixão contingente.

3.2 AS PAIXÕES EM MONTESQUIEU

Montesquieu parece compartilhar da visão de Maquiavel no que tange à força e ao papel das paixões no homem e no Estado. No entanto, distancia-se de Maquiavel quanto à autonomia desse homem frente às suas imperiosas paixões. Montesquieu afirma uma maior autonomia do homem com relação às suas paixões. De acordo com Montesquieu, o homem pode ser “educado” a dominar suas paixões, isto é, os mecanismos de canalização e direcionamento das paixões, para Montesquieu, sugerem uma maior e mais profunda efetividade, enquanto que em Maquiavel essa efetividade aparece em menor proporção. Para Montesquieu, embora haja efetivamente uma tendência negativa nas paixões humanas, ainda assim, o homem deseja e busca permanentemente não seguir simplesmente essa negatividade paixonal. Nas palavras de Montesquieu, “É uma felicidade para os homens estar numa situação em que, enquanto suas paixões lhes inspiram o pensamento de ser maus, têm, entretanto, o interesse de não o ser.”¹⁰⁶

É interessante ressaltar que Montesquieu atribui ao Estado uma paixão dominante ou própria. Cada governo ou Estado tem necessariamente uma paixão que o guia e o sustenta. É uma idéia original e interessante em Montesquieu essa disposição dos governos segundo as paixões, não sendo somente o homem que possui paixões, mas também o Estado.

Entre a natureza do governo e seu principio, há esta diferença: sua natureza é o que o faz ser como é, e seu principio é o que o faz agir. A primeira constitui sua estrutura particular, e a segunda, as paixões humanas que o movimentam.¹⁰⁷

Logo, são as paixões que literalmente movem o Estado. E, muitas vezes, as paixões do Estado acabam determinando as paixões do cidadão, sendo que para o governo se manter é necessário que o povo cultive a mesma paixão que alimenta o Estado. Todavia, para falarmos mais amplamente das paixões em Montesquieu é relevante abordarmos também a natureza humana, que será objeto do item subsequente.

¹⁰⁶ MONTESQUIEU, Barão de. *Do espírito das leis*. v. II, 1997, p. 58.

¹⁰⁷ MONTESQUIEU, Barão de. *Do espírito das leis*. v. I, 1997, p. 59.

3.2.1 A natureza humana em Montesquieu

Contrapondo-se, em certo âmbito, à noção de natureza humana apresentada por Maquiavel, Montesquieu poderia ser considerado um otimista em relação à natureza humana. Isso porque, embora Montesquieu também enfatize uma natureza humana profundamente susceptível às paixões negativas, acredita e sugere uma natureza flexível e disposta a procurar o melhor, o bem, mais enfaticamente do que Maquiavel o faz. De acordo com Iglesias,

La naturaleza humana no es, pues, implícitamente en el pensamiento de Montesquieu, una esencia dada de una vez para siempre, que forzosamente tendrá que realizarse; no obligatoriamente tenderá hacia el bien o hacia el mal, sino todo lo más se trata de un cierto sustrato, con impulsos contradictorios. En este sentido, se encuentran en *De l'Esprit des Lois* numerosos textos, más o menos explícitos, que unas veces se refieren a la posible bondad de la naturaleza humana, o al menos a su racionalidad, y otras tantas a su tendencia destructora y malévola. Si el hombre, como se vio, estaba sujeto al error y a la ignorancia, originaba la desigualdad y la guerra y sus creaciones tendían a la corrupción, también es verdad que es al tiempo un “ser razonable” que puede recuperar la igualdad por medio de las leyes y sometándose a la razón.¹⁰⁸

Portanto, a natureza humana em Montesquieu é no mínimo dualista e em absoluto pode ser considerada determinista. É dualista porque, como afirma Iglesias, a natureza humana retratada por Montesquieu tem impulsos contraditórios, ela não assume uma única forma determinada. A natureza humana é “originalmente” positiva e negativa, dotada de paixões imperiosas, mas flexíveis. É extremista, mas pode ser moderada também, ou seja, a natureza humana é essencialmente passível de mudanças, adaptações e talvez aperfeiçoamentos. Essas conclusões que fazemos ancorados na leitura de Iglesias também estão originalmente embasadas na visão que

¹⁰⁸ “A natureza humana não é, pois, implicitamente no pensamento de Montesquieu, uma essência dada de uma vez para sempre, que forçosamente terá que se realizar; não obrigatoriamente tenderá fazer o bem ou fazer o mal, senão que todo o demais se trata de um certo substrato, com impulsos contraditórios. Neste sentido, se encontram n’*Espírito das leis* numerosos textos, mais ou menos explícitos, que algumas vezes se referem à possível bondade da natureza humana, ou ao menos à sua racionalidade, e outras tantas à sua tendência destruidora e malévola. Se o homem, como visto, estava sujeito ao erro e à ignorância, originava a desigualdade e a guerra e suas criações tendiam à corrupção: também é verdade que é ao tempo um ser razoável que pode recuperar a igualdade por meio das leis e submetendo-se à razão.” (IGLESIAS, Carmen. *El pensamiento de Montesquieu: Ciencia y filosofía en el siglo XVIII*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2005, p. 390).

Montesquieu apresenta acerca da natureza humana em *Do espírito das leis*. Nessa obra, o nosso autor expõe mais amplamente, especialmente nos primeiros capítulos, sua concepção de natureza humana. E uma das questões que ressalta é justamente a idéia do homem enquanto diferente das outras coisas mundanas que obedecem a leis naturais. Além das leis naturais e físicas a que ele obedece, também possui a liberdade, e, como Montesquieu mesmo grafa, “Como ser físico, o homem é governado por leis invariáveis, do mesmo modo que os outros corpos; [posto que para Montesquieu todos os seres, de todas as espécies, têm leis] como ser inteligente, viola incessantemente as leis que Deus estabeleceu, e modifica as que ele próprio estabeleceu.”¹⁰⁹ Apesar de parte da natureza humana seguir certa regularidade em virtude de sua natureza física, o homem também tem liberdade, o que permite inferir uma natureza que em alguma medida também tem a capacidade de agir e mudar. Novamente, como conclui Iglesias, “El propio hombre lleva en sí el dualismo fundamental que, por un lado, le liga a la naturaleza física y, por otro, le separa de la regularidad de unas leyes naturales marcadas por la necesidad, debido, como se vio, a su capacidad de acción libre.”¹¹⁰

3.2.2 Paixões: instrumentalizadoras ou instrumentos?

Quando Montesquieu, em *Do Espírito das Leis*, oferece um rápido panorama da natureza humana anterior à vida ou ao Estado civil, dispõe algumas paixões primeiras e determinantes desse homem pré-político. Assim, o homem fora originalmente de uma natureza dominada absolutamente pelo medo e pela fraqueza (motivadores da primeira lei natural, qual seja, a paz), depois por suas necessidades alimentícias (segunda lei natural), em seguida vem seu prazer sexual (terceira lei natural) e, por fim, a capacidade de conhecimento que lhe apontará a constituição da sociedade como melhor caminho para sua segurança e auto-preservação (quarta lei natural). Entretanto, Montesquieu primeiramente demonstra e atribui um certo grau de

¹⁰⁹ MONTESQUIEU, Barão de. *Do espírito das leis*. v. I, 1997, p. 19.

¹¹⁰ “O próprio homem leva em si o dualismo fundamental que, por um lado, liga-o à natureza física e, por outro lado, separa-o da regularidade de algumas leis naturais marcadas pela necessidade, devido, como visto, à sua capacidade de ação livre.” (IGLESIAS, Carmen. 2005, p. 375).

perigo à razão. Ao se ler os dois primeiros capítulos do primeiro livro *Do espírito das leis*, seu argumento parece se construir com base na idéia de que a origem dos conflitos, das guerras e dos problemas do animal em geral, que se torna humano com a razão, é justamente a própria razão. Ele parece fazer apologia dos animais irracionais que têm suas leis naturais e as seguem de forma absoluta, enquanto que o animal racional, justamente pela racionalidade, cria leis para si, mas não as segue. No entanto, no decorrer da obra de Montesquieu evidencia-se a visão de que é a razão que poderá instituir leis que irão possibilitar a vida em sociedade. E que cabe à razão conhecer e, de certa forma, dominar e instrumentalizar as paixões de modo que sirvam a determinado governo ou Estado.

Portanto, o homem por sua capacidade racional estabelece a sociedade, mas a motivação para tal resolução está implicado no domínio de elementos puramente animais, ou talvez, puramente do âmbito das paixões, como ocorre na hierarquia das leis naturais que Montesquieu estabelece, como o medo, a fraqueza e o prazer. Conforme conclui Pangle, “Civil society is not natural to man, but man’s natural situation is such that he is forced toward civil society.”¹¹¹

Mas como se comportam as paixões do homem agora cidadão? A paixão em Montesquieu parece assumir duas dimensões. Em primeiro lugar, tem-se a paixão como aquilo que impulsiona a ação, como “a mola propulsora” desta última. Nesse sentido, a paixão seria a motivadora de uma ação num âmbito determinante de necessidade, sendo que o ser se deixa levar por tal paixão. Já em uma segunda dimensão, a paixão assumiria um caráter instrumental, isto é, possuiria a forma de uma força agindo sobre a ação humana, mas esta consegue, pela sua faculdade racional, fazer uso dessa paixão de forma a torná-la uma força a seu favor, ou a favor de seus projetos deliberados racionalmente. Assim, por exemplo, a ambição pode ser alimentada na monarquia porque ela servirá para legitimar a natureza desse governo, assumindo um caráter instrumental importante na sua conservação. Reconhecendo as paixões como motores necessários e necessitantes de nosso querer, cabe então à política, ou mais especificamente aos governos e governantes, trabalhar de forma a melhor organizar ou utilizar as paixões inerentes aos seres políticos.

¹¹¹ “A sociedade civil não é natural ao homem, mas a situação natural do homem é tal que ele é forçado em direção à sociedade civil.” (PANGLE, Thomas. *Montesquieu’s Philosophy of Liberalism: A commentary on the spirit of the laws*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1973, p. 33).

Em toda a obra *Do espírito das leis*, a relação necessária estabelecida entre a Constituição de um governo e as paixões é evidente e presente. As paixões estão presentes no poder constituinte e constituído, sendo que assumem um papel importante, e às vezes até determinante, naquilo que a nação vai eleger como necessário em seus regulamentos, leis, instituições e disposições políticas.

Entretanto, é necessário atentar para o perigo salientado por Montesquieu, de não deixar as paixões completamente livres para agirem na política. Um governo, no qual as bases são absolutamente firmadas a partir de paixões, está condenado à pior forma de governo, qual seja, o despotismo. E, para Montesquieu, o despotismo, em última instância, não é um Estado ou um governo, mas a absoluta confirmação do império das paixões em detrimento do fim da humanização.

3.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Todo pesquisador que se ocupa do pensamento filosófico político certamente precisa enfrentar a questão das paixões na política. A filosofia política é um dos campos da filosofia prática no qual as paixões mais claramente exercem influência. Na ética, por exemplo, as mais respeitadas e discutidas teorias éticas recorrem a mecanismos que tentam extirpar as inclinações apaixonadas, pelo fato de se admitir que elas apenas teriam um papel negativo na obtenção da moralidade da ação, como é o caso do pensamento moral Kantiano.¹¹² Entretanto, na filosofia política as paixões necessitam ser seriamente consideradas, negativa e positivamente, por todo o pensamento que almeje alguma relevância, consideração e rigor teórico político. Ao referirmo-nos à necessidade de serem as paixões consideradas, o fazemos no sentido de serem levadas em conta no momento de definir o homem político, o homem que faz política. Por conseguinte, as paixões na política precisam ser discutidas teoricamente,

¹¹² Considera-se aqui uma interpretação mais tradicional de Kant, pois temos ciência de que a discussão atualmente em Kant versa justamente sobre a tentativa de melhor caracterizar a importância e influência da emoção, dos sentimentos e das paixões no âmbito moral. O que não significa aceitar uma positividade das inclinações (móbeis) na moral de Kant, mas apenas que se especula porque o respeito à lei moral, nem sempre é suficiente para o ser moral. Em outros termos, alguns estudiosos de Kant buscam hoje fazer um resgate da antropologia Kantiana, na tentativa de mais amplamente considerar o

reconhecendo-se seus alcances e limites. Maquiavel e Montesquieu, assim como Hobbes e Spinoza, são alguns dos mais referenciados autores da filosofia política que trataram profundamente a questão das paixões no mundo político. Hobbes, no *Leviatã*, elege o medo e a esperança como paixões fundamentais que farão do homem, em linhas gerais, um cidadão. Spinoza, assim como Hobbes, elege o medo e a esperança como paixões fundamentais no estado de natureza, sendo a esperança determinante para o homem buscar o Estado civil. E nossos autores, Maquiavel e Montesquieu, também tematizaram amplamente acerca das paixões na e da política, como tivemos a oportunidade de observar. Para Montesquieu, as paixões são tão relevantes no Estado de tal forma que esse só é ou se mantém a partir de uma paixão preponderante. Quanto a Maquiavel, conforme já amplamente discutido, sua política é marcada pela imperiosa presença das paixões humanas.

Um ponto em comum entre Maquiavel e Montesquieu no que concerne às paixões é certamente a duplicidade ou dualidade da negatividade ou positividade das mesmas na política. Ambos concordam que uma determinada paixão pode ser negativa ou positiva, variando segundo o momento, a circunstância, a necessidade, etc. Enfim, é a realidade factual que vai determinar em grande parte qual o teor de uma paixão. Além disso, mesmo que uma paixão possa estar fortemente inclinada para efetivar-se negativamente quanto ao bem do Estado, sempre é possível a “educação”, a canalização dessa paixão para um resultado coerente com aquilo que seria melhor para o Estado. Todavia, importa salientar que nesse último ponto, a saber, o da possível educação das paixões, existe uma sutil diferença entre Maquiavel e Montesquieu devido a um maior otimismo presente em Montesquieu em detrimento de um maior pessimismo por parte de Maquiavel quanto à efetividade dessa educação. Em outras palavras, enquanto que para Montesquieu a educação das paixões pode atingir um êxito maior e mais eficiente, Maquiavel não tem tanta certeza disso, admitindo que embora se possa canalizar, direcionar e mesmo educar as paixões, nem sempre o êxito é o caminho aonde se chega.

4 SOBRE A CORRUPÇÃO

*Não há nada que seja permanente entre os mortais, e nada é estável, é natural que as coisas melhorem ou piores.*¹¹³

4.1 ORIGENS DA CORRUPÇÃO MAQUIAVELIANA

Conforme esclarece Bignotto, em seu livro *Maquiavel Republicano*, existem duas tradições ao tratar da corrupção no pensamento de Maquiavel, a saber, uma tradição preocupada em conhecer as causas da corrupção – o que leva inevitavelmente a considerar a natureza humana – e uma preocupada não com as causas da corrupção, mas com a lógica de seu desenvolvimento – o que demanda saber de que forma e com que meios a corrupção se instala no Estado. Pode-se aceitar as duas tradições, pois uma está inerentemente ligada à outra e se complementam. Dessa maneira, é fundamental para a lógica do desenvolvimento da corrupção entender a causa da mesma, e, por outro lado, ao encontrar a causa ou as causas é importante saber como se deu ou dará o desenvolvimento da corrupção. Tal perspectiva será considerada na investigação do tema na obra ou pensamento de Montesquieu, ou seja, procurar-se-á empreender uma busca pelas causas, pela origem e também pelo modo como se desenvolve a corrupção. Assim, acreditamos contemplar as implicações da corrupção de forma mais ampla, eficiente e próxima às preocupações efetivas de Maquiavel quanto ao alcance e possíveis limites da corrupção dentro do Estado-cidadão e/ou da política.

Na busca pela causa da corrupção no pensamento desenvolvido por Maquiavel, a desigualdade se apresenta como uma das causas fundamentais. Essa interpretação é apresentada por Skinner, em *Maquiavelo* e, por Bignotto, em *Maquiavel Republicano*. Entretanto, também outras possíveis origens fundamentais da corrupção em Maquiavel se fazem presentes, tais como: a concepção de história cíclica, a falta de liberdade, a idéia de poder e a concepção de natureza humana

¹¹³ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979. p. 40.

maquiaveliana. Logo, na origem da corrupção surgem vários fatores possíveis, os quais, por vezes, podem estar associados, ou então, um fator de corrupção quase inevitavelmente acaba desencadeando outros. Uma ilustração do que acabamos de afirmar se dá quando uma ou algumas paixões se efetivam negativamente no homem e associado a isto ocorre também o triunfo da desigualdade e/ou falta de liberdade. Com isso, a corrupção se instala fortemente sustentada por diversos fatores de corruptividade.

Nessa discussão acerca da causa ou das causas do poder, primeiramente, de acordo com Bignotto, é importante dizer que a corrupção no período da Renascença era vista pelos pensadores, em geral, como um fenômeno absolutamente inerente ao curso das “coisas do mundo”. A corrupção é um pressuposto da natureza humana para Maquiavel, e constitui-se em uma propriedade dela. Essa perspectiva da natureza humana susceptível à corrupção já nos é suficientemente familiar a partir das discussões que expusemos sobre a natureza humana maquiaveliana no terceiro capítulo.

Maquiavel fala no capítulo quadragésimo segundo da primeira parte dos *Comentários*, da facilidade com que o homem é corrompido: “O quanto os homens podem facilmente corromper-se”, isto é, o quão vulnerável é o homem à corrupção. Maquiavel também escreve acerca “da facilidade com que os homens se deixam corromper; da presteza com que o seu caráter se transforma, ainda quando naturalmente bom e cultivado pela educação.”¹¹⁴ Por conta dessa vulnerabilidade e pré-disposição à mudança e/ou transformação de caráter, o homem é facilmente corrompido pelos “encantos” da corrupção. Portanto, para o florentino, o homem não consegue oferecer muita resistência diante da avassaladora corrupção. E no desenrolar do capítulo em questão, Maquiavel afirma ainda que, devido ao fato de já termos mostras históricas suficientes da natureza humana corruptível, o homem deve ser monitorado e/ou guiado em suas paixões, que são as causas, em grande medida, da corrupção humana. Nesse sentido, o autor acrescenta: “São fatos, que examinados maduramente, darão mais motivos ainda aos legisladores das repúblicas e dos reinos para impor um freio às paixões dos homens, tirando-lhes a esperança de poder errar

¹¹⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979, p. 143.

impunemente.”¹¹⁵ Para Maquiavel, o homem precisa efetivamente de um “freio às suas paixões”.

Uma questão que precisa ser analisada quando se fala em corrupção a partir de Maquiavel diz respeito à oposição entre corrupção e liberdade. Para abordarmos essa possível oposição, se faz necessário que inicialmente compreendamos a que liberdade Maquiavel se refere. Para tal especificação, resgatemos a coerente interpretação de Bignotto:

A liberdade, tão adorada pelos florentinos, mas tão pouco realizada, é o produto de forças em luta, o resultado de um processo que não pode ser extinto com o tempo. Os conflitos são os produtores da melhor das instituições, e não o elemento incongruente de um período infeliz na história de um povo.¹¹⁶

Tem-se assim que a liberdade se dá ou vive onde a “luta de forças” é possível, e uma vez cessada a luta, cessa também a liberdade. E essa luta se dá entre “os grandes” e o povo. Segundo Maquiavel, na república essas duas forças estão continuamente em luta: “há em todos os governos duas fontes de oposição: os interesses do povo e os da classe aristocrática. Todas as leis para proteger a liberdade nascem da sua desunião.”¹¹⁷ Logo, a liberdade está em oposição à corrupção no sentido de que onde uma está presente a outra está ausente e vice-versa.

Skinner nos ajuda também a compreender um outro aspecto da corrupção em Maquiavel, fornecendo-nos uma interessante análise acerca da amplitude e da origem da corrupção do Estado e do cidadão, segundo o pensamento de Maquiavel:

El ataque de la corrupción es así equiparado con la pérdida o disipación de la *virtù*, proceso de degeneración que se desarrolla, según Maquiavelo, de una de las dos maneras siguientes. Un cuerpo ciudadano puede perder su *virtù* – y con ello su interés por el bien común – al perder conjuntamente su interés en la política, haciéndose “perezoso e inepto para toda actividad propia de un *virtuoso*”. Pero el poligro más insidioso surge cuando los ciudadanos permanecen activos en asuntos de estado, pero comienzan a promover sus ambiciones personales o lealtades partidistas a expensas del interés público. De esta manera, Maquiavelo define como corrupto un proyecto político cuando “es promovido por hombres interesados en lo que pueden obtener de la república más

¹¹⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979, p. 139.

¹¹⁶ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 85.

¹¹⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979, p.31.

que en el bien de ésta”. Define como constitución corrupta aquella en la que “sólo los poderosos” pueden proponer medidas, y lo hacen “no por la libertad común sino en beneficio de su propio poder”. Y define como corrompida a aquella ciudad en la que los cargos públicos no son ya cubiertos por “aquellos que tengan mayor *virtù*, sino por quienes tienen más poder y, por tanto, mayores perspectivas de servir a sus propios fines egoístas.¹¹⁸

Portanto, a corrupção aqui é grafada a partir da perda da *virtù*, com o esquecimento do bem público em detrimento de interesses privados. Nos três estágios de corrupção que Skinner elenca, a saber, no cidadão, na constituição e na cidade, a origem da corrupção é igualmente a perda da *virtù* e a consequência em todos os níveis ou estágios de corrupção é a mesma, ou seja, o abandono e sacrifício do Estado em detrimento do egoísmo e do particularismo.

Em Maquiavel, a corrupção assume um lugar determinado na história. O homem está fadado a lidar com a presença da corrupção. Segundo sua concepção de história cíclica, Maquiavel vê a corrupção como uma realidade que provavelmente se fará presente em determinado momento. No entanto, ressalta que embora não seja possível eliminar de vez a corrupção da história humana e, por conseguinte, da política, é possível criar mecanismos para coibir ou diminuir seus efeitos, ou até mesmo para evitar seus malefícios por determinado tempo. Para tanto, é necessário um governo ciente dos perigos da corrupção, um governo profundamente vigilante, além de instituições fortes o suficiente para coibir as paixões egoístas que levam à corrupção das instituições e do homem. Enfim, é essencial um estado de permanente vigilância e precipitação às investidas da corrupção, pois esta não poupará esforços para tentar corromper tanto o Estado quanto o cidadão.

¹¹⁸ “O ataque da corrupção é assim equiparado com a perda ou dissipação da *virtù*, processo de degeneração que se desenvolve, segundo Maquiavel, de uma das seguintes maneiras: um corpo de cidadãos pode perder sua *virtù* – e com ele o interesse pelo bem comum – ao perder conjuntamente seu interesse pela política, fazendo-se “preguiçoso e inapto para toda atividade própria de um *virtuoso*”. Mas o perigo mais notável surge quando os cidadãos permanecem ativos nos assuntos do Estado, mas começam a promover suas ambições pessoais ou lealdades partidárias às custas do interesse público. Dessa maneira, Maquiavel define como corrupto um projeto político quando “é promovido por homens interessados no que podem obter da república mais do que no bem desta”. Define como constituição corrupta aquela em que “só os poderosos” podem propor medidas, e o fazem “não pela liberdade comum, mas em benefício de seu próprio poder”. E define como corrompida aquela cidade em que os cargos públicos não são ocupados por “aqueles que tem a maior *virtù*, mas por aqueles que tem mais poder e, por tanto, maiores perspectivas de servir seus próprios fins egoístas.” (SKINNER, Quentin. 1981, p. 74-75).

Como já vimos no capítulo anterior (terceiro capítulo), assumindo uma posição mais pessimista que Montesquieu, do ponto de vista da determinação, Maquiavel afirma na sua concepção de natureza humana a propensão do homem à corrupção:

Todos os homens são maus, estando dispostos a agir com perversidade sempre que haja ocasião [...] os homens só fazem o bem quando é necessário; quando cada um tem a liberdade de agir com abandono e licença a confusão e a desordem não tardam a se manifestar por toda parte.¹¹⁹

Logo, para Maquiavel, o homem possui paixões negativas que se manifestarão e até mesmo o dominarão sempre que a oportunidade lhes surgir. É perigoso e pernicioso que o homem não viva sob instituições, entidades e mecanismos, como as leis, por exemplo, que vão orientá-lo e canalizar as paixões negativas. Em diversas passagens de sua obra, Maquiavel explicitamente concluiu que as leis são indispensáveis para o homem, pois por meio delas ele torna-se bom. Nesse sentido, a corrupção é uma consequência certa da manifestação e dominação de paixões negativas, como o egoísmo, por exemplo.

Por conta do que discutimos acima acerca da corrupção maquiaveliana, é possível e plausível tomar a interpretação de Sabine como uma clara e coerente definição da corrupção em Maquiavel. Segundo Sabine,

Per corruzione Machiavelli intende in genere quella decadenza della virtù privata, della probità civica e della devozione che rende possibile il governo popolare. Essa comprende ogni specie d'arbitrio e di violenza, grandi disparità di ricchezza e potere, la distrazione della pace e della giustizia, il progresso dell'ambizione disordinata, la disunione, l'illegalità, la disonestà e il disprezzo per la religione.¹²⁰

Como se percebe, Maquiavel entende a corrupção como o elemento que traz o abandono da *res publica*, do bem comum em função da preocupação exclusiva do pessoal, do particular e com isso todos os males do Estado – violência, injustiça,

¹¹⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979, p. 29.

¹²⁰ “Por corrupção Maquiavel entende em geral aquela decadência da *virtù* privada, da probidade cívica e da devoção que exige o governo popular. Inclui todos os tipos de violência e arbitrariedade, grandes disparidades de riqueza e poder, a distração da paz e da justiça, do progresso desordenado ambição, desunião, ilegalidade, desonestidade e desprezo de religião.” (SABINE. George H. *Storia delle dottrine politiche*, Milano, Edizione di Comunità, 1953. P. 274).

ambição desordenada, desonestidade, dentre outras – passam a dominar e degenerar o Estado como um todo.

4.1.1 Propagação e prevenção da corrupção no Estado e no cidadão

Como a corrupção está fortemente embasada no descontrole ou negatividade de algumas paixões, Maquiavel não tem muito otimismo quanto ao controle da corrupção a partir do momento em que ela se instala no Estado e no cidadão. Ele diz que enquanto a corrupção ainda não atingiu todos os órgãos do Estado é possível tentar reverter o quadro de corrupção, mas quando ela atinge determinados níveis já não há mais salvação para o Estado, sendo que seu destino será fatalmente o aniquilamento e a destruição.

Partindo do fato de ser inevitável a manifestação da corrupção no Estado, Maquiavel elenca algumas formas de tentar retardar, dissuadir ou amenizar os efeitos e a própria instalação da corrupção. Dessa forma, o mecanismo ou instituição do Estado que Maquiavel considera de significativa relevância, senão fundamental, para a manutenção do mesmo, é a religião. Ao pensar as formas de dissuadir a corrupção a religião é uma forte aliada:

Os príncipes e as repúblicas que querem impedir a corrupção do Estado devem sobretudo manter sem alterações os ritos religiosos e o respeito que inspiram. O índice mais seguro da ruína de um país é o desprezo pelo culto dos deuses: o que será fácil de compreender se se souber o fundamento da religião do país; pois toda religião tem como base alguma instituição principal.¹²¹

Por que Maquiavel faz essas considerações a respeito da religião? Ora, é consideravelmente simples chegar a uma conclusão. A religião é aquela que dissemina e fortalece, por exemplo, os bons costumes, a união, a obediência, o respeito à autoridade, enfim, ela ajuda a manter o cidadão pacífico e obediente. Então, é prudente e eficaz que um povo mantenha-se sob as leis e/ou crenças religiosas.

Retomemos Skinner, segundo o qual há

[...] una perpetua tendencia por parte de ciudadanos e intereses de grupos poderosos a alterar la balanza de la constitución en favor de sus propios y sectarios fines, sembrando con ello las semillas de la corrupción en el cuerpo político y comprometiendo su libertad. Para afrontar este permanente riesgo, Maquiavelo enuncia una nueva propuesta constitucional: sostiene que el precio de la libertad es una constante vigilancia. Es esencial, en primer lugar, aprender a distinguir las señales de peligro, esto es, a reconocer los medios por los que un ciudadano individualmente o un partido político es capaz de “alcanzar más poder de lo conveniente”. En segundo lugar, es esencial desarrollar una serie especial de leyes e instituciones para hacer frente a tales emergencias. Una república, señala Maquiavelo, “debe tener entre sus *ordini* lo siguiente: que los ciudadanos sean vigilados de modo que no puedan hacer el mal so capa de hacer el bien y que ganen popularidad solamente en la medida en que progrese y no sufra dano la libertad”. Finalmente, es esencial para todos “el tener abiertos los ojos”, manteniéndose prestos no sólo a señalar tan corruptoras tendencias, sino también a emplear la fuerza de la ley para sofocarlas tan pronto como – o incluso antes – de que se conviertan en una amenaza.¹²²

Nessa passagem, Skinner condensa com primor alguns dos principais elementos que Maquiavel sempre ressalta como fundamentais para evitar a corrupção. Além disso, aponta características que devem necessariamente se fazer presentes na conduta do príncipe, quais sejam: a constante *vigilância*, a atenção aos *sinais de perigo*, não permitir que o *poder de alguém ultrapasse certo limite*, manter prudentemente *os olhos abertos e*, finalmente, saber usar a *força da lei* sempre que necessário. Assim, Maquiavel demonstra que é possível e certamente necessário se precaver contra a corrupção.

¹²¹ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979, p. 61.

¹²² “[...] uma perpétua tendência por parte de cidadãos e de interesses de grupos poderosos a alterar a balança da constituição em favor de seus próprios fins sectários, semeando com eles as sementes da corrupção no corpo político e comprometendo sua liberdade” [...] Para afrontar este permanente risco, Maquiavel anuncia uma nova proposta constitucional: sustenta que o preço da liberdade é uma constante vigilância. É essencial, em primeiro lugar, aprender a distinguir os sinais de perigo, isto é, reconhecer os meios pelos quais um cidadão individualmente ou um partido político seja capaz de “alcançar mais poder do que o conveniente”. Em segundo lugar, é essencial desenvolver uma série especial de leis e instituições para fazer frente a tais emergências. Uma república, assinala Maquiavel, “deve ter entre suas ordens o seguinte: que os cidadãos sejam vigiados de modo que não possam fazer o mal sob a capa do bem e que ganhem popularidade somente na medida em que progridam e a liberdade não sofra dano.” Finalmente, é essencial para todos “ter os olhos abertos”, mantendo-se prontos não somente a assinalar tendências tão corruptas, senão também para empregar a força da lei para sufocá-las tão logo – ou mesmo antes – que se convertam em uma ameaça.” (SKINNER, Quentin. 1981, p. 87).

4.1.2 Roma: o exemplo maquiaveliano

O império romano é o grande exemplo que Maquiavel toma para mostrar como uma república se solidifica e consegue manter o poder, cultivando a *virtù* e tendo a Fortuna a seu lado. Não obstante, Roma também é o grande exemplo maquiaveliano para mostrar como um Estado é destruído pela corrupção. É na obra *Comentários* que Maquiavel desenvolve, mais ampla e concretamente, suas considerações sobre a história de Roma e sua importância para o mundo.

Como sabemos Maquiavel dá muita importância à história, por conseguinte ele analisou com afincamento a história de um povo, ou seja, a história de Roma. Maquiavel não pensa a história em hipótese alguma desvinculada de dois grandes elementos, ou “due forze determinanti il corso della storia: “Fortuna” e “virtù”.”¹²³ Portanto, em sua análise da grandeza e posterior decadência do Império Romano, Maquiavel considera as contribuições ou não que tanto a *virtù* como a Fortuna proporcionaram a esse Império. Entretanto, como Leo Strauss e também Skinner assinalam, Maquiavel se contrapondo a Tito Lívio, julga muito mais determinante no êxito de Roma o papel da *virtù* e não da Fortuna como defendia Tito Lívio.

La realización de grandes cosas nunca es simplemente el resultado de la buena Fortuna, sino que es siempre el producto de la Fortuna combinada con la indispensable cualidad de la *virtù*, cualidad que nos capacita para enfrentarnos a nuestras desgracias con ecuanimidad y al mismo tiempo atrae las miradas favorables a la diosa. Concluye, por tanto, que si queremos entender qué fue lo que “hizo posible la posición dominante” a la que se alzó la república romana, debemos reconocer que la respuesta se encuentra en el hecho de que Roma poseyó “muchas *virtù*.”¹²⁴

Logo, a *virtù* tem um papel fundamental na constituição do Império Romano. Pois a Fortuna nada pode se não houver *virtù*. Como Skinner propõe, o que torna

¹²³ “duas forças determinantes no curso da história: “fortuna” a “virtù”.” OLSCHKI, LEONARDO. Machiavelli scienziato. In: *Testi e Documenti*. Anno II, n. 3, ottobre 1969, Casa Editrice Leo Olschki, Firenze. p. 524.

¹²⁴ “A realização de grandes coisas, nunca é simplesmente o resultado de uma boa Fortuna, mas é sempre o produto da Fortuna combinada com a indispensável qualidade da *virtù*, a qualidade que nos capacita a enfrentar com equidade as nossas desgraças e, ao mesmo tempo, atrai olhares favoráveis da deusa. Conclui, portanto, que se queremos entender o que ‘tornou possível a posição dominante’, que alcançou a república romana, devemos reconhecer que a resposta está no fato de que Roma possuía ‘muita *virtù*’.” SKINNER, Quentin, 1981. p. 70.

possível o êxito romano é justamente a combinação, ou em outras palavras, a complementaridade entre Fortuna e *virtù*.

Maquiavel começa os *Comentários* falando das formas de governo, dos princípios e vícios de cada uma. Tanto as formas de governos consideradas boas – monarquia, aristocracia e popular – quanto as consideradas más – despotismo, oligarquia e permissividade – têm desvantagens, portanto, segundo Maquiavel, os legisladores sábios,

[...]evitam empregar exclusivamente qualquer uma delas, reconhecendo o vício de cada uma. Escolhem sempre um sistema de governo de que participavam todas, por julgá-lo mais sólido e estável: o príncipe, os aristocratas e o povo governam em conjunto o Estado, podem com facilidade controlar-se mutuamente.¹²⁵

E Roma, favorecida pela Fortuna, conseguiu manter o equilíbrio entre os três poderes – do monarca, da aristocracia e do povo – e assim, fez nascer uma república perfeita, segundo Maquiavel. É o governo misto, portanto, que favorece determinantemente a grandeza romana.

Ademais, um poderoso elemento que ajudou fundar e manter a grandeza de Roma foi o estabelecimento da religião. Segundo Maquiavel, “os romanos respeitavam seus juramentos mais ainda do que as leis, convencidos de que a potência dos deuses é maior do que a dos homens.”¹²⁶ Essa idéia da religião como um instrumento determinante de poder no Estado já nos é conhecida de Maquiavel quando discutimos, no capítulo dois, o poder maquiaveliano. Assim, Roma, para ele, é o exemplo de um Estado que soube valorizar e usar esse instrumento importante.

Quando se examina o espírito da história romana, é forçoso reconhecer que a religião servia para comandar os exércitos, levar a concórdia ao povo, zelar pela segurança dos justos e fazer com que os maus corassem pelas suas infâmias.¹²⁷

E Maquiavel ainda dirá que “se a observância do culto divino é a fonte da grandeza dos Estados, a sua negligência é causa da ruína dos povos. Onde não exista o temor a Deus o império sucumbirá.”¹²⁸ Essas passagens ilustram o grande papel que Maquiavel atribui à religião na manutenção e preservação de um Estado. Ele ainda afirma que a negligência com a religião em um Estado propicia o desencadeamento da

¹²⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979. p. 25.

¹²⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979. p. 57.

¹²⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979. p. 58.

corrupção. Isso porque a religião ajuda a manter os homens - através do medo e do respeito - em harmonia entre si e com grande respeito para com seus líderes. Enfim, conclui Maquiavel, “os príncipes e as repúblicas que querem impedir a corrupção do Estado devem sobretudo manter sem alterações os ritos religiosos e o respeito que inspiram. O índice mais seguro da ruína de um país é o desprezo pelo culto dos deuses.”¹²⁹

Seguramente a partir das discussões já abordadas nessa dissertação já nos é bastante conhecido o papel determinante atribuído ao príncipe nos rumos de um Estado, segundo a teoria política de Maquiavel. O exemplo de Roma reforça essa idéia maquiaveliana. Ele conclui que onde a corrupção conseguiu um espaço, certos dispositivos utilizados para tentar dissolver tal corrupção não terá eficácia se o Estado não dispuser de um governante forte, de um rei, de um príncipe . Somente o pulso firme desse indivíduo poderá combater a corrupção.

Onde há tantos motivos de corrupção, a lei não é mais do que um fraco obstáculo, sendo preciso apoiá-la com uma força mais difícil de resistir. Esta força reside no pulso forte de um rei; só seu poder absoluto e incontrastado pode pôr um freio à excessiva ambição e à corrupção dos poderosos.¹³⁰

Portanto, é tão-somente o braço firme de um governante virtuoso que conseguirá obter algum resultado positivo frente à corrupção de um Estado.

Um outro aspecto fundamental criteriosamente explorado por Lefort, em sua obra *Le travail de l'oeuvre Machiavel*, é a importância da desunião entre o Senado e o povo como fundamento da perfeição alcançada pelo Império Romano. Tal desunião permite o estabelecimento e por conseguinte a articulação da lei, da liberdade e do poder dentro do Estado Romano. Como esclarece Lefort,

Le désunion, entendons-nous, n'a pas seulement préservé l'indépendance de Rome, elle a établi en elle la liberté, soit un régime tel que le pouvoir n'y peut être accaparé ni par un homme, ni par une faction. Le régime de liberté apparaît donc comme celui-là même de la loi; ou, rigoureusement parler, comme celui dans lequel les lois sont rapportées à leur fondement.¹³¹

¹²⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979. p. 58.

¹²⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979. p. 61.

¹³⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979. p. 173.

¹³¹ “A desunião, entendemos, não só preservou a independência de Roma, ela estabeleceu a liberdade, sendo um regime tal que o poder não pode ser monopolizado nem por um homem, nem por uma facção. O regime da liberdade aparece, portanto, como esse mesmo da lei; ou, rigorosamente falando, como esse no qual as leis estão ligadas a seus fundamentos.” (LEFORT, Claude. 2008. p. 475.

Logo, essa desunião presente e constante entre o povo e o Senado foi pressuposto básico para manter Roma como um Estado onde a lei, a liberdade e o poder coexistiam e se articulavam positivamente, uma vez que as reivindicações da plebe em Roma coagiram os “grandes” a reconhecer a plebe como sujeito político. E isso fez com que houvesse a criação dos tribunos para atender aos fortes apelos da plebe. Sendo assim, as leis em Roma beneficiaram a liberdade pública, pois em sua origem e instituição a plebe, a partir dos tribunos, tiveram participação ativa. Portanto, Roma é o exemplo daquilo que Maquiavel afirma na seguinte passagem do *Comentários*, “há em todos os governos duas fontes de oposição: os interesses do povo e os da classe aristocrática. Todas as leis para proteger a liberdade nascem da sua desunião.”¹³²

Como Lefort salienta, na obra *Comentários* Maquiavel reconhece em Roma um modelo a ser imitado. Ou senão imitado, ao menos criteriosamente estudado em seus êxitos, ou àquilo que permitiu sua grandeza e por conseguinte como chegou ou permitiu a corrupção em seu seio. Observemos a seguinte passagem da leitura de Lefort sobre a corrupção maquiaveliana a partir do *Comentários*, a qual conclui e confirma alguns fatores determinantes para a corrupção que apresentamos e discutimos até aqui.

[...] corrompue, la République ne l'est pas parce que la méchanceté de l'homme est sans remède, et que la Fortune a seul pouvoir de préserver l'État pour un temps de ses conséquences, ou parce que la forme primitive de la Cité, bonne en soi, se voit méconnue par les hommes au cours de l'histoire: la corruption est son oeuvre, l'effet du choix continué par lequel la Cité dénie la vérité du désir et la l'agression, récuse le conflit de classes, interdit la revendication du peuple, et couvre dénégation et répression d'un discours sur l'ordre et la paix.¹³³

Portanto, exatamente aquilo que Maquiavel aponta como causas da grandeza romana é aquilo que quando descuidado, negligenciado ou perdido desencadeia inevitavelmente a fonte ou origem da corrupção no Estado. Apesar de Maquiavel

¹³² MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979. p. 31.

¹³³ “Corrompida, a República não é porque a maldade do homem é sem remédio, e porque a Fortuna tem somente o poder de preservar o Estado por um tempo de suas conseqüências, ou porque a forma primitiva da Cidade, boa em si, vê-se ignorada pelos homens no curso da história: a corrupção é em sua obra, o efeito da escolha continuada pela qual a Cidade nega a verdade do desejo e da agressão, recusa o conflito de classes, proíbe a reivindicação do povo, e encobre a negação e repressão de um discurso sobre a ordem e a paz.” (LEFORT, Claude. 2008. p. 486.)

insistir bastante sobre o exemplo positivo de república perfeita que Roma representou, ele reconhece e lamenta o fim dessa grandeza e o início da degeneração deste poderoso Império Romano com a deflagração da corrupção generalizada.

4.2 A CORRUPÇÃO MONTESQUENIANA

*A corrupção mais perigosa é aquela surda, a que se esconde, a que afeta a ordem, a que parece regra, a que vai aonde ela não parece visar.*¹³⁴

Em um primeiro momento, é importante frisar que, de fato, a corrupção é um tema central no pensamento de Montesquieu. Não é um tema periférico, subjacente ou coadjuvante, pelo contrário: a corrupção representa uma preocupação central no pensamento desenvolvido por Montesquieu. Essa preocupação, em grande parte, pode ser justificada pelo profundo desejo de Montesquieu em ver a virtude política triunfar. São sempre recorrentes as passagens em sua obra expressando seu desejo de ver o homem amando o seu Estado e vivendo como cidadão. A virtude política, como Montesquieu enfaticamente ressalta na *Advertência* que fez em *Do espírito das leis*, é “o amor à pátria e à igualdade [...] não é absolutamente virtude moral, ou virtude cristã, é virtude política.”¹³⁵ Logo, é esse amor à pátria que Montesquieu gostaria de ver presente em todo homem.

Mais explícita e fortemente em Montesquieu do que em Maquiavel, aparece como causa da corrupção a idéia da degradação das paixões ou como ele nomeia, dos princípios do Estado.¹³⁶ Isso significa que se um Estado não conserva e cultiva a sua paixão preponderante, a doença da corrupção não tardará a infectar todo o Estado. A questão do luxo também se faz presente em Montesquieu como forte fomentador da

¹³⁴ MONTESQUIEU, Barão de. *Pensamentos*. In: SANTOS. Antônio Carlos. *A política negada: poder e corrupção em Montesquieu*. São Cristóvão: Ed. da Universidade Federal de Sergipe, 2002, p. 146.

¹³⁵ MONTESQUIEU, Barão de. *Do espírito das leis*. v. I, 1997, p. 31.

¹³⁶ Relembrando que, para Montesquieu, os princípios dos governos são paixões, sendo o princípio da República a virtude, da Monarquia a honra e do Despotismo o medo.

corrupção. Ademais, Montesquieu apresenta uma concepção de história que suscita a idéia da inevitabilidade da corrupção em determinadas épocas ou circunstâncias. E, é claro, a degradação ou ausência da virtude política.

Na concepção de Montesquieu, o despotismo é o mais claro, evidente e extremo exemplo do que é o agir livre e total de uma paixão, o medo. Em outras palavras, o despotismo é o governo no qual o homem é despojado de toda sua humanidade. Ao abordar essa questão, Iglesias sustenta que para Montesquieu “el despotismo se convierte en el paradigma de la degeneración a la que puede llegar la naturaleza humana.”¹³⁷ Portanto, o despotismo é o exemplo extremo da corrupção, uma vez que no despotismo todos são guiados por paixões negativas e a virtude está absolutamente ausente.

Segundo nossa compreensão de Montesquieu, a corrupção não é essencialmente um componente da natureza humana, mas um componente da política. Sob essa perspectiva de entendimento, não é o homem que é por natureza corrupto, mas é o homem político que é corrupto ou corruptível. A vida política obriga o homem a conviver e viver de forma que suscita, desencadeia ou mesmo torna possíveis diversas e imperiosas paixões negativas e o exercício do poder, problemas esses que o homem pré-político não vivia, ou ao menos não tinha consciência de tais paixões e do complexo poder. É a vida política que deixa o homem vulnerável à corruptividade. Essa visão recebe respaldo na interpretação de Iglesias, segundo a qual:

No se trata – nótese bien – de que la naturaleza de los hombres sea malvada y tienda a la corrupción (pues Montesquieu, aun cuando no se haga ilusiones “rousseauianas” acerca del hombre, tampoco está en la corriente pesimista hobbesiana), sino que es el conjunto del sistema político, la “naturaleza de las cosas” a aplicada al ejercicio del poder, lo que degenera en corrupción. Es el proceso objetivo, diríamos en terminología actual, y no la estructura subjetiva primordialmente, el que puede tender, como parte de una totalidad natural más amplia, a su degradación.¹³⁸

¹³⁷ “O despotismo se converte no paradigma da degeneração a que pode chegar à natureza humana.” (IGLESIAS, Carmen. 2005, p. 396).

¹³⁸ “Não se trata – note-se bem – de que a natureza dos homens seja malvada e tenda para a corrupção (pois Montesquieu, mesmo que não tenha ilusões rousseauianas acerca do homem, tampouco está com a corrente pessimista hobbesiana), senão que é o conjunto do sistema político, a “natureza das coisas” aplicada ao exercício do poder, o que degenera em corrupção. É o processo objetivo, diríamos em terminologia atual, e não a estrutura subjetiva primordialmente, o que pode tender, como parte de uma totalidade natural mais ampla, à sua degradação.” (IGLESIAS, Carmen. 2005, p. 368).

É na *natureza das coisas*, no *sistema político* e no *exercício do poder* que está arraigada a corrupção. Desse modo, para Montesquieu a corrupção parece partir mesmo muito mais significativamente do Estado do que do homem. É claro que, fatalmente, a corrupção do Estado vai causar a corrupção do homem, do cidadão, mas Montesquieu afirma categoricamente que a corrupção parte sempre do coletivo para o individual.

A participação política é um elemento fundamental para afugentar a corrupção e, por outro lado, o amor ao dinheiro é um problema para o Estado e é um convite à corrupção:

A desgraça de uma república advém quando não há mais conluio e isso acontece quando se corrompe o povo pelo dinheiro: ele torna-se indiferente e afeiçoa-se ao dinheiro, porém não mais se afeiçoa aos negócios: sem se preocupar com o governo e com o que nele se propõe, espera tranquilamente seu salário.¹³⁹

Embora Montesquieu veja o comércio como algo positivo no Estado, alerta que é preciso não deixar que o luxo se instale na república¹⁴⁰, pois esse torna o homem negligente com as questões do Estado. O luxo é uma peste para o Estado e também um forte aliado, ou melhor, um forte desencadeador de corrupção, como se observa na passagem que segue:

À medida que o luxo se estabelece numa república, o espírito volta-se para o interesse particular. Para as pessoas a quem o necessário é suficiente, só resta desejar a glória da pátria e a sua própria. Porém, uma alma corrompida pelo luxo possui muitos outros desejos: cedo se torna inimiga das leis que a constroem.¹⁴¹

Assim, o amor ao luxo acaba por desencadear ou implicar o abandono da virtude política. O homem deixa de se preocupar e de participar da vida pública, pensando apenas em satisfazer seus *sempre renovados desejos de possuir*, de viver *no e para* o luxo. Segundo Santos, para Montesquieu, “O portal da corrupção é o luxo.”¹⁴² O luxo se apresenta nas repúblicas como fomentador da corrupção. Embora Santos esteja analisando a corrupção em Montesquieu sob a perspectiva da moralidade e nós

¹³⁹ MONTESQUIEU, Barão de. *Do espírito das leis*. v. I, 1997, p. 49.

¹⁴⁰ Tratamos aqui do luxo somente na república como uma fonte de corrupção porque isso não acontece na monarquia, nesse Estado o luxo é positivo porque estimula a diferença, segundo Montesquieu.

¹⁴¹ MONTESQUIEU, Barão de. *Do espírito das leis*. v. I, 1997, p. 139.

¹⁴² SANTOS, Antônio Carlos. 2002, p. 127.

diferentemente temos uma discussão estritamente política de Montesquieu, concordamos em parte com a leitura de Santos. É perfeitamente pertinente considerar o luxo um fator importante de corrupção, embora não o principal ou único. Não obstante, o luxo traz à tona a corrupção na medida em que rompe o laço do cidadão com o Estado. O cidadão passa a preocupar-se com seus bens próprios e exclusivos e deixa de lado sua vida política.

Consideremos as idéias presentes nesta passagem de Montesquieu – que soam bastante modernas –, e que trazem à tona a política, os seres políticos e a insistente corrupção, a qual tanto pode se instalar nas instituições como nos indivíduos políticos:

Os políticos gregos, que viviam no Governo popular, só reconheciam uma força capaz de mantê-los: a força da virtude. Os políticos de hoje não nos falam senão de fábricas, de comércio, de finanças, de riquezas e até mesmo de luxo. Quando a virtude¹⁴³ desaparece, a ambição entra nos corações capazes de recebê-la e a cobiça se apodera de todos os demais. Os desejos mudam de objeto: o que antes se amava, já não se ama; se o indivíduo era livre com as leis, agora cada um quer ser livre contra elas; cada cidadão é como um escravo fugido da casa de seu amo; chama-se *rigor* ao que era *máxima*; chama-se estorvo ao que era *regra*; chama-se *temor* ao que era *atenção*. Chama-se avareza à frugalidade e não ao desejo de possuir. Outrora os bens dos particulares constituíram o tesouro público, mas quando se perde a virtude, o tesouro público se converte em patrimônio dos particulares. A república é um despojo e sua força já não é mais do que o poder de alguns cidadãos e a licença de todos.¹⁴⁴

Nessas palavras de Montesquieu está presente a atitude do político que transforma seu dever público em dever particular; do cidadão que degrada aquilo que lhe era mais caro e legítimo em algo que lhe impede de viver a *sua* vida conforme *seus* interesses, fazendo com que a pátria deixe de ser seu lugar e seu lar. Por conseguinte, as palavras de Montesquieu nos mostram como se dá uma possível origem da corrupção na política e no indivíduo, ou seja, em última instância essa origem está situada na degradação da virtude. O cidadão deixa de se sentir e de se ver na pátria, a qual já não é mais parte de sua vida, mas, ao contrário, torna-se aquilo que por vezes o impede de viver segundo seus interesses, e o Estado torna-se até mesmo o inimigo. Há uma completa deturpação da conduta política do cidadão. Quando o luxo passa a

¹⁴³ Ressaltando que a virtude a qual Montesquieu se refere é o amor à pátria e à igualdade.

¹⁴⁴ MONTESQUIEU, Barão de. *Do espírito das leis*. v. I, 1997, p. 60-61.

habitar no cidadão, incita-o a fazer do supérfluo a necessidade e, ao mesmo tempo, fazer da pátria e do Estado até mesmo um empecilho para a realização dessas necessidades de adquirir. Portanto, o luxo não apenas se coloca entre o homem e o Estado, mas também toma para si os interesses e desejos do cidadão, fazendo-o abandonar a antiga relação com o Estado.

Seguindo a concepção das origens da corrupção, Santos chama nossa atenção para a questão da corrupção a partir da concepção de história montesquieniana. Nesse sentido, Santos descreve:

Montesquieu rompe com a tradição à medida que pensa a corrupção como um processo construído *historicamente* [...]. A corrupção não é mais entendida como fatalidade à qual todas as repúblicas estariam fadadas. [...] Segundo o pensador de Bordeaux, não há inexorabilidade na história: a república corromper-se-á se os homens não mantiverem o espírito público (*mores* normativos) e, em último caso, a conduta pessoal. A corrupção nasce das paixões humanas historicamente interpretadas.¹⁴⁵

Assim, a corrupção assume um caráter ligado à conduta do cidadão, sendo que não está determinada pela natureza humana, mas surge ou se fortalece historicamente na medida em que cresce o egoísmo, o individualismo e desaparece o sentimento público e de coletividade do cidadão. Em outras palavras, a corrupção se fortalece na mesma medida em que enfraquecem as paixões mantenedoras do Estado. De acordo com Santos, a história suscita em Montesquieu uma relação diferente com a corrupção do que aquela história cíclica defendida por Maquiavel:

A história não se reduz, na perspectiva de Montesquieu, a movimentos deterministas ou idealistas, mas se dá num movimento ondulatório, no qual o homem pode, de acordo com as circunstâncias, conquistar regularidade, constância, ordenamento, *moderação*.¹⁴⁶

Tem-se, com isso, que a história em seu movimento ondulatório pode conquistar longos períodos de moderação e, conseqüentemente, a ausência de corruptividade. A história não trará fatalmente a corrupção à tona, mas para isso é necessário que o princípio do Estado seja permanentemente cultivado, não se

¹⁴⁵ SANTOS, Antônio Carlos. 2002, p. 30.

¹⁴⁶ SANTOS, Antônio Carlos. 2002, p. 57

permitindo ao cidadão o afastamento da vida pública. Cada parte do Estado precisa manter-se unida no sentido de preservar o Estado.

Montesquieu mostra ainda que a corrupção é alimentada pelo egoísmo, ou a idéia de parcial, partidário e até nacionalismo. Ações que afastam o homem do respeito e consideração do humano pura e simplesmente, como se nota:

Se eu soubesse de qualquer coisa que me fosse útil e que fosse prejudicial à minha família, eu a rejeitaria; se eu soubesse de qualquer coisa útil à minha família e que não fosse útil à minha pátria, eu procuraria esquecê-la. Se eu soubesse de qualquer coisa útil à minha pátria e que fosse prejudicial à Europa, ou que fosse útil à Europa e prejudicial ao gênero humano, eu a olharia como um crime [...]. Se eu soubesse de uma coisa útil à minha nação que fosse prejudicial a uma outra, eu não a proporia a meu príncipe porque sou homem antes de ser francês [...].¹⁴⁷

Montesquieu afirma que uma atitude do cidadão de virtude é aquela que está de acordo com o ato de considerar e zelar pelo bem de todo e qualquer homem. A corrupção fica distante à medida que o homem mantém uma conduta pública, não egoísta ou individualista. O cidadão de virtude, que tem amor à pátria e à igualdade, é um homem capaz de pensar além de interesses egoístas ou de determinados grupos. É um homem interessado e preocupado com o todo, que leva em conta todos os outros homens. E, neste contexto, a corrupção encontra maior dificuldade de se instalar no indivíduo e no Estado. Pode-se inferir, a partir do exposto, que a corrupção é a incapacidade de agir visando os interesses da coletividade.

Montesquieu discute especialmente a questão da corrupção na obra *Do espírito das leis*, no livro oitavo intitulado “Da corrupção dos princípios nos três governos”. Nesse livro, ele concentra sua discussão na análise de como a corrupção ocorre no Estado, afirmando o seguinte: “A corrupção de cada governo começa quase sempre pela corrupção dos princípios.”¹⁴⁸ Isso significa que a corrupção do Estado ocorre em virtude da corrupção das paixões que cada governo deveria cultivar para assegurar sua “vida longa e sadia”. Ao encontro disso, Simone Goyard-Fabre conclui:

Utilisant comme toujours de multiples exemples à l’appui de ses affirmations, il [Montesquieu] explique que, dès que les principes des gouvernements se sclérosent, les gouvernements se corrompent:

¹⁴⁷ MONTESQUIEU, Barão de. *Pensamentos*. Apud: SANTOS, Antônio Carlos. 2002, p. 83.

¹⁴⁸ MONTESQUIEU, Barão de. *Do espírito das leis*. v. I, 1997, p. 153.

sur des fondations vermoulues, aucun édifice ne peut demeurer solide. Alors, les gouvernements tremblent sur leurs bases frelatées; ils s'ébranlent, s'effritent et disparaissent. La corruption des principes provoque donc, par-delà la défiguration de l'État, la mort de la chose politique.¹⁴⁹

Portanto, a corrupção dos princípios coloca toda a estrutura do governo “abaixo”, isto é, há uma degeneração completa e absoluta do que imperava até então. Isso se deve ao fato de que, conforme Goyard-Fabre pondera, para Montesquieu, o princípio é a base de um Estado e uma vez abalada e corroída essa base, não há a mínima condição do Estado continuar em pé. Seu destino será fatalmente a queda, literalmente a ruína.

Por fim, gostaríamos de chamar a atenção para uma questão derradeira que pode influenciar na maior ou menor propensão de um Estado em conviver com a corrupção, segundo nossa leitura de Montesquieu. Já na introdução e mais longamente no primeiro capítulo, bem como no segundo, exploramos a idéia que Montesquieu desenvolve em *Do espírito das leis*, a saber, a idéia do *espírito de um povo*. Essa idéia dispõe que cada povo possui sua individualidade, sendo ou se formando a partir dos diversos elementos sobre os quais está inserido, como, por exemplo: instituições, costumes, hábitos, clima, solo, religião e, inclusive, paixões específicas. Em *Do espírito das leis*, como o próprio nome da obra mesmo sugere, Montesquieu se propõe a analisar justamente o espírito das leis e, ao realizar tal propósito, inevitavelmente fala do espírito do povo, pois a idéia de espírito é considerar, relacionar e analisar todos e cada um dos diversos elementos que estão na origem daquilo que se está buscando definir ontologicamente ou em essência. Ao procurar explorar a “identidade”, Montesquieu esclarece esse espírito das leis:

Devem as leis ser relativas ao *físico* do país, ao clima frio, quente ou temperado; à qualidade do solo, à sua situação, ao seu tamanho; ao gênero de vida dos povos, agricultores, caçadores ou pastores; devem relacionar-se com o grau de liberdade que a constituição pode permitir; com a religião dos habitantes, suas inclinações, riquezas, número, comércio, costumes, maneiras. Possuem elas, enfim,

¹⁴⁹ “Utilizando como sempre os múltiplos exemplos para sustentar suas afirmações, ele explica que, a partir do momento que os princípios dos governos se esclerosam, os governos se corrompem: sobre fundações corroídas nenhum edifício pode permanecer sólido. Então, os governos tremem sobre suas bases adulteradas; eles estremecem, se degradam e desaparecem. A corrupção dos princípios provoca, então, além da desfiguração do Estado, a morte da coisa política.” (GOYARD-FABRE, Simone. 1997, p. 20).

relações entre si e com sua origem, com os desígnios do legislador e com a ordem das coisas sobre as quais são elas estabelecidas. É preciso considerá-las em todos esses aspectos [...] Examinarei todas essas relações; formam elas, no conjunto, o que chamamos de Espírito das Leis.¹⁵⁰

É a partir dessa idéia de espírito que Montesquieu considera a individualidade de cada povo, ou seja, é o conjunto dos diversos elementos subjacentes a cada Estado que formará a identidade de um povo. Partindo dessa consideração, podemos nos colocar então a seguinte questão: estaria a corrupção mais propícia a determinados povos? Não raras vezes nossas discussões precedentes apresentaram inúmeros indicativos de resposta a essa questão.

Desse modo, a partir das discussões aqui realizadas, facilmente podemos concluir que determinados povos, tendo em vista o espírito que lhes pertence, teriam maior susceptibilidade, ou mesmo, uma pré-disposição para conviver com a corrupção. Tal conclusão é plausível pelo fato de um povo ser formado por um conjunto de elementos que constitui o Estado. Assim, se, por exemplo, os costumes, os hábitos e mesmo as inclinações (paixões) do povo estão mais voltados para o individualismo, ou para o luxo e a riqueza, esquecendo-se de cultivar a virtude política, a corrupção não tardará em se fazer presente neste Estado. Montesquieu conclui inclusive que o despotismo, por exemplo, é por definição um Estado no qual impera a corrupção. Então, um povo pode sim estar mais inclinado à corrupção. Não obstante, devemos permanecer na idéia de povos mais ou menos susceptíveis à corrupção e não classificar ou determinar enfaticamente que esse ou aquele povo será corrupto ou corruptível. Embora Montesquieu afirme que o Estado despótico é por excelência corrupto, isso não nos autoriza a concluir que ele elenque quais são os Estados necessariamente corruptos, mesmo porque Montesquieu classifica o despotismo como Estado somente em um primeiro momento, concluindo posteriormente que, de fato, o despotismo não é um Estado, uma vez que nele só impera o medo, não existe liberdade e nem virtude política. Em última análise, podemos inferir a propensão à corruptividade de alguns povos devido ao seu espírito, mas não podemos esquecer que, para Montesquieu, as instituições e a Constituição têm grande poder de “educar” o cidadão. Logo, se alguns elementos do espírito do

¹⁵⁰ MONTESQUIEU, Barão de. *Do espírito das leis*. v. I, 1997, p. 42.

povo estão mais inclinados à corrupção, sempre é possível reverter isso com os meios e os mecanismos educacionais de que o Estado dispõe. “Nótese que la responsabilidad de la corrupción recae siempre para Montesquieu en los grandes y no en el pueblo.”¹⁵¹

4.2.1 Roma: o exemplo montesquieniano

*Roma di Montesquieu non era un modello da copiare, ma lo studio di un caso che poteva aiutarlo ad arrivare ad alcune verità generali sulla politica.*¹⁵²

Segundo Iglesias o tema da degeneração é central nos escritos de Montesquieu, haja vista que aparece constantemente, de forma explícita ou implícita. A degeneração de um povo, de um Estado, de valores políticos, enfim a degeneração em si é fundamental para entendermos uma faceta da corrupção, pois que, esta tem sua origem diretamente ligada à degeneração, decadência do originário. Embora esse tema sobre a decadência seja mais incisivamente trabalhado por Montesquieu na sua obra *Considerações sobre as causas da grandeza e decadência de Roma (1734)*, ele ilustra o seu pensamento sobre o que origina e como se desenvolve a decadência ou degeneração de algo já nas *Cartas Persas (1721)*, um livro satírico que Montesquieu escreve em forma epistolar. Montesquieu relata em *Cartas Persas* o mito dos trogloditas. O relato feito por Montesquieu se dá em quatro cartas, da carta 11 à 14, escritas por Usbek à Mirza. Para entendermos o que Montesquieu pretende com esse mito o reproduziremos sucintamente. Os trogloditas eram um povo da Arábia que, segundo Montesquieu, se assemelhavam mais aos animais que aos humanos e isso porque “eram tão malvados e ferozes que não havia entre eles nenhum princípio de equidade nem de justiça.”¹⁵³ Um povo que matava, massacrava todos os reis, os magistrados que tentavam governá-lo. Seguiam os trogloditas, portanto, somente a

¹⁵¹ IGLESIAS, Carmen. 2005. P. 487.

¹⁵² SHKLAR, Judith. *Montesquieu*. Traduzione di Bruno Morcavalo. Società editrice il Mulino, Bologna.. 1990. p. 54.

¹⁵³ MONTESQUIEU, Barão de. *Cartas Persas*. 2006. p. 45. Lembrando que a igualdade e a justiça para Montesquieu estavam intimamente ligados à natureza humana, por isso ele considera os trogloditas como mais animais que humanos.

natureza maldosa que os guiava. Segundo Montesquieu, o pensamento que imperava em cada um dos indivíduos trogloditas era,

Para que teria de me matar trabalhando por pessoas de quem não devo me preocupar? Pensarei unicamente em mim. Viverei feliz. Que me importa que os outros o sejam? Proverei a todas as minhas necessidades e, desde que as tenha satisfeito, não me importa que todos os outros trogloditas sejam miseráveis.¹⁵⁴

E assim, Montesquieu descreve vários exemplos de egoísmo e profundo individualismo dos trogloditas. Cada um pensava e agia unicamente pensando em si e no seu próprio bem. Mas com o tempo houve uma epidemia e sobraram somente dois casais do povo troglodita. E justamente esses casais tinham uma conduta ímpar entre o povo troglodita, eles eram virtuosos, trabalhavam com solicitude comum para um interesse comum. Ademais, a religião também surgiu, diz Montesquieu, para ajudar a suavizar os costumes rudes. Assim, com os filhos e os filhos dos filhos desses dois casais o povo troglodita foi se formando novamente, mas agora, dentro da virtude e do espírito comum. Eram uma só família agora. Entretanto, como o povo cresceu muito, os trogloditas se reuniram e resolveram que precisavam de um rei para comandá-los. Escolheram um ancião que era muito respeitados por todos, contudo foi muito grande a tristeza desse ao saber das intenções do povo troglodita de tê-lo como aquele que comandaria o povo troglodita. E com pesar disse o ancião: “Vejo muito bem o que isso significa, trogloditas; sua virtude começa a pesar.”¹⁵⁵ Ou seja, o que Montesquieu propõe, através do ancião, é que quando a virtude deixa de ser um prazer, uma paixão efetivamente e passa a ser um dever apenas, a degeneração completa está próxima. O povo troglodita era virtuoso, a consciência e disposição em viver em comunidade, partilhando tudo e ajudando um ao outro mutuamente era algo natural e mesmo prazeroso para eles. A necessidade de alguém para os direcionar, organizar e comandar demonstra que essa predisposição para a virtude começa a ficar frágil e que em breve o antigo povo troglodita, aquele feroz e egoísta, se sobreporá ao povo troglodita virtuoso. Então, o exemplo do povo troglodita descrito por Montesquieu, visa mostrar que,

[...] o interesse dos indivíduos reside sempre no interesse comum; que pretender separar-se dele era querer perecer; que *a virtude não é uma coisa que deve nos custar*; que não se deve considerá-la como

¹⁵⁴ MONTESQUIEU, Barão de. *Cartas Persas*. 2006. p. 46.

¹⁵⁵ MONTESQUIEU, Barão de. *Cartas Persas*. 2006. p. 54.

um exercício penoso e que *a justiça para com os outros é uma caridade para conosco mesmo* (itálico nosso).¹⁵⁶

Esse é o grande exemplo montesquieniano de como um povo se fortalece na virtude e como, ao mesmo tempo, ele se degenera quando morre a paixão e fica tão-somente a obrigação.

Contudo, o grande exemplo de Montesquieu para falar da decadência, da degeneração ou mesmo da corrupção de um povo é seguramente a história de Roma. Assim como já vimos em Maquiavel Roma sendo tomada como exemplo de, primeiro, um Estado poderoso e virtuoso e, depois, como chegou à decadência e ruína, também em Montesquieu o exemplo se repete. Montesquieu irá mostrar dentro de uma abordagem científica, quais foram as causas da decadência desse império, a partir da história do mesmo. Em última instância tal decadência, segundo Iglesias, apresenta-se para Montesquieu nos seguintes termos: “La decadencia de los romanos se debe a factores complejos, pero que se pueden resumir en la pérdida de libertad y corrupción de sus instituciones a medida que aumenta su grandeza.”¹⁵⁷ E pode-se concluir que o anseio romano por sempre aumentar seu domínio, logo, grandeza, fez com que, contrariamente, terminasse na ruína, na decadência. Posto que “el cambio, la transformación, implica mayor complejidad, implica engrandecimiento, pero también autodestrucción y decadencia.”¹⁵⁸ E sabemos que o desejo de grandeza de Roma nada mais foi do que as paixões insaciáveis do poder, da ambição que fizeram com que ela sempre se lançasse em mais conquistas, em obter cada vez mais grandeza.

Primeiro, é importante considerar, segundo Montesquieu, quais foram os elementos ou características que o povo romano possuía e que permitiram atingir tamanha grandeza.

Convém observar que o que mais contribuiu para fazer os romanos os senhores do mundo foi que, tendo combatido sucessivamente contra todos os povos, eles sempre renunciaram a seus costumes tão logo encontraram outros melhores.¹⁵⁹

¹⁵⁶ MONTESQUIEU, Barão de. *Cartas Persas*. 2006. p. 49.

¹⁵⁷ “A decadência dos romanos se deve a fatores complexos, mas que se podem resumir em a perda da liberdade e a corrupção de suas instituições a medida que aumentava sua grandeza.” (IGLESIAS, Carmen. 2005: p. 366).

¹⁵⁸ “A mudança, a transformação, implica maior complexidade, implica engrandecimento, mas também autodestruição e decadência. (IGLESIAS, Carmen. 2005. p. 366).

¹⁵⁹ MONTESQUIEU, Barão de. *Considerações*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2002. p. 10.

Isto é, os romanos souberam dispor sabiamente dos povos conquistados. Souberam aproveitar o que de bom tinha cada povo vencido e assim foram renovando sua própria cultura e costumes. Os romanos, foram para Montesquieu, um povo que soube mudar, soube acompanhar a evolução da sua própria história de conquistadores.

Embora Montesquieu não deposite tanto otimismo nos líderes como Maquiavel, também admite que Roma obteve sua grandiosidade em grande parte devido aos grandiosos homens que comandaram esse império. Para Montesquieu, na história de Roma, “uma das causas de sua prosperidade é que todos os seus reis foram grandes personagens. Em nenhum outro lugar, nos textos de história, encontra-se uma sucessão ininterrupta de tais estadistas e tais comandantes.”¹⁶⁰ Logo, Montesquieu concorda que um grande Estado tem um grande homem à sua frente.

Como já discutimos no capítulo 'sobre o poder', Montesquieu considera de vital importância, a renovação constante daquele ou daqueles que ocupam o poder, isso porque ele afirma que o poder provoca o descontrole das paixões, como a ambição, por exemplo, que leva o homem a abusar do poder que possui. Assim, ele vê a postura de Roma em eleger cônsules anuais como um dos fatores que também contribuíram para Roma manter sua grandeza ou seu poder.

Roma, depois de expulsar os reis, criou cônsules anuais; foi também isso que a levou a seu elevado grau de poder. Os príncipes têm em sua vida períodos de ambição, após os quais sucedem-se outras paixões e até a ociosidade. Mas, tendo a República líderes que mudavam todos os anos, e que procuravam deixar marcada a sua magistratura para conseguir outras, não havia um só momento de trégua na ambição: eles exortavam o Senado a propor a guerra ao povo e a cada dia lhe mostravam novos inimigos.¹⁶¹

Portanto, como vemos nessa passagem das *Considerações*, Montesquieu mostra como é importante a renovação no poder, e para Roma foi especialmente importante devido ao seu perfil de travar lutas constantemente, pois assim, o povo era instigado constantemente a entender a guerra como uma necessidade e com isso fortaleciam e entendiam-se cada vez mais como um povo guerreiro. Com isso, segundo Montesquieu, “os romanos adquiriram um conhecimento profundo da arte militar. Nas guerras passageiras, a maioria dos exemplos se perde: a paz dá outras

¹⁶⁰ MONTESQUIEU, Barão de. *Considerações*. 2002. p. 10.

¹⁶¹ MONTESQUIEU, Barão de. *Considerações*. 2002. p. 12.

idéias, e esquecemos nossas falhas e até nossas virtudes.”¹⁶² Daí a importância do exercício da guerra constante.

Os romanos conseguiram dominar todos os povos, não apenas pela arte da guerra, mas também por sua prudência, sua sabedoria, sua constância e seu amor à glória e à pátria. Quando, sob o reinado dos imperadores, todas essas virtudes, desapareceram, restou-lhes a arte militar, com a qual, apesar da fraqueza da tirania de seus príncipes, eles conservaram o que haviam conquistado. Entretanto, quando a corrupção se introduziu na própria milícia, eles se tornaram presa de todos os povos.¹⁶³

Logo, mais do que apontar os fatores que contribuíram para a grandeza de Roma, Montesquieu deseja discutir quais foram os fatores que desencadearam a decadência desse império. Para Montesquieu, como dissemos acima, a grande causa do definhamento e fim do império romano foi o resultado de sua ambição desmedida, ou seja, a grandeza. “A República foi oprimida, e não é a ambição de alguns particulares que devemos acusar por isso; é preciso acusar o homem, mais e mais ávido de poder à medida que mais o possui, e que tudo deseja tão-somente por possuir muito.”¹⁶⁴ Roma empenhou-se em conquistar novos povos, em cada vez mais tornar-se grandiosa e para isso criou um povo que seguia assim, a paixão pela guerra. Logo, a Roma se viu vítima do próprio império que criou: demasiadamente grande e essencialmente guerreiro.

Foi apenas a grandeza da República que causou o mal e transformou em guerra civil os tumultos populares (...) Em um estado livre, exigir pessoas destemidas na guerra e tímidas na paz é desejar o impossível. Em regra, sempre que vemos toda a população tranqüila em um Estado que dá a si mesmo o nome de República, podemos ter certeza de que nele não existe liberdade.¹⁶⁵

Logo, o império se esfacelou por si só. Não conseguiu sustentar aquilo que criou, foi vítima de sua própria ambição por grandeza, por poder. Montesquieu conclui, portanto, que a causa determinante para a decadência, a corrupção de Roma, foi o ilimitado desejo de poder, a ambição de ser cada vez mais grandiosa. Enfim,

¹⁶² MONTESQUIEU, Barão de. *Considerações*. 2002. p. 13.

¹⁶³ MONTESQUIEU, Barão de. *Considerações*. 2002. p. 151.

¹⁶⁴ MONTESQUIEU, Barão de. *Considerações*. 2002. p. 88.

¹⁶⁵ MONTESQUIEU, Barão de. *Considerações*. 2002. p. 74.

Roma é um exemplo do que ocorre quando as paixões se descontrolam, ou se tornam negativas para o Estado.

4.3 ALGUNS ASPECTOS IMPORTANTES DA CORRUPÇÃO: EM MAQUIAVEL E EM MONTESQUIEU

Se em Maquiavel, por exemplo, a corrupção é entendida como um limite inexorável da ação humana, ligada, portanto, à circularidade da história, em Montesquieu a corrupção é produzida historicamente por homens que, pela própria cupidez, rompem com a norma para melhorar seu destino sem levar em conta o bem público.¹⁶⁶

Certamente podemos concluir que há mais semelhança do que dessemelhança entre o pensamento de Maquiavel e de Montesquieu, tanto nas origens quanto nos efeitos e na propagação da corrupção. Ambos localizam a corrupção no Estado a partir da ausência ou perda da *virtù* e/ou da virtude política, que, em última instância, à parte as sensíveis diferenças entre esses dois conceitos, culminam no mesmo efeito, qual seja, o do fim ou desapego à coisa pública. Devido à corrupção, ocorre o afastamento e até a rejeição do Estado em detrimento do interesse particular e egoísta.

Maquiavel e Montesquieu também se aproximam quando consideram as paixões essenciais fomentadoras da corrupção. Embora em âmbitos distintos, Maquiavel concebe originariamente a natureza humana enquanto algo vulnerável à corrupção, já Montesquieu diz que o Estado ao ter sua paixão preponderante e as demais que o formam deturpadas e negligenciadas, abre espaço para que a corrupção se faça presente. Todavia, de qualquer forma, para ambos os pensadores as paixões são imperativamente corruptoras, quando não coerentemente “educadas”. Da mesma forma, também o poder, quando não prudente e constantemente vigiado e limitado, será inevitavelmente fonte de corrupção, pois, conforme já vimos, o poder se configura de forma semelhante às paixões, um alvo fácil da corrupção por ter em si uma faceta propensa à mesma.

¹⁶⁶ SANTOS, Antônio Carlos. 2002, p. 125.

Assim, a corrupção revela-se um elemento sempre presente na política, no Estado e, por conseguinte, no cidadão. De acordo com Maquiavel, o príncipe, principal figura na manutenção e segurança do Estado contra toda e qualquer forma de ameaça, tem o dever e a necessidade de se manter em constante alerta, ou em permanente estado de vigilância para prever e prevenir a manifestação da corrupção. Também Montesquieu afirma a necessidade de manutenção, fortalecimento e difusão dos princípios (paixões) de cada Estado para evitar que a corrupção tenha espaço para se estabelecer. Enfim, são diversos, mas eficazes os meios que o Estado pode desenvolver para afastar a corrupção.

Uma outra semelhança de nossos pensadores quanto à propagação da corrupção no Estado é a admissão de que ela se insere aos poucos, tomando paulatinamente os diversos elementos que formam o conjunto do Estado, como uma doença que infecta determinados órgãos e, aos poucos, vai tomando todo o organismo, até finalmente debilitá-lo por completo. Maquiavel e Montesquieu fazem “coro” dizendo que o Estado precisa se manter constantemente em alerta para o mínimo sinal de corrupção.

A corrupção, portanto, constitui-se num elemento que nunca deve ser esquecido, negligenciado ou menosprezado, pois são exatamente esses fatores que, muitas vezes, desencadeiam a presença factual da corrupção. Ambos os autores aqui abordados concordam que a corrupção é um elemento que sempre está à espreita, sendo que cabe ao Estado ficar vigilante constantemente às tentativas “fervorosas” da corrupção, que busca se instalar no mesmo. Sendo assim, é consenso entre Maquiavel e Montesquieu que a corrupção precisa ser conhecida e analisada criteriosamente quanto aos seus alcances e possíveis limites.

A Roma de Maquiavel e Montesquieu. Quando nos atemos aos escritos de Maquiavel e de Montesquieu sobre a história do Império Romano, percebemos claramente uma acentuada distinção entre eles, ou seja, Maquiavel toma Roma muito mais como o exemplo positivo de um Estado grandioso, que soube tomar e manter o poder, já Montesquieu além do exemplo positivo da Roma Império, explorou profundamente as causas de sua ruína, portanto, embora ambos tenham abordado os dois momentos, a grandeza e a decadência, de Roma, cada um priorizou mais um dos dois momentos, Maquiavel a grandeza e Montesquieu a decadência.

Uma outra questão que distingue a análise do Império Romano de Maquiavel e de Montesquieu é que o primeiro acredita e reforça em sua 'narrativa' o poder decisivo do indivíduo, enquanto que Montesquieu, pelo contrário, não se deixa envolver pelo poder de individualidades. Essa é, inclusive, uma distinção apontada por Shklar,

Machiavelli credeva nei grandi uomini che perseguendo la propria gloria trasformano il mondo che li circonda e possono essere sconfitti solo dall'avversità della fortuna. Montesquieu pensava in termini molto meno personali. Specialmente nelle repubbliche, i leader fanno le istituzioni solo nell'infanzia della società, dopo sono le istituzioni che plasmano i capi. E, coerentemente, ridimensiona o ignora la fama degli eroi leggendari dell'antichità. La sua non era affatto una visione della storia come 'storia dei grandi uomini'. A volte Montesquieu esprime ammirazione per il carattere o le capacità di un uomo di stato o di un generale, come Cesare, ma queste figure a suo modo di vedere non cambiarono il corso della storia.¹⁶⁷

Como percebemos, o valor que Maquiavel atribui à força determinante de um personagem é bem menos considerada por Montesquieu, o qual acredita muito mais na força das instituições. Isso nos remete aquela discussão já apontada no capítulo sobre o poder, ou seja, a postura de Maquiavel quanto a um poder que se identifica com um indivíduo, o príncipe, à medida que Montesquieu assume a perspectiva de um poder ligado mais especificamente a instituições. Entretanto, Montesquieu admite a grande influência que exerceram alguns personagens para a ascensão de Roma, como se nota na seguinte passagem das *Considerações*,

Uma das causas de sua prosperidade é que todos os seus reis foram grandes personagens. Em nenhum outro lugar, nos textos de história, encontra-se uma sucessão ininterrupta de tais estadistas e tais comandantes. No nascimento das sociedades, são os chefes das Repúblicas que criam a instituição. Em seguida, é a instituição que forma os chefes das Repúblicas.¹⁶⁸

Enfim, verificando as causas apontadas tanto por Maquiavel quanto por Montesquieu para a grandeza e posterior decadência de Roma, percebemos o desfile

¹⁶⁷ Maquiavel acreditava nos grandes homens que perseguindo a sua própria glória transformam o mundo à sua volta e podem ser derrotados apenas pela adversidade da sorte. Montesquieu pensava muito menos em termos pessoais. Especialmente nas Repúblicas, os dirigentes fazem as instituições da sociedade só na infância, depois são as instituições que moldam a cabeça. E, consistentemente, redimensiona ou ignora a fama dos lendários heróis da Antigüidade. A sua não era uma visão de história como "história de grandes homens". Às vezes Montesquieu expressa admiração pelo personagem, ou seja, a capacidade de um homem de Estado ou de uma forma geral, como César, mas estes números em sua própria maneira de ver não mudaram o curso da história. (SHKLAR, Judith. 1987. p. 55).

de praticamente todas as nuances do poder e conseqüentemente da corrupção também. Ou seja, através do exemplo de Roma percebemos a unidade e o entrelaçamento que sugerimos haver entre poder, paixão e corrupção. A história do Império Romano é certamente um grande exemplo político da conexão entre estes três elementos e Maquiavel e Montesquieu souberam brilhantemente explorar este exemplo para dizer como a política é e está envolvida em um eterno desejo de poder; em uma luta constante no direcionamento das paixões e na incansável necessidade de precaver-se da corrupção.

¹⁶⁸ MONTESQUIEU. Barão de. *Considerações*. 2002.. p. 10.

5 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

5.1 CONGRUÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

Não existe tirania mais cruel do que a exercida à sombra da lei e com uma aparência de justiça. Quando, por assim dizer, os infelizes são afogados com a própria prancha em que tinham sido salvos.¹⁶⁹

Discutir quaisquer questões tanto no pensamento de Maquiavel quanto no de Montesquieu configura-se uma tarefa semelhante ao garimpo. E nessa tarefa de encontrar as pedras preciosas é necessário se manter atento para não se deixar enganar por uma falsa pedra, além de não deixar passar uma pedra preciosa. Essa analogia com o garimpo deve-se ao fato de que, ao se investigar o pensamento de Maquiavel e Montesquieu, observa-se que esses autores possuem uma característica em comum, qual seja, a de não concentrarem as discussões e seus argumentos unicamente em um tema específico em determinado momento ou espaço de suas obras e, também, pelo fato de que suas obras podem ser consideradas um convite ao pensar e não somente ao ler. Ambos desenvolvem suas idéias, afirmações e argumentações de forma não sistemática. Do mesmo modo que no garimpo, como dizíamos antes, é necessário se manter atento e cuidadoso no momento de dar uma unidade, de reunir as afirmações e/ou argumentos que os autores apresentam sob pena de se fazer falsas declarações ou extrair conclusões precipitadas, bem como o de deixar passar argumentos centrais acerca daquilo que se está a investigar – as pedras preciosas.

Nesse sentido, o trabalho que nos propusemos e que desenvolvemos ao longo desta pesquisa buscou sempre manter presente essa preocupação. Procurou-se dar muita atenção, cuidado e respeito tanto ao dito, quanto ao não dito em ambos os autores para, com isso, sistematizar e desenvolver as problemáticas que nos propomos, sem cair no engano de atribuir ou omitir quaisquer informações que não configurem uma possível leitura de Maquiavel e Montesquieu.

¹⁶⁹ MONTESQUIEU, Barão de. *Considerações*. 2002. p. 109.

Cabe destacar aqui a existência de uma diferença saliente de postura teórica entre Maquiavel e Montesquieu, qual seja, a postura ou posição de um Maquiavel absolutamente despreocupado com a ponderação de palavras ou pensamentos. Segundo nossa compreensão, Maquiavel assume uma linguagem e uma expressão absolutamente despreocupada com os resultados no que diz respeito às possíveis críticas que poderiam surgir de suas afirmações pouco agradáveis aos ouvidos da sociedade vigente na época. Ele não teve o menor pudor em afirmar e sugerir idéias e posições completamente novas e contrárias àquilo que predominava naquele momento histórico. Nos textos de Maquiavel não estão palavras brandas, pelo contrário, quando diz, o faz com todas as letras e geralmente com as mais claras e indubitáveis possíveis e, por vezes, as mais duras. Já em Montesquieu se desenha uma postura completamente oposta, embora suas posições teóricas também sejam de conteúdo inovador e audacioso para sua época e realidade político-social, serviu-se da mais absoluta prudência no momento de expor esse conteúdo teórico inovador. Talvez pudessemos dizer que Montesquieu faz jus a uma expressão conhecida, a saber, o “tapa com luvas de pelica”. Tal posição se mostra claramente já na *Advertência* que escreve para sua obra *Do espírito das leis*, devido a críticas que havia recebido nas primeiras edições da obra de lesa-majestade, afirmando ainda que era um insulto um francês do século XVIII não fazer da virtude o princípio da monarquia. Nessa *Advertência*, Montesquieu tenta explicar e esclarecer melhor seus conceitos, especialmente o de virtude política, afirmando ter sido mal compreendido por seus leitores e que, por isso, trabalhou para aclarar suas idéias na nova edição no intento de evitar que dissessem “coisas absurdas que seriam revoltantes em todos os países do mundo.”¹⁷⁰ Entretanto, apesar de Montesquieu ser muito mais cuidadoso com as palavras do que Maquiavel, no momento de fazer valer suas idéias ele sempre busca fazer o leitor ir além de suas palavras, pois, segundo o mesmo, sua obra tinha a intenção principal de fazer pensar e não meramente ler, visto que nem tudo poderia ser dito ali e que parte da tarefa caberia então ao leitor: “nem sempre deve-se esgotar a ponto de nada deixar a cargo do leitor. Não se trata de fazer ler, mas fazer pensar”.¹⁷¹

Quando se pensa no espaço que as paixões ocupam no cidadão e, por conseguinte, no Estado, há uma diferença significativa, a nosso ver, de Maquiavel em

¹⁷⁰ MONTESQUEIU, Barão de. *Do espírito das leis*. v. I, 1997, p. 31.

relação a Montesquieu. Referimo-nos à posição positiva ou negativa que as paixões ocupam em um e outro autor. Maquiavel atribui às paixões um papel predominantemente negativo na constituição e conservação do Estado. Embora admita que as paixões em situações específicas possam agir positivamente no âmbito da política, Maquiavel vê muito mais negativamente a interferência das mesmas no Estado e no cidadão. Por outro lado, Montesquieu reserva às paixões um papel muito mais positivo, claro que isso se aplica a determinadas paixões situadas em certos espaços ou funções. O exemplo mais claro e evidente dessa afirmação é encontrado na divisão de governos que Montesquieu faz segundo princípios que regem os governos, os quais nada mais são do que paixões. Portanto, segundo Montesquieu, o Estado tem evidentemente uma paixão predominante e necessária para sua conservação.

Uma outra questão pertinente às paixões, a ser aqui ressaltada, está relacionada à localização primeira delas, segundo cada um dos pensadores. A questão das paixões no âmbito do Estado se mostra muito mais presente em Montesquieu, devido à sua classificação de princípios-paixões regendo e conservando as formas de governo. Já a dimensão das paixões no indivíduo é uma questão para a qual Maquiavel chama a atenção, em virtude, sobretudo, da natureza humana por ele apresentada. Dessa forma, percebem-se as paixões muito mais atreladas à dimensão do indivíduo do que à do Estado, porque Maquiavel vai falar das paixões do príncipe, do povo, do cidadão e não do Estado e da Constituição. Mas é evidente que, em última análise, ambos os pensadores concordam que inevitavelmente as paixões do Estado podem ou serão as paixões do cidadão e vice-versa. Todavia, Montesquieu marca muito mais essa relação e a interferência da paixão do Estado, tornando-se a paixão do cidadão, bem como o sentido oposto – a paixão do cidadão tornando-se a paixão do Estado –, pois Maquiavel, apesar de admitir esse movimento, o faz com menos otimismo, com uma certeza menor que Montesquieu.

Montesquieu atribui a corrupção do povo à corrupção primeiramente dos princípios, daquilo que mantém o governo, pois os princípios são a base do governo e a corrupção se afastará à medida que tais princípios forem preservados. Em uma mesma direção, Maquiavel atribui as “falhas” à corrupção do povo, a partir da corrupção daquilo que corresponderia aos princípios em Montesquieu, ou seja, aos

¹⁷¹ MONTESQUEIU, Barão de. *Do espírito das leis*. v. I, 1997, p. 229.

príncipes, ou governantes. Tem-se, assim, que ambos os autores reconhecem a origem da corrupção enquanto situada na instância superior do Estado. Vejamos uma passagem alusiva a nossa afirmação:

As falhas dos povos têm origem nos príncipes. Os reis não se devem queixar das faltas cometidas pelo povo que governam, as quais sempre se originam, na sua negligência, ou refletem uma falha do próprio soberano. Se percorrermos a história dos povos que estão hoje marcados pelos furtos e outros vícios semelhantes, veremos que responsabilidade é sempre de quem governa, cujo caráter se parece ao dos súditos [...]. Os povos têm os olhos sempre voltados para os governantes; o seu exemplo é para eles uma lei.¹⁷²

Pode-se considerar que esse fragmento do pensamento de Maquiavel representa o conjunto de sua obra no que diz respeito à corrupção como originariamente partindo dos príncipes. Quando a corrupção atinge o Estado, os príncipes são os primeiros corrompidos, os mais profundamente provados pela corrupção por estarem com o poder e serem o poder, e também os mais determinantes para o Estado quando corrompidos, pois, Maquiavel nos alerta para o fato de que os povos têm os olhos voltados para os governantes e que o exemplo destes últimos é para eles uma lei.

Quando pensamos na idéia de liberdade defendida amplamente por Maquiavel, no seu livro *Comentários*, percebe-se em essência sua defesa de uma liberdade enquanto a eterna luta, oposição, enfim, a negação da pacificação. No mesmo sentido, quando nos deparamos com o livro de Montesquieu, *Considerações*, a mesma idéia de liberdade emerge. Dessa maneira, Maquiavel e Montesquieu compartilham a idéia da inexistência de liberdade em um Estado em que a luta deixa de existir. Nas palavras de Montesquieu,

Em regra, sempre que vemos toda a população tranqüila em um Estado que da a si mesmo o nome de República, podemos ter certeza de que nele não existe liberdade [...]. Mas, na harmonia do despotismo asiático, isto é, de todo governo que não é moderado, existe sempre uma divisão real: o lavrador, o guerreiro, o negociante, o magistrado e o nobre só estão unidos porque uns oprimem os outros sem resistência. Quando se vê união nessas circunstâncias, o

¹⁷² MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários*. 1979, p. 388-389.

que se une não são cidadãos, mas cadáveres sepultados ao lado uns dos outros.¹⁷³

A sentença, “Cadáveres sepultados uns ao lado dos outros” exprime de forma clara a conclusão de Montesquieu e também de Maquiavel sobre o que resta quando a luta sucumbe em detrimento do triunfo da corrupção. Quando não há mais opostos, confrontos e divergência, já não existem mais cidadãos, somente cadáveres.

É preciso desconfiar dos homens. Esse é um imperativo que certamente se aplica a Maquiavel e a Montesquieu. Ambos vêem o homem enquanto um ser frágil, vulnerável e com sérias inclinações à corrupção, devido às suas imperiosas paixões negativas. Assim, a política deve partir do pressuposto de que o homem está sempre sob suspeita, representa um perigo potencial à estabilidade do Estado e esse último deve sempre desconfiar do homem e criar antecipadamente os diversos mecanismos capazes de abrandar a natureza humana corruptível.

Em suma, o poder, as paixões e a corrupção são três faces da mesma moeda: a da política. E para enxergar verdadeiramente a política em sua amplitude máxima é necessário perceber, conhecer e prudentemente conduzir, canalizar ou educar essas faces da política. Essa é uma tarefa que foi reservada justamente à face do poder e, conseqüentemente, àquele que tem o poder. Sem esquecer que o que tem o poder também tem as paixões, sendo profundamente vulnerável à corrupção.

Uma questão que nos direcionou intelectual e pessoalmente a estudar Maquiavel e Montesquieu é a teoria viva, engajada (embora esse termo nos pareça hoje piegas), ou seja, uma teoria política preocupada e voltada para a ação. Mesmo que ação no sentido de refletir, pois foi esse apelo que Montesquieu fez em sua obra *Do espírito das leis*, isto é, que sua obra não diria tudo, deixaria parte à disposição do leitor, “Mas nem sempre deve-se esgotar a ponto de nada deixar a cargo do leitor. Não se trata de fazer ler, mas de fazer pensar.”¹⁷⁴ Embora, portanto, Maquiavel e Montesquieu, seguramente não ofereçam uma teoria de cunho revolucionário, no sentido de propor o enfrentamento ou mudança armada, eles são revolucionários sim, por proporem uma teoria política realista, inovadora e inquietadora. Isto é, ambos mostram através do que refletiram e escreveram que a política só é ativa e positiva

¹⁷³ MONTESQUIEU, Barão de. *Considerações*. 2002, p. 74-75.

¹⁷⁴ MONTESQUIEU, Barão de. *Do espírito das leis*. 1997. p. 229.

quando o indivíduo está intimamente ligado a ela. Em outras palavras, o homem deve efetivamente viver a política, um Estado tem seus dias contados quando o povo, o cidadão e os governantes esquecem o que significa *res publica*, o que significa pensar e efetivar as necessidades e vontades coletivas e não particulares e egoístas. Só assim, a corrupção não se instala e a política pode triunfar.

Uma diferença ou mesmo divergência entre Maquiavel e Montesquieu diz respeito à motivação do homem para a atitude de benevolência e senso comunitário. Para Montesquieu o homem primeira e verdadeiramente age e vive em comunidade quando movido pela paixão, quando a virtude política está intimamente ligada ao homem, portanto, o cidadão precisa de uma coação interna. Por outro lado, Maquiavel considera primordial a coação externa, ou seja, para ele, como sabemos, “os homens só fazem o bem quando é necessário” e que “são as leis que tornam os homens bons”. Assim, Maquiavel dá prioridade à coação externa enquanto que Montesquieu acredita muito mais na eficiência da coação interna.

5.2 O ESPAÇO DA POLÍTICA

“Entre o eu e o outro, na há terreno onde cesse a rivalidade. É preciso ou submeter-se à coação ou exerce-la. [...] A vida coletiva é um inferno.”¹⁷⁵

O conceito de política em Maquiavel, segundo Gramsci, é o seguinte: “a política é uma atividade autônoma, com seus princípios e leis diversos daqueles da moral e da religião, proposição que tem um grande alcance filosófico, pois implicitamente inova toda a concepção do mundo.”¹⁷⁶

Bignotto, por sua vez, assim conceitua a política a partir do pensamento maquiaveliano:

¹⁷⁵ MERLEAU-PONTY, Maurice. *Signos*. Martins Fontes. São Paulo. 1991. p. 237.

¹⁷⁶ GRAMSCI, Antonio. 1984, p. 10.

O que Maquiavel procura demonstrar é que na análise dos desejos que povoam as cidades não há lugar para considerações de ordem moral. O povo não é o depositário do bom desejo, oposto ao desejo perverso dos nobres. O jogo político, desenrolando-se essencialmente no terreno indeterminado das ações humanas, não nos permite falar do bom e do mau desejo, mas apenas das ações que são nocivas e das que colaboram para a manutenção da liberdade.¹⁷⁷

Como se percebe, moral e religião só fazem parte da política enquanto instrumentos de poder, isto é, a religião e a moral não estão *na* política, mas estão *para* a política e servem ao poder. Certamente, podemos incluir Montesquieu nessa perspectiva de instrumentalização da religião e da moral pela política. Embora Montesquieu não seja tão duro quanto Maquiavel no seu ataque à separação e à autonomia da política frente a quaisquer outras instâncias sociais, mesmo porque é característica preponderante de Montesquieu a sutileza e a prudência em suas colocações teóricas, o autor também considerou a religião e a moral como elementos ou instâncias que devem contribuir instrumentalmente para a política.

O homem não é definitivamente um ser político, mas torna-se tal porque é humano. Em outras palavras, Montesquieu esclarece que por ser o animal homem resultante de condições externas e internas que vão desde sua posição geográfica e climática até sua permanente tensão entre paixões, ele conclui que o melhor para si é ser um cidadão. É a política que possibilita e/ou facilita a vida do homem em sociedade. “The most influential sphere of social life is the political sphere, the sphere in which men deliberately, intentionally, and authoritatively choose and shape a collective way of life.”¹⁷⁸

Portanto, diante da vida social, é de profunda ignorância até mesmo pensar a possibilidade de abster-se da vida política. Além disso, como podemos inferir a partir de Maquiavel e Montesquieu, *não somos políticos, mas “estamos políticos”*, e temos necessariamente que nos considerar e viver como tais. A partir dessa constatação, a possibilidade de compreender e interagir com nossa realidade interna e externa torna-se mais palpável.

¹⁷⁷ BIGNOTTO, Newton. 2003, p. 96.

¹⁷⁸ “A esfera mais influente da vida social é a esfera política, a esfera em que o homem deliberadamente, intencionalmente e autoritariamente escolhe e forma uma maneira coletiva de viver.” (PANGLE, Thomas. 1973, p. 44).

A influência das paixões na política é simplesmente inevitável, já que os agentes políticos são seres apaixonais. Embora contemporaneamente tenhamos pensadores, como John Rawls, propondo a possibilidade do distanciamento e mesmo desconsideração das paixões no momento de decisões políticas (teoria do véu da ignorância), tal experimento pode expressar-se como uma interessante tentativa de justiça social, mas deixa fortes dúvidas quanto à efetiva possibilidade. Uma vez que tenta impingir ao homem de desprender-se de sua essência, a qual é paixonil. Portanto, tentar deixar as paixões fora da política é um experimento fadado ao fracasso, à ineficácia, visto a política ser necessariamente um local tipicamente paixonil, e é importante que assim o seja, pois a política é sinônimo, ou ao menos implica, confronto, luta, guerra, discussão, forças opostas, enfim, tensão e não equilíbrio. Como Bignotto afirma, “uma sociedade totalmente imersa na paz é talvez a ficção de mentes bondosas, mas não o espelho da condição humana.”¹⁷⁹ E as paixões são fundamentais para essa política. Contudo, o que a política pode fazer é aprender a lidar com as paixões e não tentar inutilmente as suprimir, as banir.

A paixão é sem dúvida um paradoxo da política. É nela que a política encontra seu elemento movente, sua inspiração, sua ação. Por outro lado, é também a paixão que impede, atrapalha, desregulariza, destrói, corrompe e desvirtua aquilo que a política propõe. Ou seja, a paixão poderia figurativamente ser comparada a uma espécie de Fortuna maquiaveliana, no sentido que, tanto pode contribuir para o êxito como pode levar à ruína. Portanto, como Maquiavel e Montesquieu nos mostram, a paixão é inerente à política, é uma relação de simbiose. E o equilíbrio, a justa medida, a ponderação que os seres políticos buscam entre a política e a paixão é um infinito desejo que por vezes encontra êxito e por outras tantas encontra fracasso, e um dos mais destruidores certamente é a corrupção.

Então, o que é próprio da política? O conflito ou o consenso? A paz ou a guerra? A razão ou a paixão? O que concluímos, especialmente a partir de Maquiavel e Montesquieu, é que no cerne da política está certamente o enfrentamento, a tensão constante. Seja o enfrentamento de idéias, de ideais, de interesses, de paixões, de sonhos ou de utopias. O que está no cerne da política é o que a paixão e o poder,

¹⁷⁹ BIGNOTTO, Newton. 1991, p. 86.

acompanhados inevitavelmente da corrupção, podem, impelem, obrigam ou direcionam. Como assinala Bignotto,

Maquiavel nunca acreditou numa solução definitiva do conflito social. Os desejos, sendo não somente contraditórios, mas de naturezas diversas, não podem ser anulados por uma solução constitucional, nem mesmo pela mais perfeita a seus olhos: a república.¹⁸⁰

A política é o espaço da contradição. Uma contradição própria de homens que são ávidos de poder, impelidos por paixões e, substancialmente susceptíveis à corrupção. Portanto, o que se diz ou vale hoje, amanhã pode não ser assim, se isso não caracteriza uma contradição forte, ao menos demanda uma instabilidade forte. E esse também é o espaço da política, ou seja, um espaço indefinido, ilimitado e instável, porque assim é o homem e assim é aquele que discute, enfrenta e se opõe.

¹⁸⁰ BIGNOTTO, Newton. 1991. p. 96.

6 REFERÊNCIAS

BALZAC, Honoré. *Ilusões Perdidas*. Trad. Maria Lúcia Autran Dourado. Rio de Janeiro: Ediouro, 1994.

BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____, Newton. *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Loyola, 1991.

BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Michelangelo Bovero (Org.). Trad. Daniela Becciaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

GOYARD-FABRE, Simone. *Montesquieu*. Philo-philosophes-Collection dirigée par Jean-Pierre Zarader. Ellipses, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Trad. Luiz Mario Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GROETHUYSEN, Bernard. Montesquieu: a razão construtiva. In: QUIRINO, Célia Galvão; SADEK, Maria Tereza (Orgs.) 2003: *O pensamento político clássico: Maquiavelli, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau*. São Paul: Martins Fontes, 2003.

HEBECHE, Luiz A. *A guerra de Maquiavel*. Livraria Unijuí Editora: Ijuí, 1988.

HOUAISS. *Dicionário eletrônico da Língua Portuguesa*. [Versão 1.0]. São Paulo: Objetiva, 2001.

HORKHEIMER, Marx. *Gli inizi della filosofia borghese della storia – De Machiavelli a Hegel*. Traduzione di Giorgio Backhaus. Ed. Einaudi. 1978.

IGLESIAS, Carmen. *El pensamiento de Montesquieu: Ciencia y filosofía en el siglo XVIII*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2005.

LEFORT, Claude. *Desafios da Escrita Política*. Trab. Eliana de Melo Souza. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

LEFORT, Claude. *Le travail de l'oeuvre Machiavel*. Tel Gallimard: France, 2008.

MACHIAVELLI, Niccolò. *Il principe*. Biblioteca Carducciana XIV; Sansoni – Firenze, 1957.

MAQUIAVEL, Nicolau. *A Mandrágora*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

_____, Nicolau. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad. Sérgio Both. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1979.

_____, Nicolau. *O príncipe / Escritos Políticos*. Trad. Lívio Xavier. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores).

MANSFIELD, H. C. The Cuckold in Machiavelli's Mandragola. Apud: V. SULLIVAN (Org.). *The Comedy & Tragedy of Machiavelli: Essays on the literary works*. London: Yale University Press, 2000.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Signos*. Martins Fontes. São Paulo, 1991.

MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat barão de La Brède e de. *Do espírito das leis*. v. I e II. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Coleção Os Pensadores).

_____, Charles-Louis de Secondat barão de La Brède e de. *Considerações sobre as causas da grandeza dos Romanos e de sua decadência*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

_____, Charles-Louis de Secondat barão de La Brède e de. *Cartas Persas*. São Paulo: Escala, 2006.

NEGRI, A. *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

OLSCHKI, LEONARDO. Machiavelli scienziato. In: *Testi e Documenti*. Anno II, n. 3, ottobre 1969, Casa Editrice Leo Olschki, Firenze.

PANGLE, Thomas L. *Montesquieu's Philosophy of Liberalism: A commentary on the spirit of the laws*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1973.

PINZANI, Alessandro. "It's the power, stupid!" On the Unmentioned Precondition of Social Justice. In: FOLLESDAL, A.; POGGE, T. (Orgs.). *Real World Justice*. Dordrecht: Springer, 2005, p. 167-193.

_____, Alessandro. *Ghirlande di fiori e catene di ferro: Istituzioni e virtù civili in Machiavelli, Hobbes, Rousseau e Kant*. Firenze: Le Lettere, 2006.

_____, Alessandro. *Maquiavel & O príncipe*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

QUIRINO, Célia Galvão; SADEK, Maria Tereza (Orgs.). *O pensamento político clássico: Maquiavelli, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

RIBEIRO, Renato Janine. *A república*. São Paulo: Publifolha, 2001.

ROSENFELD, Denis L. *Filosofia Política & Natureza Humana: uma introdução à filosofia política*. Porto Alegre: L&PM, 1990.

SABINE, George H. *Storia delle dottrine politiche*. Milano, Edizione di Comunità, 1953.

SANTOS, Antônio Carlos. *A política negada: poder e corrupção em Montesquieu*. São Cristóvão: Ed. da Universidade Federal de Sergipe, 2002.

SHKLAR, Judith. *Montesquieu*. Traduzione di Bruno Morcavalo. Società editrice il Mulino, Bologna. 1990. Oxford: Oxford University Press, 1987.

SKINNER, Quentin. *Maquiavelo*. Madrid: Alianza Editorial, 1981.

STAROBINSKI, Jean. *Montesquieu*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

STRAUSS, Leo. *Thoughts on Machiavelli*. Chicago: Chicago University Press, 1958.

VIROLI, Maurizio. *Machiavelli*. Oxford; New York: Oxford University Press, 1998.

VLACHOS, Georges C., *La politique de Montesquieu: notion e méthode*. Paris: Éditions Montchrestien, 1974.